

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Rafael Dedavid

**CONDIÇÕES URBANÍSTICAS E ARQUITETÔNICAS
DA CIDADE DE PORTO ALEGRE PARA
PRÁTICAS ESPORTIVAS E DE LAZER:
UMA BREVE REVISÃO**

Porto Alegre
2016

Rafael Dedavid

**CONDIÇÕES URBANÍSTICAS E ARQUITETÔNICAS
DA CIDADE DE PORTO ALEGRE PARA
PRÁTICAS ESPORTIVAS E DE LAZER:
UMA BREVE REVISÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para obtenção de grau de
Bacharel em Educação Física, na Universidade
Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Dr. Alberto Reinaldo Reppold Filho

Porto Alegre

2016

AGRADECIMENTOS

À minha família, pela educação, a base de tudo, união e afeto, desde sempre e para sempre. Em especial, meu pai Sérgio, minha mãe Catarina, minhas irmãs Karen e Luiza.

À Karine Vieira Marques, pela luz, amor, companheirismo e paciência nas horas difíceis.

Ao prof. Dr. Alberto Reinaldo Reppold Filho, pela honra na orientação qualificada e disponibilidade em meio a tantos compromissos.

À Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, seu corpo docente e funcionários que convivi nesses anos de estudo.

Aos colegas de curso os quais cultivei amizade e adquiri conhecimento profissional e de vida, nesta trajetória.

A Secretaria Municipal de Educação de Esportes – SMEE, de Esteio, onde exerço o cargo de arquiteto e me possibilitou trocar experiências para a formatação deste trabalho.

À equipe de Projetos e Infraestrutura da SMEE, em especial, à coordenadora Manoela Dias Gomes pelo apoio e confiança.

RESUMO

Este trabalho visa analisar condições urbanísticas e arquitetônicas da cidade de Porto Alegre para práticas esportivas e de lazer, com intuito de questionar aspectos positivos e negativos, levando em consideração as políticas públicas de administração e investimentos na conjuntura das Secretarias e diferentes esferas relacionadas ao tema. Neste sentido, não apenas analisar os espaços físicos por si só, mas os complexos organogramas e aparatos entre programas e investimentos para o desenvolvimento, melhorias e manutenção da estrutura pública da cidade. Analisa propostas de qualificação existentes na cidade com base nos estudos desde o planejamento e os parâmetros elaborados para a capital nos primórdios do seu desenvolvimento mais acelerado, investigando a constituição da malha urbana. A história do desenvolvimento urbano da cidade, do conceito de lazer e dos espaços urbanos e públicos, com seus reflexos sobre a sociedade em permanente mutação, social, política e cultural. Referências de cidades modelos internacionais e no país para padrões de qualidade, projetos de revitalizações e questionamentos dos legados a serem deixados por um megaevento como a Copa do Mundo. Influências e relações socioeconômicas, político e culturais. Reflexos na população no passado e hoje. A metodologia inclui análise física e documental da cidade, com base em revisão de trabalhos de referência, dados estatísticos e entrevistas nos espaços públicos destinados ao esporte e lazer da cidade e o comparativo com dados verificados. Visa estabelecer e compactuar com alternativas de adequações para melhorias de aspectos gerais aqui mencionados e reforçar pontos significativos nos tópicos gerais de análise. Finaliza através de considerações referentes à importância dos espaços sugeridos para a cidade bem como a democratização da prática esportiva e do lazer e a relevância dos profissionais de diferentes áreas na qualificação e manutenção dos mesmos.

PALAVRAS-CHAVE: Parques Urbanos de Porto Alegre. Prática Esportiva. Lazer. Saúde. Patrimônio Histórico Cultural. Investimentos e Legado.

ABSTRACT

This work aims to analyze urban and architectural conditions of the city of Porto Alegre for sports practices and leisure, in order to question the positive and negative aspects, taking into account public policy administration and investments in the context of the Secretariats and different spheres related to the theme. In this sense, not only to analyze the physical space itself, but complex org charts and apparatus between programs and investments for the development, improvement and maintenance of public infrastructure in the city. Analyzes qualifying existing proposals in the city based on studies from planning and the parameters established for the capital in the early days of his further development, analyzing the constitution of the urban fabric. The history of urban development of the city, the concept of leisure and urban and public spaces, with their reflections on society constantly changing social, political and cultural. International models of cities and references in the country for quality standards, revitalization projects and questioning of the legacy to be left by a mega event like the World Cup. Influences and socioeconomic, political and cultural relations. Reflections in population in the past and today. The methodology includes physical and documentary analysis of the city, based on review of reference works, statistics and interviews in public spaces for sports and city leisure and comparison with actual data. It aims to establish and collude with adaptations of alternatives to general aspects of improvements mentioned herein and strengthen significant points on the general topics of analysis. Terminate by considerations relating to the importance of the areas suggested for the city as well as the democratization of sports and leisure and relevance of professionals from different areas in the qualification and maintenance.

KEYWORDS: Urban Parks in Porto Alegre. Practice Sports. Recreation. Health. Heritage Cultural History. Investments and Legacy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Mapa de localização de Porto Alegre no Estado do RS	18
Figura 02 – Mapa de POA nos fins do século XVIII - por Tupi Caldas (1940) do que teria sido a 1º disposição de ruas da cidade	20
Figura 03 – Planta de POA em 1772, traçado pelo Capitão Engenheiro Alexandre José Montanha	21
Figura 04 – Porto Alegre ano de 1833, área portuária	22
Figura 05 – Mapa de Porto Alegre em 1888	22
Figura 06 – Plano Geral de Melhoramentos de 1914	23
Figura 07 – Crianças em atividade no Alto da Bronze, Porto Alegre	29
Figura 08 – População reunida na Praça, déc. 1920, Praça Florida	31
Figura 09 – Prof. Frederico Guilherme Gaelzer, déc. 20, Parque Tenístico	31
Figura 10 – Mapeamento das Áreas de Recreação de 1952 – Serviço de Recreação Pública	32
Figura 11 – Herrmann Rudolf Wendroth, Pintura em aquarela “Porto Alegre vista do sul”, 1852	44
Figura 12 – Planta da Cidade de POA, autora desconhecida, 1837. Indicações das Pç da Forca e do Paraíso e Charco da Rua da Figueira	45
Figura 13 – Detalhe do Largo da Forca e da Igreja das Dores, em aquarela de POA por J. B. Debret, 1827	45
Figura 14 – Planta de POA, autor Antonio Eleutherio de Camargo, 1869	46
Figura 15 – Planta de POA, autora desconhecida, 1837. Detalhe da Rua do Alto da península e Pç. da Matriz. Ao norte, a Pç. da Alfândega	46
Figura 16 – Planta de POA por L. P. Dias, ano de 1839. Linhas mais escuras a leste definem o sistema de defesa da capital	47
Figura 17 – Pç da Alfândega e 15 de Nov., sobre a península da evolução	47
Figura 18 – Herrmann Rudolf Wendroth, Pintura em aquarela “Antiga Matriz com o 1º palácio do governo ao lado”, 1852	48
Figura 19 – Planta de POA, por João Candido Jacques, 1888 – centro da cidade em expansão	48
Figura 20 – Foto de Jacob Prudêncio Herrmann, década de 1930. Ponte sobre o Riacho (Ponte dos açorianos)	49
Figura 21 – Campo da Várzea, atual Parque da Redenção	49

Figura 22 – Planta baixa do primeiro Jardim de Recreio na Praça de Desportos General Osório	52
Figura 23 – Praça de Desportos José Montauray	53
Figura 24 – Time de Voleibol da Praça nº2 Pinheiro Machado	54
Figura 25 – Alunos da EPC Escola Preparatória de Cadetes nas Demonstrações de Ed. Fís. nas festividades da Semana da Pátria nos Campos de Pólo da redenção – Revista do Globo, POA, 1943	54
Figura 26 – Mapa proposta Plano Diretor da Cidade, 1938	57
Figura 27 – Mapa proposta Plano Diretor da Cidade, 1959	58
Figura 28 – Cidade Constituinte – Diretrizes	64
Figura 29 – Imagens de Marca	68
Figura 30 – Elementos comuns nos modelos Cingapura e Curitiba	70
Figura 31 – Planejamento Urbano Barcelona 1992	71
Figura 32 – Programa Porto do Futuro	82
Figura 33 – Conselho Municipal de Desenv. Urbano Ambiental - CMDUA	83
Figura 34 – Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer - SME	84
Figura 35 – Organograma - SME	86
Figura 36 – Exemplos de atividades propostas pela SME	87
Figura 37 – Atividade Porto Verão proposta pela SME	87
Figura 38 – Exemplos de atividades propostas pela SME	88
Figura 39 – Piscina pública Centro CECOFLOR	89
Figura 40 – Ônibus Brincalhão no centro da cidade	89
Figura 41 – Interior do Ginásio Tesourinha	90
Figura 42 – Exemplos de atividades propostas pela SME	92
Figura 43 – Organograma - SMC	95
Figura 44 – Arquivo Histórico de POA Moysés Vellinho	96
Figura 45 – Organograma - SMTUR	97
Figura 46 – Linha Turismo	98
Figura 47 – Organograma - SMPEO	100
Figura 48 – Eixo Ambiência	103
Figura 49 – Eixo Social	104
Figura 50 – Eixo Gestão	104
Figura 51 – Vista aérea CETE	107
Figura 52 – Obra de viabilidade urbana e melhoramentos na orla	108

Figura 53 – Parque Farroupilha Exposição 1935	112
Figura 54 – Parque Farroupilha vista aérea atual	112
Figura 55 – Monumento ao Expedicionário	113
Figura 56 – Brique da Redenção	113
Figura 57 – Espelho d’água, passeio central	113
Figura 58 – Parque de diversões infantil	113
Figura 59 – Parque Ramiro Souto	114
Figura 60 – Equipamentos para atividade física	114
Figura 61 – Palco ao ar livre	114
Figura 62 – Auditório Araújo Vianna	114
Figura 63 – Mapa do Parque	115
Figura 64 – Passarela de pedestres e Av. Goethe	115
Figura 65 – Sede administrativa (moinho de vento)	115
Figura 66 – Monumento ao presidente Castelo Branco	115
Figura 67 – Totem relativo à parceria privada	115
Figura 68 – Edificação adjacente comercial representativa	116
Figura 69 – Lago central	116
Figura 70 – Equipamentos de recreação	116
Figura 71 – Equipamentos de ginástica	116
Figura 72 – Acessibilidade	116
Figura 73 – Campo de futebol – campeonato de várzea	116
Figura 74 – Um dos campos de futebol disponíveis	117
Figura 75 – Equipamentos de recreação	117
Figura 76 – Área verde livre freqüentada junto à Orla	117
Figura 77 – Passeio central pavimentado e câmara de segurança	117
Figura 78 – Quadras poliesportivas	118
Figura 79 – Pista para patinação	118
Figura 80 – Pistas próprias para manobras com bicicletas e skate	118
Figura 81 – Equipamentos adaptados para musculação e ginástica	118
Figura 82 – Devastação que atingiu a cidade, em especial a área do parque	118
Figura 83 – Foto aérea Usina do Gasômetro	119
Figura 84 – Orla do Guaíba	119
Figura 85 – Quiosques de alimentação	120
Figura 86 – Equipamentos atividade física – parcerias iniciativa privada	120

Figura 87 – Campo de futebol	120
Figura 88 – Ciclovia na extensão da orla	120
Figura 89 – Anfiteatro Por do Sol	120
Figura 90 – Acessibilidade instalada na última revitalização	120
Figura 91 – Projeto de Revitalização da Orla.	121
Figura 92 – Placa de obra	121
Figura 93 – Obra em andamento	121
Figura 94 – Parque Germânia e comércio movimentado	121
Figura 95 – Parque e prédios residenciais no entorno	122
Figura 96 – Eixos de circulação	122
Figura 97 – Um dos acessos do parque e cercamento	122
Figura 98 – Segurança do parque	122
Figura 99 – Pavilhão da cancha de bocha	122
Figura 100 – Quadras de tênis	122
Figura 101 – Playground	123
Figura 102 – Sanitários	123
Figura 103 – Monumento homenagem ao Imigrante	123
Figura 104 – Sinalização de conscientização de limpeza	123
Figura 105 – Totem de sinalização de percurso	123
Figura 106 – Vista aérea Parque Mascarenhas de Moraes	124
Figura 107 – Placa da obra de revitalização do parque	125
Figura 108 – Equipamentos e iluminação	125
Figura 109 – Localização Parque Chico Mendes	126
Figura 110 – Área verde e monumentos do parque	126
Figura 111 – Infraestrutura do parque: Recreação	126
Figura 112 – Quadras poliesportivas	126
Figura 113 – Área de preservação do parque	127
Figura 114 – Vista aérea do Jardim Botânico	128
Figura 115 – Entrada principal	128
Figura 116 – Contraste entre o verde do jardim e a malha urbana	128
Figura 117 – Mapa do Jardim Botânico	128
Figura 118 – Ponte sobre o lago no centro do parque	128
Figura 119 – Uma das centenas de espécies de vegetação	129
Figura 120 – Circulação pavimentada	129

Figura 121 – Entrada do parque	130
Figura 122 – Vista externa campo de futebol	130
Figura 123 – Arquibancada do campo de futebol	131
Figura 124 – Equipamentos de recreação	131
Figura 125 – Ginásio em ótimo estado para uso	131
Figura 126 – Quadra de futsal aberta ao público	131

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 BREVE HISTÓRIA DO URBANISMO E O CONCEITO DE LAZER	14
1.2 CONTEXTO DOS PARQUES E ESPAÇOS PÚBLICOS NA CIDADE	18
1.2.1 A função dos parques	32
1.3 PROJETOS E DESENVOLVIMENTO URBANO	33
1.4 PROBLEMA DE PESQUISA	34
1.5 OBJETIVOS DE PESQUISA	34
1.6 MÉTODO	35
1.6.1 Universo Empírico	35
2 REFERENCIAL TEÓRICO	36
2.1 URBANISMO E LAZER INTERNACIONAL E SUAS REFERÊNCIAS	38
2.2 INDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL E PORTO ALEGRE	40
2.2.1 Desenvolvimento urbano, social, econômico e político – da ocupação a Era Industrial	44
2.2.2 Patrimônio cultural e paisagens urbanas	50
2.3 PRÁTICAS CORPORAIS E ESPORTIVAS NOS ESPAÇOS PÚBLICOS	51
3 PLANEJAMENTO URBANO	56
3.1 HISTÓRICO DO PLANEJAMENTO EM PORTO ALEGRE	56
3.1.1 Estruturação do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental – PDDUA	59
3.2 CIDADES MODELO – CINGAPURA E CURITIBA	66
3.2.1 Barcelona e Lisboa – Referências de gestão	70
3.2.2 Porto Alegre como cidade modelo	74
3.3 ACESSIBILIDADE	76
3.4 IDOSOS	78
3.5 SEGURANÇA E LAZER NOTURNO	80
4 SECRETARIAS E SUAS ADMINISTRAÇÕES EM PORTO ALEGRE	81
4.1 SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO	81

4.2 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, RECREAÇÃO E LAZER	84
4.2.1 PELC – Programa Esporte e Lazer na Cidade	93
4.3 SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA	93
4.4 SECRETARIA MUNICIPAL DO TURISMO	97
4.5 PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO	99
4.5.1 Orçamento Participativo	105
5 INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTOS	107
5.1 LEGADOS DA COPA DO MUNDO DE 2014	108
6 ANÁLISE DE DADOS	110
6.1 PARQUE FARROUPILHA – REDENÇÃO	111
6.2 PARQUE MOINHOS DE VENTO	114
6.3 PARQUE MARINHA DO BRASIL	117
6.4 ORLA DO GUAÍBA	119
6.5 PARQUE GERMÂNIA	121
6.6 PARQUE MASCARENHAS DE MORAES	124
6.7 PARQUE CHICO MENDES	125
6.8 JARDIM BOTÂNICO	127
6.9 PARQUE ARARIGBÓIA	129
7 CONCLUSÃO	132
REFERÊNCIAS	134
APÊNDICES	137

1 INTRODUÇÃO

O despertar para a iniciativa deste trabalho partiu de duas áreas de formação pessoal e de atuação, as quais estão relacionadas ao desenvolvimento e administração de espaços destinados à prática esportiva e de lazer, trabalhando em conjunto e envolvendo a multidisciplinaridade de ações que contribuem no desenvolvimento de parques, espaços e projetos visando condições urbanísticas e arquitetônicas qualificadas para estas práticas nas cidades. A referência em questão se trata da Arquitetura e da Educação Física. Áreas que através de suas multifunções podem e devem trabalhar em conjunto visando uma urbanização qualificada, socialização e bem estar da população.

O planejamento urbano faz-se necessário visando proporcionar a integração do homem com a natureza, respeitando a malha urbana, e o desenvolvimento de estratégias para práticas de lazer e atividades físicas com infraestruturas adequadas e que estimulem o turismo, o convívio e estabelecimento de relações socioculturais, educativas, artísticas e comunitárias. Consideramos que investigar os parques e espaços destinados ao lazer, suas condições estruturais, programas sociais, projetos e possibilidades, corresponde a repensar a cidade, propor estratégias e manter viva sua cultura e sua história.

Investigar e revisar as condições urbanísticas e arquitetônicas da cidade para as práticas esportivas e de lazer, em nossa concepção, não se restringe a analisar aspectos existentes, físicos, econômicos, administrativos e culturas existentes. É vital compreender a história da evolução da malha urbana da cidade e as concepções dos planos urbanísticos que datam do princípio do século passado, além de analisar o desenvolvimento do lazer dentro da cidade, as influências de modelos e concepções.

Cabe ressaltar que o conceito de lazer ao longo de diferentes períodos históricos, bem como diferentes culturas sofreu relevantes alterações.

A Revolução Industrial e a relação tempo livre é um marco na história referente ao conceito de lazer, e a busca do cidadão por direitos básicos de saúde, higienização e qualidade de vida. Surge um período de reivindicações sociais para as leis trabalhistas em resposta as jornadas demasiadas e salários muito baixos.

Faz-se necessário, desta forma a construção de espaços públicos de lazer e recreação de convivência social, contextualizando a natureza nos centros urbanos e contribuindo para a qualidade de vida.

No contexto de nosso país, políticas de implantação de investimentos na área de programas governamentais e grandes projetos foram e estão sendo propostos e implantados nas grandes cidades, também em função de megaeventos como a Copa do Mundo ocorrida no ano de 2014, além de eventos como Jogos Pan-Americanos de 2007 e Jogos Olímpicos de 2016.

Um questionamento recorrente em diversos setores da sociedade é que legado estes projetos trarão às cidades? A sociedade esta preparada ou preparou-se para receber estas implementações? E foi ou está sendo democratizada a distribuição dos seus benefícios, e os mesmos estão de acordo com o planejamento urbano e regional vigente no país?

Neste sentido, este trabalho se justifica com objetivo de revisar dados referentes às condições físicas e a estrutura que envolve o complexo organograma do sistema para qualificação, manutenção e financiamento de projetos dos espaços públicos da cidade para práticas esportivas e de lazer.

1.1 BREVE HISTÓRIA DO URBANISMO E O CONCEITO DE LAZER

O conceito de espaço público, segundo a literatura, pode ser identificado como aquele que se molda através da diferença entre os membros de uma sociedade, configurada através de suas relações e comunicações que envolvem a igualdade de direitos, através de leis e normas de conduta. Neste contexto, as políticas públicas refletem relações diretas nestes espaços e conduzem à interlocução entre o Estado e o usuário. Para Gomes (2002) no espaço público o cidadão tem a condição de exercer seus direitos de livre acesso, e portanto, representa ali a cidadania em sua plenitude:

Respeitada e revivida, a despeito de todas as diferenças e discórdias entre os inúmeros segmentos que aí circundam e convivem, ou seja, as regras de convívio e do debate devem se absolutamente respeitadas[...]. Por isso esse espaço é o *locus da lei*. Poderíamos dizer que o espaço público é o lugar das diferenças, ou seja, onde as afinidades sociais, os jogos de prestígio, as

diferenças, quaisquer que sejam, devem se submeter às regras da civilidade. (GOMES, 2002, p. 162)

No que tange ao conceito de espaço público, a Grécia Antiga é destaque com relação aos primórdios do convívio em sociedade nos moldes atuais, considerando questões políticas de direitos e democracia - muito embora, mulheres, estrangeiros e escravos não usufruíssem dos mesmos direitos.

Segundo Souza (2006) os *demos* (cidadãos) possuíam direitos de reivindicações da *polis*. A *ekklesia* era a assembléia onde eram tomadas as decisões referentes à sociedade. Sendo assim, a *ekklesia* caracterizava-se como um exemplo de democracia direta. Entretanto uma estrutura escravocrata e patriarcal era à base deste sistema.

Escravos e mulheres se restringiam as atividades do *oikos* (privadas), sendo submetidos ao labor (atividade física), eram eles, portanto, os provedores daquilo que era da necessidade humana e possibilitavam homens cidadãos a participar da esfera pública. (ARENDRT, 1991)

Logo, a consolidação das esferas privada (a necessária às atividades biológicas) e pública (convívio social), se dá neste período histórico. A *ágora*, onde ocorria a *ekklesia*, era local de sociabilidade é o espaço fundador da esfera pública.

Referente aos tempos modernos, os espaços públicos são destinados, ou deveriam ser, a todos os grupos e classes pertencentes à sociedade, porém o que percebe-se, em especial nos grandes centros urbanos, é um desequilíbrio de direitos e usufruto em diferentes classes, portanto uma democracia não tão evidente.

Os espaços públicos, dentro de sua sociabilidade e complexidades fazem a conexão entre o Estado e a sociedade civil como gestor e produzem valor de troca quando analisados enquanto mercadoria e espaço de consumo.

No século XVII, praças aparecem como prolongamentos da casa, eram destinados às elites da sociedade como espaços de refúgio e meditação. Os jardins eram sinônimos de status na sociedade. Com o passar dos anos os jardins se expandem, com intuito de abrigar cerimônias e festividades destinadas à classe burguesa, sendo concentrados nas áreas centrais das cidades.

Posteriormente, quando os padrões sociais começam a se modificar, estes espaços começam a ser evitados pelas elites. O aumento da concentração da população nas metrópoles que passam a se industrializar resulta em modificações estruturais e conceituais.

A Revolução Industrial determina uma série de reivindicações da classe trabalhadora quando ao tempo livre, em um mesmo período histórico onde os grandes centros urbanos passam por processos de higienização das cidades, e estruturação de vias e espaços. Sendo assim, as áreas destinadas ao lazer ganham relevância na configuração urbana.

No Brasil, contudo a era industrial ocorre apenas em meados do século XX, ao passo que os primeiros espaços destinados ao lazer e espaços públicos, datam do século XIX. Portanto, nota-se que a proposta que a construção dos primeiros parques em nosso país visava estimular aspectos culturais europeus para as elites brasileiras. (MACEDO e SAKATA, 2002)

Ainda segundo Macedo e Sakata (2002), com a industrialização no Brasil, o crescimento acelerado e verticalizado das metrópoles, além da concentração da população que sai dos campos e cidades menores estimulada pela mão de obra das indústrias localizadas nos maiores centros urbanos, determinam a escassez de espaços livres e locais para atividades de lazer. O valor de uso passa ser constituído como valor de troca.

O crescimento das metrópoles industrializadas a partir da segunda metade do século XX, se dá com a verticalização da arquitetura de prédios administrativos, comerciais e residenciais, mas também com a expansão da malha urbana. Com relação a praças, parques públicos e jardins, estes também passam a ser constituídos na periferia da cidade, mesmo não apresentando equivalência de qualidade dos espaços centrais. Muitas vezes eram constituídos também em razão de interesses políticos, para domínio do governo sobre as camadas mais populares da sociedade. (SOBARZO, 2004)

As modificações das estruturas sociais, políticas e econômicas, no Brasil e no Rio Grande do Sul, exigiam reestruturação nas formas de pensar e planejar a organização do espaço urbano. Conforme indicam os relatos de Charles Monteiro¹ sobre a cidade quando ratifica a necessidade de modernização:

¹ Pós-Doutorado em História Cultural e Social da Arte na Université Paris 1 Panthéon - Sorbonne (2013-2014). Doutor em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2001) com bolsa CNPQ e bolsa sanduíche CAPES (1998-99) na Université Lumière (Lyon 2/ França). É Professor Adjunto (DE) no Departamento de História. Autor de três livros, tendo organizado outros seis livros; publicado 21 capítulos de livros no Brasil e no exterior; além de 23 artigos científicos. É coordenador regional do GT História, Imagem e Cultura Visual e Coordenador do Laboratório de Pesquisa em História da Imagem e do Som no Programa de Pós-Graduação em História da PUC-RS.

Sobre a cidade se produz um discurso que visa à atualização do imaginário da sociedade rio-grandense e porto-alegrense no sentido de alcançar a modernidade. Modernidade esta construída a partir do ideário das elites dirigentes, e que se apresenta sob forma de um projeto social que almejava criar condições para o desenvolvimento econômico, modernizar a capital do Estado em relação às capitais dos Estados mais desenvolvidos brasileiros e mundiais, tudo isso, com a manutenção da ordem estabelecida e do *status quo* da Elie dirigente.

Com relação aos espaços públicos destinados a práticas esportivas, cabe ressaltar a relevância de trajetórias políticas e culturais vivenciadas sobre o país neste período de forte crescimento urbano e econômico das principais cidades e suas influências. Segundo Santos (apud NIEMEYER, 2000), “Foram às críticas ao processo de urbanização das cidades que permitiu romper com o modelo de espaço público como espaço de usufruto exclusivo da elite e para fins contemplativos e terapêuticos”.

A força das diretrizes militares com relação à disciplina, higienização e culto a vida saudável ganhavam corpo nos parâmetros da sociedade e nas dinâmicas de atividades ligadas aos parques e espaços públicos. Como indica Jesus (1999, p. 18): “A modernidade, com sua reiterada aura otimista e sua fé inabalável no progresso, impulsionou nas cidades novos valores comportamentais, dos quais destacamos aqui a cultura física”.

No que diz respeito a espaços públicos, os parques, as praças e também as escolas se consolidam como as principais opções para o lazer e práticas esportivas, e estes espaços são resultados de um determinado contexto cultural que lhe garante valor simbólico conforme períodos e conceitos em permanentes transições.

A modernidade e os mais diversos aspectos como a tecnologia de recursos, sedentarismo, insegurança em grandes centros, estimulo a privatização do lazer de espaços voltados para o mesmo, caracterizaram nas últimas décadas o esvaziamento e desvalorização de espaços públicos.

A busca para uma revalorização destes espaços caminha no sentido da democratização do uso e qualificação dos meios através de investimentos públicos e

de iniciativas em parcerias privadas objetivado equilíbrio nas demandas e ofertas para lazer e espaços para as práticas esportivas da sociedade como um todo.

1.2 CONTEXTO DOS PARQUES E ESPAÇOS PÚBLICOS NA CIDADE

Para a análise referente à qualidade atual dos espaços públicos para prática de atividades físicas e de lazer é relevante, além da conceituação de lazer e destes espaços dentro da sociedade, historicamente e nos dias de hoje, uma investigação na construção do desenvolvimento da cidade de Porto Alegre, seus dados gerais, físicos e culturais, para compreender e relacionar com melhor embasamento os dados de revisão e de coleta da pesquisa.



Figura 01 – Mapa de localização de Porto Alegre no Estado do Rio Grande do Sul

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Porto_Alegre

Porto Alegre tem como data oficial de fundação 26 de março de 1772, quando criou-se a Freguesia de São Francisco do Porto dos Casais, passando no ano seguinte para Nossa Senhora da Madre de Deus de Porto Alegre. O povoamento, entretanto, surge no início da década de 1680 as margens do Lago Guaíba. Em 1752, com a chegada de 60 casais portugueses açorianos trazidos por meio do

Tratado de Madri para se instalarem nas Missões, região do Noroeste do Estado que estava sendo entregue ao governo português em troca da Colônia de Sacramento, nas margens do Rio da Prata. A demarcação dessas terras demorou e os açorianos permaneceram no então chamado Porto de Viamão, primeira denominação de Porto Alegre.

Em 24 de julho de 1773, Porto Alegre se tornou a capital da capitania, com a instalação oficial do governo de José Marcelino de Figueiredo. A partir de 1824, é caracterizado um período de imigração. Essa conjuntura de variadas expressões, culturas, origens étnicas, religiosas e lingüísticas fazem de Porto Alegre, hoje com quase 1,5 milhão de habitantes, uma cidade cosmopolita e multicultural, uma demonstração bem sucedida de diversidade e pluralidade.

Inúmeras revoltas ocorrem neste período, mas foi o século XIX que marca um divisor de águas na história gaúcha. Após longa guerra por independência contra o Império Português, a Guerra dos Farrapos, iniciada com um enfrentamento ocorrido na própria capital, nas proximidades da atual ponte da Azenha, no dia 20 de setembro de 1835, estendendo-se até 01 de março de 1845. Esta Revolução de caráter separatista influenciou o Movimento Liberal e o pensamento da liberdade do negro em relação ao regime escravocrata.

Segundo Souza (2007), podemos definir a história de Porto Alegre e seu desenvolvimento em cinco períodos principais, considerando fatores populacionais, econômicos, sócio-culturais, político-institucionais ou locacionais:

a) **1º Período – entre 1680 e 1772:** Primeira ocupação relevante e formação do povoado (sesmaria de Jerônimo de Ornelas), em 1750 aproximadamente, com a chegada dos açorianos, atividades portuárias são incorporadas e o povoado se caracteriza como freguesia.

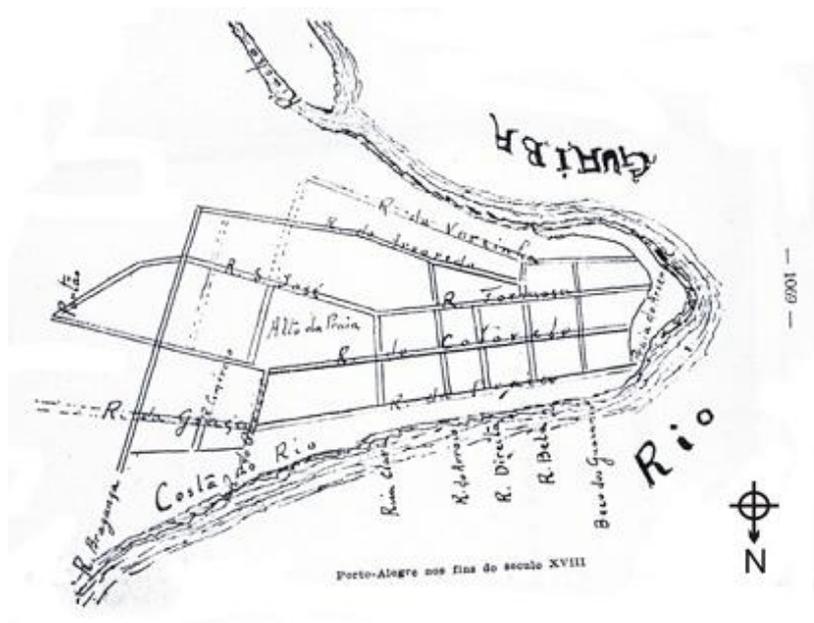


Figura 02 – Mapa de Porto Alegre nos fins do século XVIII - por Tupi Caldas (1940) do que teria sido a 1ª disposição de ruas da cidade
 Fonte: FIALHO, 2010, CD de imagens – Reprodução.

b) **2º Período – entre 1772 e 1820:** Crescem as atividades de exportação ligadas ao porto em especial o trigo, Porto Alegre torna-se a capital da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, substituindo o município de Viamão. Conforme Hickel *et al.* (2007), neste ponto se estabelecem três caminhos de ligação entre o porto e as os núcleos afastados (comércio) através dos arraiais; a Estrada do Mato Grosso (atual Avenida Bento Gonçalves), Caminho do Meio (atuais avenidas Osvaldo Aranha e Protásio Alves) e Caminho Passo d’Areia (atual Avenida Assis Brasil). A malha urbana e espaços públicos começaram a ser constituídos pelas definições das primeiras ruas e largos que foram traçados: Rua da Praia (atual Andradas), Rua da Ponte (atual Riachuelo), Rua Formosa (atual Duque de Caxias) e a Rua do Arvoredo (atual Frederico Machado); Largo da Matriz, atual Praça Marechal Deodoro, Praça do Arsenal, atual Brigadeiro Sampaio, Largo da Quitanda, atual Praça da Alfândega, Praça Portão (atual Praça Montevideo), Praça Paraíso (atual praça XV de Novembro) e Praça alto da Caridade (atual praça Dom Feliciano). Com exceção dos largos da Quitanda e da Matriz que eram destinados ao comércio e festividades religiosas, estes espaços eram desprovidos de ajardinamento e o uso não era bem definido.

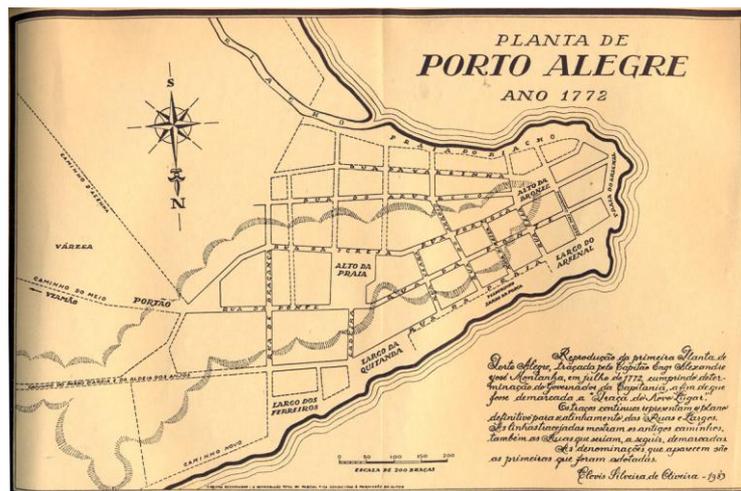


Figura 03 – Planta de Porto Alegre em 1772, traçado pelo Capitão Engenheiro Alexandre José Montanha.

Fonte: <https://portoimagem.wordpress.com/historia> (2016).

c) **3º Período – entre 1820 a 1890:** Fortalecimento do comércio após a Guerra dos Farrapos (1835-1845), especialmente atividades portuárias, administrativas e militares e colonização alemã e italiana a partir da chegada dos imigrantes. Neste momento o porto começa a se consolidar e as atividades de comércio são estabelecidas nos arraiais, as concentrações que possuíam uma praça, uma capela, agrupamentos de casas, um hipódromo, que originaram os bairros (HICKEL *et al.*, 2007). Essa configuração liga os bairros distantes ao centro e começa a moldar a malha urbana em desenvolvimento.

Os Campos de Várzea abrigaram inúmeras batalhas durante a Guerra dos Farrapos. Os muros que cercavam e protegiam a cidade foram posteriormente demolidos e o espaço, que passou a denominar-se Campos da Redenção em homenagem à abolição da escravatura, passou a ser incorporado pela população. (LUDKE, 2007)

Cunha – determinando a ocupação de parte do terreno da área original dos Campos da Redenção – e a implantação de novas avenidas e ruas alargadas. O melhor fluxo nas vias possibilita melhor trânsito de automóveis para a elite, sendo um símbolo de liberdade e visibilidade da burguesia.

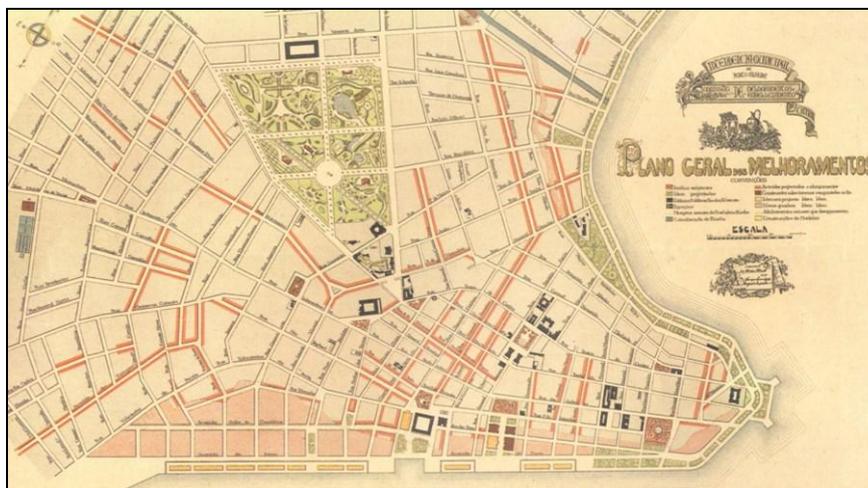


Figura 06 – Plano Geral de Melhoramentos de 1914

Fonte: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/spm/default.php?p_secao=125, acesso abril 2016.

e) **5º Período – de 1945 aos dias atuais:** Determina uma emergência num plano de metropolização da região em torno da cidade. Em 1959, é definido o primeiro ordenamento territorial, sofrendo algumas alterações em 1961. Em 1979 completa-se surgindo o 1º Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano. Este período é marcado por forte crescimento urbano em função do êxodo rural, verticalização das construções especialmente na área central. Os espaços públicos como praças e embelezamento dos parques também são caracterizados, inclusive com a implementação de equipamentos recreativos e esportivos. Ocorrem obras viárias de expressão como viadutos e perimetrais. O avanço das construções em direção as áreas verdes determina em 1976 a criação da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, a primeira no país. A consolidação dos parques e espaços de lazer com incentivo a democratização do uso são idealizadas dentro de um contexto sócio-espacial. Neste prospecto, o orçamento participativo é implantado para contemplação de bairros e regiões como um todo. Em 1999 através da Lei 434/99, o 1º PDDU é revisado e com alterações da Lei complementar 624/2010, no ano seguinte, o novo e atual Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental – PDDU entra em vigor em 26 de outubro.

Conforme Araújo e Caram (2006), nas grandes metrópoles o desafio é o crescimento e o desenvolvimento urbano que possibilitem ganhos econômicos, qualidade de vida e ambiental, no presente e no futuro. Este é o princípio do desenvolvimento sustentável, aquele que estabelece o meio ambiente como ponto comum e de equilíbrio entre a tecnologia e o progresso, na escala onde a vida transita: o espaço urbano.

Todavia, o êxodo rural, em razão da revolução industrial, com falta de planejamento e crescimento desordenado das principais cidades, alterou de forma considerável o perfil das mesmas, provocando questões ligadas à falta de higiene, insalubridade e concentração populacional, que determinaram medidas de projetos visando melhoramentos.

Outro reflexo da alta concentração populacional e urbana em razão do crescimento industrial e tecnológico acelerado, além de políticas com falta de planejamento para adequar-se a tamanhas modificações, é o impacto ambiental e qualidade climatológica.

Com relação a estes impactos citados, os parques e espaços livres tornam-se fundamentais na concepção da malha urbana, distribuindo e melhorando o fluxo da mesma além de contribuir para a qualidade de vida. Segundo Robba e Macedo (2004), os diversos tipos de espaços livres públicos podem ser classificados segundo seu valor estético/simbólico, ambiental e recreativo.

a) **Estético e simbólico** – referência direta a população usuária e ainda ao apelo turístico.

b) **Ambiental** – espaços com possibilidade de preservação e proteção de elementos naturais e espécies, além de possibilitar estudos e pesquisas. Melhora do equilíbrio climático através da ventilação, sombreamento, dispersão de poluentes, drenagem pluvial e controle contra erosões.

c) **Recreativo** – associado às próprias alternativas de lazer e possibilidades funcionais dentro dos espaços.

Os espaços livres podem ser divididos em três categorias principais: áreas livres privadas; potencialmente coletivas e públicas. São considerados espaços livres e de uso público, as áreas cujo acesso a população é livre. Entre estes espaços estão configuradas as áreas verdes, onde há o predomínio de vegetação arbórea, e que englobam as praças, jardins públicos, parques urbanos, canteiros

centrais e trevos de vias públicas, todos com função estética e ecológica. (LIMA *et al.*, 1994)

Cabe ressaltar que o contexto social político e cultural em que vive o indivíduo e um grupo de indivíduos que usufruem destes espaços, ou não, está relacionado à caracterização do mesmo. Que condições estes espaços oferecem, acessibilidade e uso democrático ou não.

Portanto, além da evolução do traçado urbano e bem planejado, a constituição de espaços públicos é importante no equilíbrio da malha urbana como um todo. A distribuição de espaços, preservação e equilíbrio ambiental, benefícios na qualidade de vida da população são fatores amarrados a estes elementos.

Interligando estes aspectos, estéticos, ambientais e recreativos, Porto Alegre foi pioneira no Brasil em termos de espaços públicos voltados a recreação e atividades vinculadas à educação embasada valorização de atividades corporais. Nesse sentido o trabalho desenvolvido pelo Professor Gaelzer² foi impactante para os rumos da recreação do lazer e do esporte amador, em Porto Alegre e no Brasil. Assim corrobora Feix (2003, p. 09) sobre a história do professor e a recreação na cidade:

Foi no “Alto da Bronze”, praça Gal. Osório, na década de vinte do século passado, que Porto Alegre, uma das capitais brasileiras pioneiras na instituição do lazer e da recreação pública, que iniciava a história neste setor, através da criação dos “jardins de recreio” nas praças da cidade. Na subida da Rua Duque de Caxias, bairro centro, espaço onde a garotada se reunia para o futebol, se instalou, em

2 Prof. Frederico Guilherme Gaelzer nasceu em Novo Hamburgo, em 29 de julho de 1897. Em 1910, fez a formação primária em São Leopoldo. Em 1913 fez curso secundário em Berlim, na Alemanha. Em 1918, foi atleta da Associação Cristã de Moços (ACM), em Porto Alegre. Em 1919, viajou para os Estados Unidos, a convite da ACM, ficando em Nova York, posteriormente no Campo de Verão da Y. M. C. A. College, em Wooster, Ohio, junto com mais 800 estudantes de 25 nacionalidades, para participar de conferências e um Curso de Verão, com aulas de “Bíblias, de Gymnastica Prática, Athetica e Natação”, após digiriu-se para Chicago, freqüentando o Y. M. C. A. George Willians College, em Illinois e estudou também na Universidade de Chicago, formando-se em Educação Física, recebendo em 1921, o título de “Master os Science” em Educação Física e Recreação. Em 1923, voltou para o Brasil, ficando pouco tempo e deslocando-se para trabalhar e estudar no Uruguai, vinculado a ACM. Em 1924 retorna ao Brasil, Porto Alegre. Em 1916 inicia estudos de pesquisa junto à Intendência da cidade, de levantamentos de áreas livres com vistas a um futuro atendimento da população em praças de educação física, esportes e recreação pública, sendo nomeado em agosto daquele ano para trabalhar na Intendência, criando o “Systema de Jardins de Recreio” nas praças da cidade. Desenvolveu um trabalho pioneiro no Brasil em Recreação Pública. Trabalhou na Secretaria de Educação do Estado, foi professor titular da ESEF/UFRGS. Faleceu em 1º de setembro de 1972.

novembro 1926, o primeiro Jardim de Recreio. Nestes jardins as atrações eram diversificadas proporcionando que crianças, jovens e adultos pudessem se divertir. A idealização e efetivação deste projeto foi do Professor Frederico Guilherme Gaelzer, que conseguiu sensibilizar o poder público, durante o governo do Intendente Dr. Octavio Rocha, sobre a importância da recreação e do esporte para a mocidade, como prevenção da delinquência e um meio de qualificar a sociedade. [...] a institucionalização da Recreação Pública da cidade de Porto Alegre [...] iniciada em 1926 [...] até 1950, momento em que se dá a promulgação da Lei 500, no governo do prefeito, Dr. Ildo Meneghetti, que cria o Serviço de Recreação Pública, fortalecendo assim, a sua institucionalização, e dando o caráter legal ao trabalho até então realizado.

Segundo Feix (2003), os trabalhos que foram desenvolvidos para incentivar a recreação nos espaços públicos tinham um caráter utilitarista ou funcionalista do lazer. Além da influência europeia, o projeto tinha conceito teórico baseado no modelo americano já que a graduação do professor em Educação Física e Recreação foi na Universidade de Chicago, em 1921.

Cabe lembrar que Chicago, neste período, era modelo nos parâmetros de embelezamentos de estruturação urbana e conceitos de higienização da cidade, sendo que, os norte-americanos já trabalhavam a significância dos espaços de recreação no conceito das cidades, os chamados “playgrounds”. Conforme Butler (1972), caracterizam “Área destinada a proporcionar um vasto número de atividades divertidas e sadias as crianças em idade escolar, e atividades mais limitadas às crianças em idade pré-escolar, aos adolescentes, aos adultos e as famílias residentes no Bairro”.

Ainda conforme Feix (2003), a intenção primária nos Serviços de Recreação Públicas da cidade giravam entorno da educação, de formação físico-cívica-moral das crianças e prevenção da delinquência juvenil. O conceito referente à democratização do uso e acessibilidade, também foi incorporado à proposta com a instalação de equipamentos e elaboração de atividades culturais. Professores e técnicos na área da Educação Física faziam parte do corpo de orientação, qualificando o ensino baseada na disciplina, e atividades corporais.

A Lei 121 cria, em 1942, o Departamento Municipal de Educação Física, subordinado direto ao gabinete do Prefeito. Diz:

O Departamento Municipal de Educação Física terá a seu cargo a organização e a orientação dos serviços dos parques infantis e praças de educação física, na forma de convenio celebrado com a Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura, em 26 de março de 1942.

O Professor Gaelzer acreditava nos benefícios da utilização da recreação para a saúde e sociabilidade além de prevenir doenças e perturbações sociais. Conceitua o professor:

Qual a razão de considerarmos a recreação pública dirigida uma necessidade essencial? Assim a julgamos porque bem nos parece mais aconselhável dispender dinheiros públicos em algo são e construtivos do que fazer gastos idênticos ou maiores na correção e no remédio de males praticados.

Ainda referente aos serviços de recreação e a importância desses espaços para a cidade, o professor Gaelzer enfatizava a importância da conceituação da democratização do uso e criticava o posicionamento referente a políticas públicas:

Numa democracia, onde devem ser atendidas devidamente, todas as necessidades essenciais do indivíduo, é cometido um grande erro, quando se esquece de promover a recreação sadia e educativa do povo. O setor governamental que, por obrigação, cuida da educação infantil, pouco ou nada prevê para a sua recreação. Até bem pouco tempo, observava-se ausência de um órgão governamental especializado, que se destinasse a dirigir as atividades do povo em suas horas de lazer. Em verdade reconhecemos que as atividades recreativas, como fazendo parte das responsabilidades dos governos, é algo tão novo, que não nos admira que o pouco existente fosse suprimido aos primeiros indícios de uma compressão nas despesas do erário publico. Não obstante verificamos que certos serviços ultimamente criados, se coadunam

mais e são de maior valia a vida trepidante das cidades modernas, do que outros, do século passado, já caducos em seus préstimos³.

Conforme descrevemos anteriormente, o início do século XX, foi um período de implantações de projetos e políticas de melhorias da cidade, contemplando higienização e adequação da malha urbana e criação de espaços para o lazer.

A recreação pública que inserida nesse contexto, através do trabalho de Gaelzer, fica também caracterizada por uma rígida disciplina, com estímulo a práticas de boas condutas.

Na Era Industrial, a importância referente aos cidadãos com saúde fortalecida e corpos saudáveis passa a ser mais valorizada. Com a implantação das políticas de melhorias e a conjuntura político-econômica das grandes cidades, a disciplina e o militarismo faz-se presente no discurso higienista e de valorização do social e da prática esportiva e do lazer. Conforme corroboram, Goeller (1999); Melo (2000); Soares (2001) as administrações públicas estavam engajadas na disciplina, da ordem, da moral e da higiene nas grandes cidades. As práticas corporais e esportivas se expandiam tendo entre suas propostas, melhorar e qualificar os sujeitos para a Nação. As capitais brasileiras se unem em prol da modernidade.

Porto Alegre, em termos de investimentos de programas públicos de recreação, foi pioneira no Brasil, a partir da década de 1920, com o já mencionado Jardim de Recreio e os projetos que se expandiram a partir do mesmo através do Serviço de Recreação Pública, com conteúdos de Educação Física e Recreação estruturando estes programas.

No que tange aos espaços públicos e o lazer como direito da sociedade e dever do Estado, conforme DeGrazia (apud PARKER, 1962, p. 26), na Grécia Antiga, a concepção de lazer era baseada numa associação à aprendizagem, ou cultivo do eu, em lugar de basear-se no tempo livre. A palavra grega “scholé” significava “parar” ou “cessar”, ou seja, ter paz ou silêncio. Com o passar do tempo, o significado de “tempo disponível” ou “tempo para si” tornou-se sua definição.

3 Prof. Gaelzer tinha uma visão de planejamento avançada, e manifestava preocupação em articular a sociedade civil, valorizando o trabalho comunitário e voluntário. Sendo assim, investiu na nomeação de recursos humanos, que eram técnicos na área do esporte e recreação para trabalharem nas praças. Além da recreação e do esporte, havia também a preocupação com o investimento ligado a educação pré-escolar

Sendo assim, o lazer não está ligado apenas ao tempo livre, mas a um estado, ou condição de estar livre da necessidade do trabalho.



Figura 07– Crianças em atividade no Alto da Bronze, Porto Alegre
 Fonte: Jornal Correio do Povo, 15 de fev.1976, p. 18. Reprodução.

Parker (1962) faz ainda uma relação entre o lazer atual, o qual privilegia uma camada da sociedade com um “lazer ideal”, com a sociedade grega. O lazer moderno está diretamente ligado ao trabalho, ou seja, ao tempo livre conquistado pelas lutas trabalhistas no período de crescimento industrial acelerado.

A concepção de lazer é mais ampla, enquanto a recreação fica mais atribuída à atividade, o lazer pode ser a liberdade de ações fora do trabalho, obrigações familiares ou sociais, através de ocupações que determinem descanso, diversão e enriquecimento pessoal. Conforme Dumazedier (2000), o lazer que está associado ao tempo residual dos compromissos:

O lazer é um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se, ou, ainda para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária, ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais.

Já, Lenea Gaelzer⁴ vincula o lazer “como uma forma de ser, uma condição humana que todos desejam e poucos alcançam”, sendo o Estado o provedor dos direitos que o cidadão. Para a autora, o lazer está vinculado à liberdade individual, ao tempo livre e a atitude interior sendo, portanto, necessária harmonia entre atitude, desenvolvimento integral e a disponibilidade de si mesmo.

Ainda segundo Parker (1962), após a Revolução Industrial e o crescimento econômico, cria-se “a indústria do lazer”, onde faz-se necessário tanto a produção dos trabalhadores, como o consumo de seus produtos. A segunda metade do século XIX traz a redução da carga de trabalho e o espaço trazido pelo novo lazer nas classes operárias, é preenchido pela indústria de divertimento.

Ethal Medeiros (1975) salienta as questões ligadas ao lazer como problema de gerenciamento por administradores e legislações. Enfatiza que, a partir dos anos 1930, com a aceleração dos bens de produção e de consumo, aparecem as “destoantes condições de vida” entre estados industrializados como o centro-sul e os estados não industrializados norte e nordeste. A conseqüente aglomeração nas principais cidades ocorre, além disso, pela migração da população rural:

O aumento do tempo livre (conseguido pela máquina e estendido pela maior duração da vida), a disseminação das novas maneiras de ocupar (propiciada pelos meios de comunicação em massa), as tensões da vida numa sociedade em acelerada mudança (onde a competição sobrepõe) e o rápido desenvolvimento urbano das últimas décadas aguçaram nos responsáveis pelo bem-estar da coletividade a consciência do potencial de lazer. Mais legislações e administradores foram reconhecendo o valor da recreação organizada e ampliando, conseqüentemente, as acomodações públicas para a sua prática, como estádios, ginásios, praças, auditórios, bibliotecas, balneários, mirantes, etc. Foi assim configurando-se para eles nova responsabilidade, qual seja, promover o uso adequado da folga, que por isto começou a merecer mais atenção no planejamento urbano.

⁴ Filha de Frederico Gaelzer, Lenea Gaelzer, nasceu em 1927. Coursou Educação Física na UFRGS. Especializou-se nos EUA. Doutora em Lazer e Recreação na ESEF/UFRGS e coordenadora do Curso de Especialização em Recreação contribuiu muito com suas pesquisas e publicações para o meio acadêmico e público. Dra. Lenea também foi professora municipal na Prefeitura de Porto Alegre.

Nesta conjuntura de valorização do lazer e das práticas de atividades físicas, surge a necessidade da institucionalização do lazer e da recreação como uma forma de intervenção de meio social sendo viabilizada nos espaços públicos.

Em Porto Alegre, nos anos de 1920, juntamente com os planos de melhorias e higienização da cidade, havia a necessidade e interesse de investimento institucional em educação, esporte e recreação, sob influência do movimento de Educação Física mundial, objetivando, entre outros, prevenir a delinqüência juvenil.

A valorização da recreação e do lazer por parte dos intendentos e prefeitos na época possibilitou a elaboração de projetos e programas, criando-se, durante a década de 1950, novos espaços como a praça São Geraldo, praça Getúlio Vargas, praça Ararigóia, praça Tamandaré, além do estádio nº 1 Parque Vila Floresta.



Figura 08 – População reunida Praça, déc. 1920, Praça Florida

Fonte: Acervo do CEME/ESEF/UFRGS – Reprodução.



Figura 09—Prof. Frederico Guilherme Gaelzer,
déc. 1920, Parque Tenístico

Fonte: Acervo do CEME/ESEF/UFRGS –
Reprodução.

A institucionalização da recreação em Porto Alegre começa, portanto em 1926 com o “Sistema de Jardim de Recreio” que passou a denominar-se “Diretoria de Praças e Jardins”, ligada à Diretoria Geral de Obras e Viação, até 1942. Em 21 de setembro do mesmo ano, é criado o “Departamento Municipal de Educação Física”, sob a Lei 121 ligado ao Gabinete do Prefeito. Em 27 de novembro de 1950, através da Lei 500, cria-se o “serviço de Recreação Pública”.

Atualmente, a recreação pública é coordenada pela Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer, que desenvolve um amplo trabalho nesta área através de um grande grupo técnico de professores e funcionários.



Figura 10 – Mapeamento das Áreas de Recreação de 1952 – Serviço de Recreação Pública

Fonte: Boletim Técnico Municipal – Ano 1 – Nº 7 – 1953 – Reprodução.

1.2.1 A função dos parques

Os parques e espaços urbanos destinados ao lazer têm a função de socialização e possibilitar práticas saudáveis, de convívio para o bem estar e harmonia das cidades. Estes ambientes, para uma utilização adequada e efetiva devem estar equipados de atrativos a população, apresentar condições de conforto, higiene, conservação e segurança.

Sendo assim as áreas verdes, como elementos de equilíbrio no eco sistema e biodiversidade, apresenta real importância dentro da malha urbana, em especial nas grandes metrópoles.

Nesta contextualização Mello (1985) enfatiza o emprego da arborização nos espaços públicos para a qualidade dos mesmos, tendo como principais funções: a) Química: absorção do gás carbônico e liberação do oxigênio, equilibrando a qualidade do ar urbano; b) Física: sombra oferecida pelas copas das árvores, além de proteção térmica e absorção de ruídos – conforto acústico; c) Paisagística: quebra da monotonia da paisagem pelos diferentes aspectos e texturas; d) Ecológica: árvores oferecem abrigo e alimento aos animais, protegem e melhoram os recursos naturais; e) Psicológicas: determinam salubridade mental, por influência direta sobre o bem estar do homem além de proporcionar espaços de lazer.

A urbanização acelerada, especialmente nas grandes metrópoles, tem causado sérios danos à condição ambiental, no equilíbrio do ecossistema, além de fatores relacionados a aspectos sociais e da qualidade de vida nas comunidades urbanas. Sendo assim, o emprego do “verde”, para o combate aos malefícios citados e a constituição de espaços que estimulem a qualidade de vida, é relevante.

1.3 PROJETOS E DESENVOLVIMENTO URBANO

A cidade de Porto Alegre é reconhecida nacionalmente pela grande quantidade de parques públicos e praças destinados ao lazer. A primeira praça, oficialmente implantada, data do final do século XIX, período em que outros espaços públicos foram se constituindo e sendo ocupados, naquele instante mais destinados as classes elitizadas. Dentro os principais parques da cidade, destaca-se o Parque Farroupilha.

Os espaços públicos, sejam praças ou parques, são utilizados de forma diferentes pelo público heterogêneo que os frequenta, configurando desta forma a representação que cada indivíduo ou grupo possa fazer desses diferentes lugares como ambientes de lazer. Pesavento (1999) afirma que o espaço tem por missão dar significado ao tempo e a história.

As pessoas que vivenciam as praças e parques dão significados por onde passam e para cada uma delas existe uma significação diferente, dependendo do que viveram e do representou aquele instante.

1.4 PROBLEMA DE PESQUISA

Em decorrência do contexto apresentado, este estudo visa responder aos seguintes questionamentos e revisá-los:

a) “Quais as condições urbanísticas e arquitetônicas, no que se refere a espaços públicos e projetos voltados para o mesmo, a cidade de Porto Alegre oferece às práticas esportivas e de lazer?”

b) “Estes espaços contemplam a democratização do uso?”

c) “Do legado de projetos como os direcionados a Copa do Mundo de 2014 e investimentos urbanísticos de melhoramentos, o que fica para a sociedade como um todo?”.

1.5 OBJETIVOS DE PESQUISA

a) Geral

Analisar as condições urbanísticas e arquitetônicas da cidade de Porto Alegre para prática esportiva e de lazer nos espaços públicos.

b) Específicos

- Revisar propostas com alternativas de adequação para a estrutura dos parques e áreas voltadas ao lazer e práticas esportivas com qualidade na cidade.

- Analisar a formação da malha urbana da cidade ao longo de sua história e a influência dos Planos urbanísticos - aspecto fundamental para entendimento de como se deu a caracterização das principais vias, as perimetrais, radiais, constituição dos bairros, espaços públicos e a utilização da topografia natural.

- A localização de parques, praças, áreas verdes e de áreas destinadas ao lazer e ao esporte para a população, em função do desenvolvimento desta malha urbana e a estrutura oferecida.

- Revisar o contexto histórico e a conceituação de lazer e parques dentro da cidade, as relações público-privado ao longo de diferentes períodos e realidades socioeconômicas.

- Referenciar alguns projetos em andamento para melhorias e manutenção das condições de lazer e práticas esportivas em Porto Alegre através de recursos

públicos e iniciativas em parcerias, seus legados possibilidades de sociabilidade e uso democrático.

1.6 MÉTODO

Para realização da pesquisa foram consultadas e analisadas fontes impressas através da análise documental (BARDIN, 1977), objetivando representar o conteúdo de um documento de uma forma diferente da original, a fim de facilitar a sua consulta e referencial.

Destaco nas fontes físicas, especialmente para a busca do referencial teórico relacionado a historia do esporte e do lazer na cidade, o Centro de Memória do Esporte (CEME) da ESEF/UFRGS assim como a biblioteca da mesma Escola.

Agregaram-se as fontes impressas consultas de mídia com referencial de abrangência relacionados ao tema, como teses dissertações e monografias, com busca através de palavras chaves;

Foram coletados dados e realizadas análises de campo em diversos espaços públicos destinados ao lazer e a prática esportiva na cidade, com levantamento fotográfico e anotações de observações de informações relevantes.

Realizou-se por fim a articulação das referidas fontes com os dados colhidos em campo agregando entrevistas com agentes ligados diretamente aos espaços de enfoque ao tema do trabalho e os objetivos de análise.

1.6.1 Universo empírico

Esta é um trabalho de revisão que almeja, através de uma amostra menor, através dos conceitos dispostos, estender-se à população da cidade, especialmente para práticas esportivas e de lazer, além da análise da mobilidade urbana e a cultura histórica da cidade. Portanto, podemos definir a pesquisa como qualitativa, pois ela tem preocupação com a generalização dos resultados para além dos sujeitos questionados, ou seja, visa estabelecer possibilidades de melhorias para a estruturação da cidade como um todo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Conforme a Constituição Federal brasileira, a prática esportiva e de lazer é direito de cada cidadão e constitui dever do Estado garantir a sociedade, independente de condições econômicas de seus distintos segmentos, o acesso aos mesmos. Neste sentido, conforme art. 217 da Constituição Federal: “é dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais como direito de cada um” (BRASIL, 1988).

Em documento sobre Política Nacional do Esporte e Lazer – I Conferencia Nacional do Esporte e Lazer, do Ministério do Esporte, realizado em 2004, o esporte e o lazer são entendidos como direitos sociais, enfatizando a necessidade do estabelecimento de políticas públicas voltadas para tais. Sendo assim, estabelecem-se três eixos do Sistema Nacional de Esporte e Lazer: a Política Nacional de Recursos Humanos, de Financiamentos e o Controle Social.

Nesse sentido, a prática do esporte e do lazer está disponível a toda sociedade, necessitando ser abordada como questão de estado, ao qual cabe agenciar sua democratização.

O embasamento teórico no que se refere à estruturação de parques urbanos para práticas de lazer e turismo, evidencia a contextualização histórica, influências de uma sociedade em busca qualidade de vida e conquistas de direitos trabalhistas e leis dos direitos humanos na fase industrial.

Estudos apontam para uma proporção de tempo de práticas de atividade física e aproveitamento da infraestrutura estar diretamente ligada as possibilidades de tempo livre, em especial na cultura européia.

Contraopondo este contexto histórico, é importante frisar que o turismo cresce e se desenvolve com a Era Industrial e o capitalismo.

Aumentam as demandas pelos espaços públicos de lazer e recreação de convivência social, com fragmentos de natureza, capazes de romper com o universo cotidiano, tornando-se fonte de equilíbrio para a qualidade de vida, sendo os espaços verdes uma representação.

No final do século XVIII, com o início da Revolução Industrial na Europa, ocorrem drásticas alterações nos aspectos espaciais, devido ao êxodo de zonas rurais e a expansão as cidades. As realidades econômicas, políticas e sociais

também sofrem influências. Da mesma forma aumentavam preocupações ligadas ao crescimento populacional, trânsito, poluição atmosférica, diminuição de espaços com fragmentos de natureza disponíveis para a sociedade, substituídos por casas, ruas, comércios, dentre outros. Começa então a preocupação com a reforma sanitária, por meio de leis de saúde pública urbana para melhores infraestruturas. A industrialização promove o crescimento das cidades em detrimento dos espaços de natureza. Jardins particulares construídos no século XVII dão lugar às construções habitacionais e comerciais. (Spirn, 1995, p. 47)

No século XIX, a ideia de introduzir a natureza nos espaços urbanos, ganha significado e o período é marcado por intenso crescimento das cidades. São idealizados e construídos mais parques públicos com a intenção de atender tanto aos requisitos dos habitantes (estética, cultura e lazer), quanto pela constituição ambiental e influência na paisagem de seu entorno associando-se aos requisitos naturais, sociais, culturais e históricos (re)configurados nas paisagens das cidades, por meio da desintegração do tecido físico e social.

Com relação ao lazer e seus significados, Dumazeider (2004, p. 34) define:

O lazer é um conjunto de ocupações nas quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou, ainda para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais.

Neste contexto referente às alterações urbanísticas que as cidades sofrem e por conseqüência, suas paisagens, refletem também sobre a morfologia e padrões que determinam a qualidade de vida de uma determinada sociedade a qual vive e usufrui daquele espaço urbano.

A cidade é reconhecida através de sua paisagem urbana, caracterizando-se e tomando forma, ao longo do tempo, por elementos de interferência, econômicos, sociais e culturais.

As cidades, como os sonhos, são construídos por desejos e medos, ainda que o fio condutor de seu discurso seja secreto, que as suas regras sejam absurdas, as perspectivas enganosa, e que todas as coisas escondam uma outra coisa. (LANDIM, 2003, p. 12)

Em cada cidade, cada projeto urbano, são encontradas expressões do poder, riqueza, conflitos e debilidades dos seus mentores e construtores. Processos específicos da sua evolução histórica cívica.

O primeiro benefício dos parques e espaços públicos é a resistência a especulação imobiliária. Em 1858, Olmsted, autor do projeto do Central Park em Nova York, já discursava sobre a importância de se ter delimitado uma grande extensão de terra para o parque, enfatizando que “a totalidade da ilha de Nova York seria, não fosse essa reserva, dentro de muitos anos, ocupada por edifícios e ruas pavimentadas”. (*apud* KLIASS, 1993, p. 22)

Os espaços livres de construção, em grandes ambientes urbanos adquirem inúmeros significados e funções, como oferecer luminosidade e circulação de ar as grandes construções construídas nas áreas mais densas, oportunizam o cidadão e turista de satisfazer suas necessidades de ocupação do tempo livre (físicas, psicológicas e sociais), alimenta relações comerciais e econômicas e proporciona que áreas relevantes, com características ímpares, possam ser preservadas.

Por todas essas razões nos espaços urbanos modernos os planejamentos urbanísticos estão diretamente ligados à utilização adequada e eficiente dos espaços livres e públicos para o equilíbrio e melhor funcionamento da vida diária, em especial, nas grandes metrópoles.

2.1 URBANISMO E LAZER INTERNACIONAL E SUAS REFERÊNCIAS

Como já foi mencionado, a Revolução Industrial na Europa caracteriza um crescimento populacional das principais cidades em razão das atividades econômicas ali desenvolvidas. Em decorrência desta nova ordem o adensamento das edificações com ausência de infraestrutura e saneamentos caracteriza cidades onde a insalubridade e as más condições de higiene passam a prosperar.

A estrutura viária, definida por ruas e caminhos estreitos, passa a não comportar a demanda da população crescente. Portanto notam-se nesse período problemas críticos com relação à habitação, sistema viária e higienização.

“O industrialismo, a principal força criadora do Século XIX, produziu o mais degradado ambiente urbano que o mundo jamais viu: na

verdade até mesmo os bairros das classes dominantes eram imundos e congestionados”. (MUNFORD, 1965 p. 569)

O saneamento precário caracteriza então um período de forte proliferação de doenças. Propostas com relação a melhorias voltadas ao urbanismo passam a ser consideradas de suma importância e a medicina higienista trabalha no mesmo sentido.

Nesta conjuntura, Paris se torna símbolo da modernidade do século XIX, a partir do momento que Haussmann (1853 a 1869) como prefeito da cidade conduz relevantes projetos de melhorias urbanísticas e de saneamentos a cidade.

Muitas cidades na Europa passam a adotar o modelo de adaptações dos planos de melhorias da cidade sugerido por Paris. Tendo como foco higienizar e disponibilizar saneamento as cidades e viabilizar o fluxo das vias e condições de pavimentações. Paris torna-se exemplo de cultura e civilização a ser seguido. Como corrobora este trecho:

Todos aí encontram o que tinham vindo procurar, e é do choque de todos estes diversos interesses, é do contrato de todas estas espécies de indústrias, destes numerosos talentos em mil ramos diversos, de todas estas imaginações aplicadas ao trabalho, as pesquisas, as descobertas, que nasce esta atividade, este movimento continuo de fabricação, estes prodígios da arte e da ciência, estes melhoramentos cotidianos e engenhosos, enfim, estas, admiráveis maravilhas que atraem, espantam, surpreendem e cativam e fazem geralmente considerar Paris como sem igual no Universo. (PESAVENTO, 2002, p. 59)

Entretanto o fato da construção de maiores vias e aberturas de loteamentos e novas zonas em áreas sem saneamento implicava valorização econômica em diferentes espaços. Começa então uma distribuição onde alguns espaços são privilégios apenas da elite da sociedade.

O conceito higienista já estava consolidado, no final do século, quando foi iniciado em Chicago o movimento denominado “*city beautiful*”, quando o arquiteto Burnham adota o embelezamento como item essencial. Este passa a ser um padrão nas cidades americanas que torna-se influência mundial.

2.2 INDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL E PORTO ALEGRE

Com relação às políticas de intervenções urbanas no Brasil, suas melhorias de saneamento, circulação e técnicas construtivas, podemos identificar três períodos:

1) **Primeiro período, de 1895 a 1930:**

Propostas e melhorias em partes da cidade. A primeira geração de profissionais que atua neste período é formada em cursos de engenharia, nas antigas Escolas Militares n Bahia, Pernambuco e no Rio de Janeiro ou na Escola Central-RJ. Alguns eram formados no exterior e ocupavam cargos públicos nas estruturas administrativas das principais cidades e nos governos dos estados.

Os portos das cidades litorâneas acompanham o ritmo do crescimento do comércio e seguem parâmetros de remodelação referentes a embelezamento e higienização das cidades com constituição de parques e praças. Começam a serem constituídas as primeiras avenidas nas principais cidades e sobrados e vielas dão lugares a edificações de maior porte.

2) **Segundo período de, 1930 a 1950:**

Marcado pela elaboração de planos que tem por objetivos contemplar um conjunto mais amplo das cidades especialmente no que tange aos sistemas viários e de transportes, considerando que questões de saneamento já eram mais evidentes desde o principio do século. Propõe a articulação entre os bairros e o centro e a extensão da cidade através de sistemas de transportes. São elaboradas as primeiras propostas de zoneamentos. Na estrutura administrativa das prefeituras das principais cidades, organizam-se os órgãos para planejamento urbano.

No período do Estado Novo, a estrutura das cidades é modificada radicalmente especialmente no que tange ao sistema viário. Em Porto Alegre em 1938, o prefeito José Loureiro da Silva contrata o urbanista Arnaldo Gladosh para elaborar o plano de urbanização e simultaneamente, cria-se o Conselho do Plano Diretor.

Se expande então, nas principais cidades brasileiras, a modernização do sistema viário, que antes era precário e com comunicação demorada entre as

diversas partes das cidades e seus centros. Agora as novas avenidas permitiam a circulação de pessoas e mercadorias mais livremente.

3) Terceiro período de, 1950 a 1965:

São iniciados os planos regionais para abastecer o aumento da área urbana, de sua população e as conseqüentes conturbações. A partir de então o aparato do corpo técnico ligado aos projetos passa a ter maior influência nos projetos e obras.

Os grandes centros urbanos vêm passando por um processo de reestruturação espacial e organização social, diferentemente das teorias que construíram as metrópoles do início do século XX.

As metrópoles foram locais de lutas de classes e reivindicações dos movimentos operários, tanto relacionados ao social como fatores políticos. Nas metrópoles que as classes sociais do capitalismo industrial mostraram sua força. Contudo, se por um lado, o operariado demonstrava-se organizado e com capacidade de construir estratégias políticas de mobilização, a burguesia industrial e financeira também demonstrava seu poder, especialmente modelando e transformando os espaços conforme seus interesses, sendo assim, o controle do espaço a base material para o controle econômico e social. (COHEN, 1998)

Foram os burgueses e pequenos burgueses que inauguram a vida pública através do *footing* nos espaços públicos mais privilegiados e convívio nos clubes e cafés da cidade.

A industrialização acelerada e o crescimento populacional e econômico nas principais cidades do país e o posterior extravasamento da industrialização e dos espaços de assentamento do operariado para os subúrbios foram o núcleo da metropolização, especialmente a partir de 1960. Este processo perdurou até meados da década de 1970, quando o fim do milagre econômico e o início da crise prosseguiram até o final dos anos 1980, com queda nos índices de crescimento econômico e populacional. Em contrapartida, cidades de médio porte passaram a se expandir neste período.

Como afirma Perulli (1995), no início da década de 1990 o efeito da despolarização econômica e populacional das grandes cidades ocorre com a expansão da economia em cidades de médio porte. Isto determinou apoio a uma

certa ideologia “anti-urbana”, que se expandia por parte dos setores conservadores em conjuntura de crise econômica ou política.

Esta realidade se prospectou também em “evidências espaciais” com a degradação dos centros e o abandono de antigas zonas fabris dentro dos grandes centros. Este processo pode ser caracterizado como um início do fim das metrópoles industriais. Diminuem-se as ofertas de empregos e as contas públicas e investimentos sofrem um revés.

O espaço urbano configura-se, neste sentido, mais fragmentado, sem identidade, amorfo, com distintas zonas para diferentes usos e conteúdos econômicos e sociais. Em consequência, verifica-se o aumento generalizado da mobilidade e o incremento exponencial da superfície ocupada pelos diferentes usos urbanos. Completa Monclus (1998) afirmando que duas vertentes principais traçam o caminho da dispersão urbana: uma vinculada à mudança de escala dos fenômenos espaciais, seguindo as sucessivas ondas de desconcentração e descentralização verificadas na história da urbanização capitalista; outra relacionada a dispersão urbana com as novas lógicas produtivas e a mudança cultural.

A metrópole é resultado de processos de metropolização e de formação de novos territórios urbanos. Apresenta múltiplas formas de crescimento, seja pela extensão ou densificação das periferias, seja pela absorção de núcleos urbanos adjacentes ou distantes das regiões metropolitanas. Caracteriza-se por constituir uma extensa conturbação descontínua, heterogênea e multipolarizada, que induz à homogeneização e à diferenciação: homogeneização porque os mesmos agentes e tipos de agentes econômicos se encontram com as mesmas lógicas em todas as cidades; diferenciação porque nela a competição interurbana é maior, aprofundando as diferenças entre os lugares. (ASCHER, 2001, p. 59)

Com relação às metrópoles contemporâneas, segundo Améndola (2000), a economia capitalista é acompanhada da nova economia dos serviços. Investimentos imobiliários que surgem nas áreas centrais retratam sua reconstrução, baseada no valor de patrimônio, uma nova cultura urbana e metropolitana mundial, também refletida na economia. Os processos de revitalização e regeneração dos centros

históricos retomam grupos sociais anteriormente deslocados a outras localizações, num processo de valorização da cidade.

Com relação à economia e a industrialização de Porto Alegre, a capital do Estado que registra aproximadamente 1,5 milhão de habitantes e em sua região metropolitana mais de 4 milhões, muitas das mudanças econômicas puderam ser percebidas, entre elas uma maior internacionalização e reestruturação político-econômica do aparelho estatal.

No âmbito regional e suas relações com a cidade, percebe-se uma desconcentração metropolitana, através dos processos de formação de uma “macro-metrópole”. A ocupação industrial se destina fortemente a região metropolitana, além do eixo com o litoral pela BR-290, especialmente com instalação da unidade da General Motors em Gravataí. Podemos apontar também para os novos investimentos no Pólo Petroquímico de Triunfo. Todas essas atividades estimulam a gestão no núcleo da metrópole.

Nos anos 1980-90, em contraposição as tendências mundiais, a cidade se destaca politicamente por uma correlação de forças no poder local, capitaneado pelo Partido dos trabalhadores (PT), que lança bases de um novo modelo de gestão, baseado na democracia direta, através do orçamento participativo.

Nesta conjuntura, surgem na metrópole, novos setores como espaços de gestão: novos centros empresariais assim como novas centralidades, um exemplo a FIERGS – administrativo e outro é o Shopping Iguatemi, inaugurado em 1984, que desde então atraiu para seu entorno empreendimentos residenciais e reconfigurou a malha da região da cidade assim como a economia do local. A internacionalização com a construção de hotéis, a ampliação do Aeroporto Internacional Salgado Filho e as obras de ampliação da Terceira Perimetral.

Ainda com relação à internacionalização da capital, uma estratégia da administração da cidade foi a organização do Fórum social Mundial (2001, 2002, 2003 e 2005) que reuniu movimentos sociais, organizações não-governamentais e partidos políticos internacionais. Num intercâmbio de culturas e exposição da cidade para o mundo e divulgação do seu modelo de gestão, em especial o Orçamento Participativo.

Em 1996 cria-se o novo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental – PDDUA - e a reestruturação espacial da malha urbana é contemplado

neste sentido. É iniciado um novo ciclo na construção civil e na promoção imobiliária. Destaca-se a cidade em divisão através de zonas e estratégias e interesses

2.2.1 Desenvolvimento Urbano, social, Econômico e Político – da ocupação a Era Industrial

Referimos o desenvolvimento da cidade Porto Alegre e sua ocupação no primeiro capítulo deste trabalho e aqui complementamos relacionando a aspectos relevantes e de ligação referentes a elementos culturais, físicos, e econômicos de influência até a Era Industrial.

A formação da cidade só pode ser compreendida a partir da contextualização das circunstâncias históricas de ocupação e das disputas da região platina. Segundo Macedo (1999, p. 40) “a compreensão do fenômeno urbano que Porto Alegre representa está, hoje, dependendo de uma área geográfica bem vasta, da qual não pode ser omitido o litoral”, faz menção ao espaço compreendido entre Torres, ao norte e Rio grande, ao sul. Souza e Muller (1997, p. 39) completam afirmando que “o impulso inicial para a ocupação do território da futura Porto Alegre, isto é, do ‘núcleo’, partiu integralmente de ‘outras regiões”, considerando também o espaço às margens do Prata. A figura 11 ilustra vista da zona sul da cidade no período nos surgimento dos seus primeiros povoados.



Figura 11 – Herrmann Rudolf Wendroth, Pintura em aquarela “POA vista do sul”, 1852. Face sul da península onde esta implantada a cidade e seus arrabaldes

Fonte: MELLO, 2010, p. 88 – Reprodução.

Em meados do século XIX, pequenos núcleos de povoados já se constituíam próximo a Porto Alegre, os chamados Arraias. Foram os arraiais do Menino Deus, Navegantes, São Manoel e São Miguel, a partir da expansão da malha urbana se incorporaram ao conjunto principal da cidade, formando assim seus bairros.

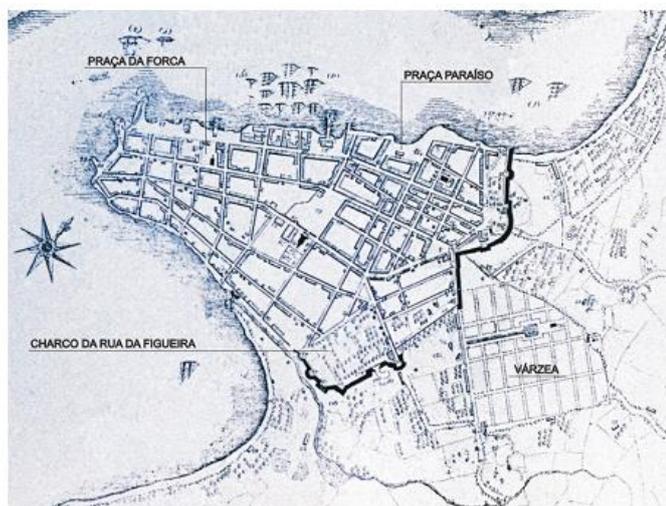


Figura 12 – Planta da Cidade de Porto Alegre – autora desconhecida, ano de 1837. Indicações das Praças da Força e do Paraíso e do Charco da Rua da Figueira.

Fonte: FIALHO, 2010, CD de imagens – Reprodução.

A ocupação do território e distribuição da malha urbana se dá em função do comércio entre o “núcleo”, localizado no porto da cidade, e os arraiais. Esta troca de produtos se dá na ligação entre os núcleos afastados e o núcleo central consolidado a partir do porto da cidade (Figura 13).

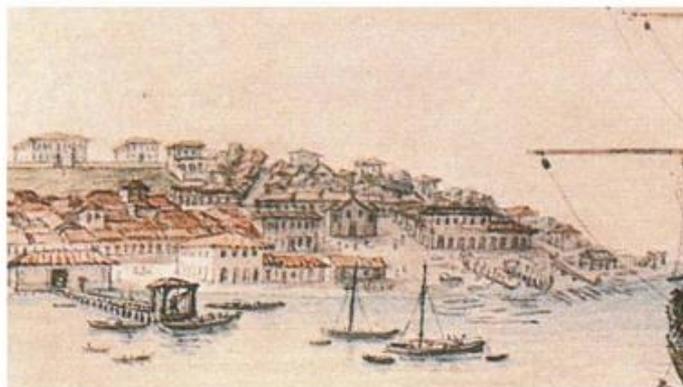


Figura 13 – Detalhe do Largo da Força e da Igreja das Dores, em aquarela de Porto Alegre por J. B. Debret, 1827

Fonte: BANDEIRA, 2008, p. 310-311 – Reprodução.

Os parques e praças são evidentes na cidade e na constituição da malha já no início do século XIX e acentuando-se suas proporções e relevância na metade daquele século.

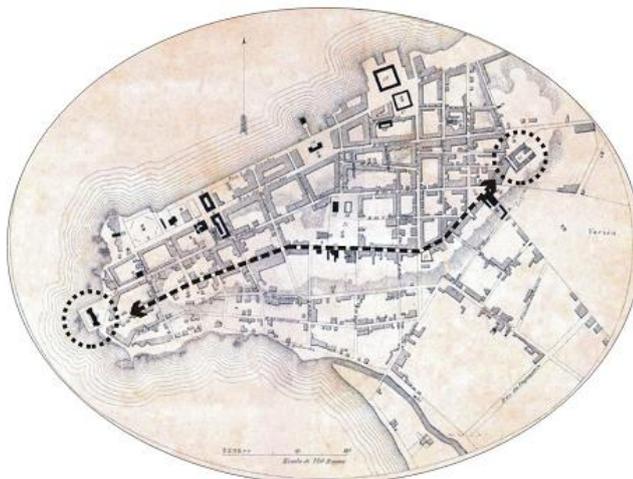


Figura 14 – Planta de Porto Alegre, autor Antonio Eleutherio de Camargo, 1869 – Traçado indicando Rua da Matriz ligando a cadeia na ponta da península, à esquerda, ao hospital Santa Casa, à direita (MELLO, 2010, p. 94)

Fonte: MELLO, 2010, p. 94 – Reprodução.

Na praça Conde D’Eu era ligada ao Mercado Público e contava com um amplo e belo instalado jardim de característica alemã.



Figura 15 – Planta da Cidade de Porto Alegre – autora desconhecida, ano de 1837. Detalhe da Rua do Alto da península e Praça da Matriz, sinalizados. Ao norte, a Praça da Alfândega.

Fonte: FIALHO, 2010, CD de imagens – Reprodução.

As descrições dos espaços apresentam uma cidade dividida a partir da cumeeira da península onde se implanta a cidade, e onde no topo, se localiza a Rua da Igreja. Ao norte está a cidade que acumula equipamentos urbanos e comunitários, os espaços de maior circulação de pessoas, o comércio, o porto, voltada ao sol e protegida dos ventos.



Figura 16 – Planta da Cidade de Porto Alegre por L. P. Dias, ano de 1839. Linhas mais escuras a leste definem o sistema de defesa da capital
Fonte: FIALHO, 2010, CD de imagens – Reprodução.



Figura 17 – Praça da Alfândega e 15 de Novembro, sobre a península da evolução, 1839 - indicação Mello, 2010
Fonte: MELLO, 2010, p. 149 – Reprodução.

Na Praça Marechal Deodoro, encontravam-se os três principais edifícios da cidade, o Palácio, a Igreja Paroquial e o Palácio da Justiça. Posteriormente é construído o Teatro Municipal e o edifício da Assembléia.



Figura 18 – Herrmann Rudolf Wendroth, Pintura em aquarela “Antiga Matriz com o primeiro palácio do governo ao lado”, 1852. População ainda esparsa e vastos espaços no entorno da 1ª praça da cidade
Fonte: MELLO, 2010, p. 92 – Reprodução.

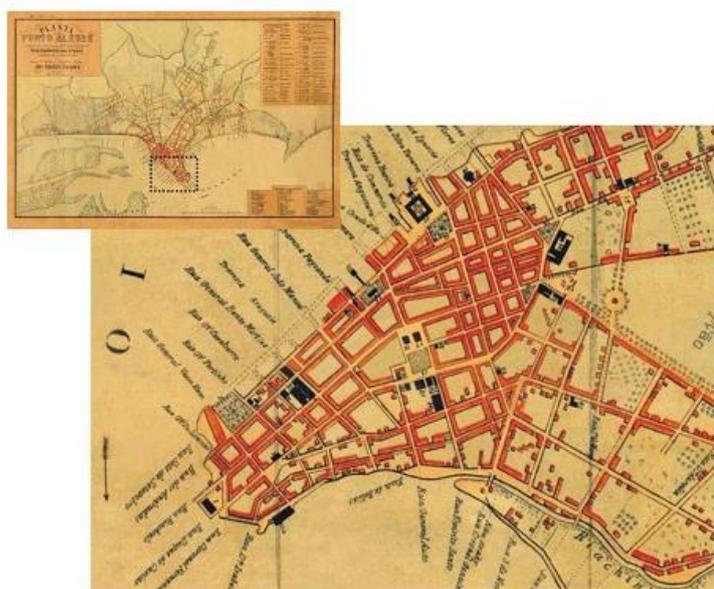


Figura 19 – Planta de Porto Alegre, por João Candido Jacques, 1888 – centro da cidade em expansão
Fonte: MELLO, 2010, p. 138 – Reprodução.



Figura 20 – Foto de Jacob Prudêncio Herrmann, década de 1930. Ponte sobre o Riacho (Ponte dos açorianos)
Fonte: MELLO, 2010, p. 84 – Reprodução.

O campo da Várzea, atual Parque da Redenção, na época próximo ao núcleo da cidade, servia de picadeiro e pastagem para cavalos e bovinos. O espaço era marcado pelo trânsito dos tropeiros e carreiros. Posteriormente é construída a Escola de Guerra e escola de Cadetes – atual colégio Militar.

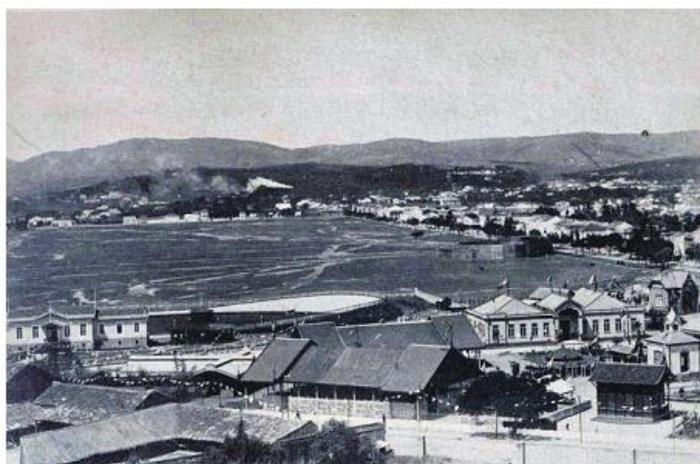


Figura 21 – Campo da Várzea, atual Parque da Redenção –
Biografia duma cidade, 1940, p.239
Fonte: MELLO, 2010, p. 109 – Reprodução.

No estudo de Souza e Muller (2007), em conformidade com o apontamento dos viajantes analisados, os números do crescimento da população de Porto Alegre entre 1820 e 1890 descrevem: 12 mil habitantes em 1820; 16.900 em 1858; 34.183 em 1872 e pouco mais de 52 mil em 1890.

2.2.2 Patrimônio cultural e paisagens urbanas

Na contextualização das definições de “cultura” e “patrimônio cultural” cabe salientar a relação das expressões. Para Meneses (1999), cultura é condição de produção e reprodução de aspectos materiais e não-materiais de práticas coletivas e simbólicas de uma sociedade; Enquanto patrimônio, segundo Gonçalves (2005), é noção de hierarquia de sentidos e valores que os indivíduos adquirem com relação ao significado cultural dado a bens no contexto das relações sociais que estabelecem o que pode ser herdado ou adquirido.

Ambientes urbanísticos e seus contextos são construídos dentro desta relação. Para Silveira e Lima Filho (2005), a materialidade intermédia à relação de pessoas em interações sociais e simbolismos de seu mundo cultural. Portanto estas relações incorporam o indivíduo ao mundo social, estabelecendo vínculos com lugares, pessoas e comportamentos daquela sociedade.

Portanto a memória social releva características relativas à materialidade, e fatos subjetivos que envolvem recordações e interpretações a partir de construções e reconstruções de experiências individuais e dentro das relações entre os indivíduos.

No Brasil, políticas públicas de preservação do patrimônio histórico e cultural sofreram influências e adaptações relacionadas a situações políticas e socioeconômicas refletidas em diferentes períodos históricos. Como refere Sant’Anna (2003), as políticas públicas de salvaguarda que concentravam-se no plano federal se estendiam a administração pública estadual e municipal. Passado o período de governo militar ditatorial, encaminha-se um momento de política mais flexível.

As políticas de preservação que costumavam ser basicamente técnicas e sobre controle do estado, abrem espaço para a dimensão social. Passo fundamental para avanço em relação a projetos de intervenções e requalificação das cidades no que tange os ambientes de lazer e atividades turísticas.

Nos anos que se sucedem esta tendência ganha força em virtude das expectativas criadas com megaeventos previstos para o país, dentre os quais, os jogos Pan-Americanos de 2007, Copa do Mundo de 2014 e jogos Olímpicos de 2016.

Reforça-se, portanto, estas ações e as conseqüências pelas perspectivas do país em se adequar as diretrizes da política salvaguarda do patrimônio cultural no plano internacional. O Brasil adere ao movimento da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) para criação de comissões nacionais voltadas a salvaguarda de patrimônios culturais.

A composição da malha urbana e sua estrutura, esta diretamente ligada à cultura e patrimônio histórico da cidade. Intervenções de porte que demandam impacto sobre diferentes áreas desta configuração devem estar atentos a complexidade dos projetos e suas relações.

Não raro, reconfigurações geram usos alheios aos determinantes no passado, interferindo no caráter e nas raízes urbanísticas e culturais dos mesmos. A desvalorização e/ou esquecimento de bens históricos e as relações das dinâmicas socioculturais quando preponderam em projetos e reconfigurações urbanas perdem características das mais importantes no cenário da cidade.

Sendo assim, estratégias de gestão com diálogos entre as partes; preservação ambiental; critérios de contextualização socioeconômicos e culturais; o respeito ao patrimônio e a identidade da cidade devem ser ponderados na estruturação de projetos. Diante desta realidade, cabe uma revisão sobre quais fatores de dimensão sociocultural das cidades devem ser considerados em intervenções urbanísticas e quais resultados devem ser buscados para que suas ações contribuam para o todo complexo da sociedade envolvida. As práticas de intervenção e requalificação urbana devem considerar que não são estanques, no tempo e no espaço, nem as paisagens urbanas nem o patrimônio cultural – valer-se de aspectos ligados a inclusão social e econômica, transformações sustentáveis e rentáveis e respeito à natureza material e simbólica dos bens.

2.3 PRÁTICAS CORPORAIS E ESPORTIVAS NOS ESPAÇOS PÚBLICOS

As primeiras praças e parques públicos de Porto Alegre datam do final do século XIX, entretanto apenas no início do século XX estes espaços passam a gradativamente, serem ocupados para o uso do lazer e sociabilidade. As modificações política, econômicas e sociais determinaram, ao longo do tempo alterações nestes espaços.

Como reflexo da Revolução Industrial européia e reivindicações pelo tempo livre, o lazer passa ser tomado como direito pela classe. Estas transformações de significados e apropriação dos espaços pela população determinam outras formas de lazer. Nesse sentido, as práticas corporais e esportivas ganham destaque, e por conseqüência a relevância das praças e espaços públicos.

Constituída em um ponto elevado da cidade, em 1772, sendo o centro político e administrativo, da pequena cidade murada da época, a Praça da Igreja Matriz, chamada oficialmente Praça Marechal Deodoro, configurou-se como uma espécie de “acrópole” de Porto Alegre, tornando-se a primeira praça da cidade.

Entre os anos 1920 e 1950, o movimento mundial, vinculado à educação física, no sentido de prevenir a delinqüência juvenil estimulou o interesse em investimentos institucionais em educação. Aumenta a demanda de trabalhadores dispostos à prática de esporte que se popularizava, também em função da conquista do tempo livre. Neste sentido, torna-se relevante o aprimoramento dos espaços com a qualificação dos mesmos e instalações de novos equipamentos.

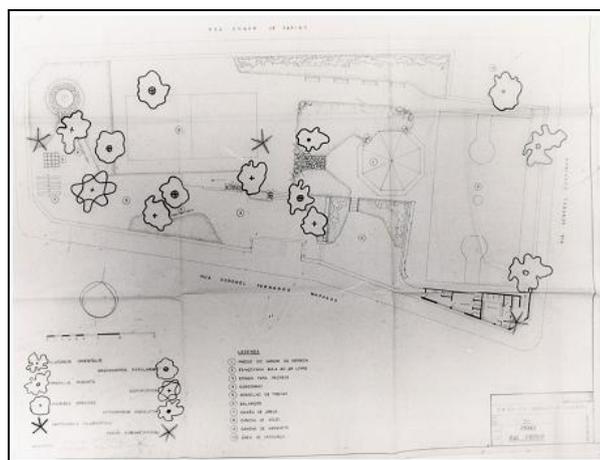


Figura 22 – Planta do 1º Jardim de Recreio na Praça de Desportos General Osório. s/d.

Fonte: Arquivo do CEME/ESEF/UFRGS Pasta-arquivo sob título Recreação Pública - Reprodução.

A conjuntura da recreação em Porto Alegre é constituída numa estreita relação entre Educação Física, esporte e as instituições, em consonância com a política social e urbana da época. Assim, o Serviço de Recreação Pública preocupou-se, especialmente, com a massificação das atividades físicas nos Jardins de Recreio, logradouros públicos destinados a promover a formação física, social e moral, além de atender às atividades culturais diversas. (GOMES, 2003)

As praças mantinham ligação íntima com as escolas, sendo locais amplos que em seus programas proporcionavam aos freqüentadores alegria pela prática de jogos e atividades ao ar livre.

O Professor Gaelzer, principal expoente na constituição dos projetos e atividade, tinha também como intenção a formação de equipes para competição nas praças. Desde os primórdios da recreação na cidade, com a implementação dos programas, as praças já eram representadas por suas equipes em competições interpraças. Conforme corrobora Cunha (2009) sobre os Clubes da Praça

A organização das “Praças de Desportos” realizada pelo professor Gaelzer era notável. Para facilitar o controle e a própria fiscalização todos os freqüentadores assíduos eram registrados e classificados em categorias. [...] Assim cada praça, para participar dos campeonatos que realizavam, poderia formar os seus *clubs* representantes[...].



Figura 23 – Praça de Desportos José Montauray. s/d.

Fonte: Arquivo do CEME/ESEF/UFRGS Pasta-arquivo sob título Recreação Pública - Reprodução.

Muitos embates esportivos e campeonatos populares foram realizados nas praças, especialmente na década de 1930 e 1940, sendo que a ideia dos *clubs* das praças demonstrava a filosofia desde os primórdios na criação dos primeiros Jardins de Recreio, de estimular a educação corporal e moral da juventude, além da escola, estendendo-se às praças, parques e *clubs* através das competições esportivas.

As atividades esportivas eram organizadas especialmente por associações de origem alemã freqüentadas pela elite da cidade. Caracterizando-se pela importância dada ao culto ao corpo e a mente, à educação moral da juventude, à disciplina e a

valorização da cultura, percebendo-se o valor enraizado na obediência e militarização e expressão do Nacionalismo.



Figura 24 – Time de Voleibol da Pç. n.º2 Pinheiro Machado. s/d.
 Fonte: Arquivo do CEME/ESEF/UFRGS Pasta-arquivo sob título
 Recreação Publica - Reprodução.

Nas principais praças, onde ocorriam também festividades e eventos, o discurso de apelo ao patriotismo é evidente, e neste sentido a valorização da cultura física e moral sempre esteve presente, sendo uma expressão de sincronia, precisão e harmonia com atividades controladas e disciplinadoras, instrumento dessa domesticação das massas pretendidas pelo Nacionalismo da Era Vargas.

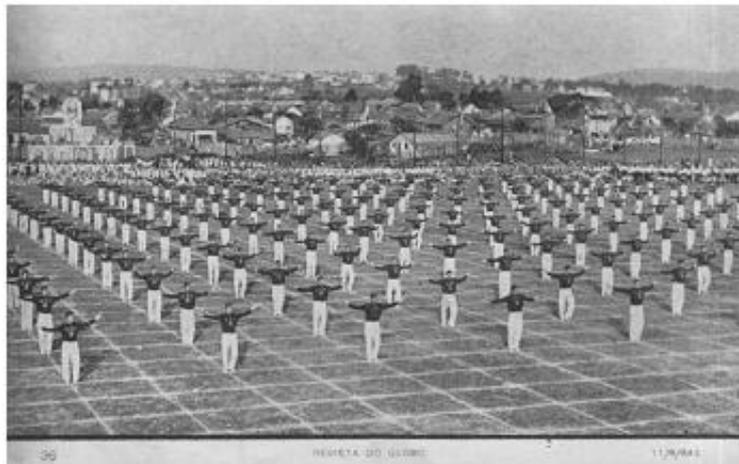


Figura 25 – Alunos da EPC Escola Preparatória de Cadetes nas Demonstrações de Educação Física nas festividades da Semana da Pátria nos Campos de Pólo da redenção – Revista do Globo, POA, v. 15, n. 345, p. 36, 11 set. 1943
 Fonte: MAZO (2005) - Reprodução.

Iniciado o período do Estado Novo, a participação popular e a aceitação integral das ideias vinculadas à projetos e práticas sociais passa a ganhar importância para manter-se a sociedade controlada. Uma das ideias para efetivar essa nova conjuntura foi o controle e organização dos espaços públicos através da moral e do civismo para forjar o idealismo de sociedade unida e harmônica.

Em Porto Alegre o grande palco de apresentações e práticas neste sentido foi o Parque Farroupilha, a Redenção, que sediava demonstrações de expressão corporal como uma nova ordem onde a unidade e o progresso eram retratados. Nessas práticas o espírito esportivo e a disciplina eram exaltados como estruturas de um modelo como futuro promissor, propagando a importância do fortalecimento físico, moral e mental para o crescimento do país.

Como já mencionamos, no capítulo anterior, o processo ocorrido entre os anos 1920 e 1940, no que tange às práticas corporais, a partir da criação dos *clubs* das praças, do desenvolvimento de atividades organizadas e de caráter cívico, através de um corpo técnico mais elaborado.

Cabe ressaltar, neste sentido, a importância dos projetos de melhoramentos e estruturação da malha urbana, que redefiniram a conjuntura geral da cidade e seus espaços, disponibilizando a realização de tais práticas.

Este avanço está associado a mudanças no estilo de vida, e nas diversas configurações sociais existentes. As mudanças na cultura ocidental se relacionam as formas de controle social desenvolvidas, determinando uma possibilidade maior de entretenimentos à sociedade. Neste sentido, a configuração dos espaços públicos com novas alternativas e instalações de equipamentos, compactuava para práticas de lazer e atividades esportivas e recreação.

Segundo Elias e Durnning (1992), as atividades atuais vinculadas ao lazer liberam as tensões provenientes do estresse diário, além de permitirem manifestações intensas de sentimentos, porém, sem ameaçar a integridade física e moral das pessoas e sem afrontar a ordem estabelecida, apresentando três formas de ativação emocional: sociabilidade, mobilidade e imaginação.

3 PLANEJAMENTO URBANO

O planejamento urbano faz-se necessário visando proporcionar a integração do homem com a natureza. Os centros urbanos são organizados e compostos por intensas relações econômicas, sociais e culturais, pelo fato do contato e convívio de pessoas de diferentes etnias, religiões, níveis educacionais e valores culturais. Sendo assim, os parques urbanos são espaços que facilitam as relações sociais, promovem a interação entre cidadãos e turistas, através de ambientes propícios ao lazer e a utilização do tempo livre.

Os espaços de lazer e parques urbanos não estabelecem um padrão, pois se diferem sobre aspectos como dimensões/áreas; funções, tipos de equipamentos; espaço de preservação ambiental; de socialização; de consciência ambiental. Sendo assim, podem assumir diferentes funções e usos, seguindo a influência da estrutura urbana, do fenômeno social e da preservação de áreas verdes. Desta forma, a cidade necessita ser reconhecida como parte da natureza, sendo que o espaço natural está dentro dela. Com a conscientização do valor social e do poder da natureza pelas partes que planejam os espaços urbanos e cidadãos, esta passa a ser cultivada e incorporada aos projetos da cidade.

Entende-se que os parques urbanos são espaços de uso para estabelecimento de relações sociais, por meio de práticas esportivas, culturais, educativas, artísticas e ambientais. São importantes para a qualidade de vida das pessoas, preservação da natureza, história da vida cotidiana, configuração espacial e influenciam na estrutura das grandes cidades. Quando atrativos turísticos trazem influências à economia das cidades além de reflexos na cultura e desenvolvimento estrutural.

3.1 HISTÓRICO DO PLANEJAMENTO EM PORTO ALEGRE

Com relação ao fator “planejamento” a cidade de Porto Alegre torna-se referência por ser a primeira Capital do país a ter um Plano Diretor. Como vimos, no início do século XX, surgiu a primeira tentativa de organizar o crescimento da cidade com o arquiteto João Moreira Maciel propondo o "Plano Geral de Melhoramentos"

em 1914. Apesar de ser um plano tipicamente viário, era baseado em princípios orientadores bem definidos.

Estabelecia, basicamente, a necessidade de criação de vias de acesso suficientemente amplas que desafogassem o tráfego do Centro para a periferia e vice-versa. Assim, foram projetadas as avenidas Júlio de Castilhos, Otávio Rocha e Borges de Medeiros e a primeira ponte sobre o Arroio Dilúvio. Estas idéias influenciaram a elaboração dos futuros Planos.

Plano Gladosch – É caracterizado como a segunda tentativa de planificar a cidade e ocorre no período entre 1935/37, com estudos realizados por Edvaldo Pereira Paiva e Luiz Arthur Ubatuba de Farias. O trabalho, denominado "As Linhas Gerais do Plano Diretor - Contribuição ao Estudo de Urbanização de Porto Alegre" partia do plano elaborado por Maciel e voltava-se, também, para as questões viárias. Os dois urbanistas trabalharam, por exemplo, na elaboração do traçado definitivo da Avenida Farrapos e destacaram, entre outras questões importantes, a necessidade de construção de um túnel sob a Avenida Independência. Esta intenção deu origem - quase 40 anos mais tarde - aos estudos que resultaram na construção do complexo do túnel e elevadas da Conceição. Também foram os dois urbanistas que planejaram o sistema de radiais e perimetrais para a cidade.

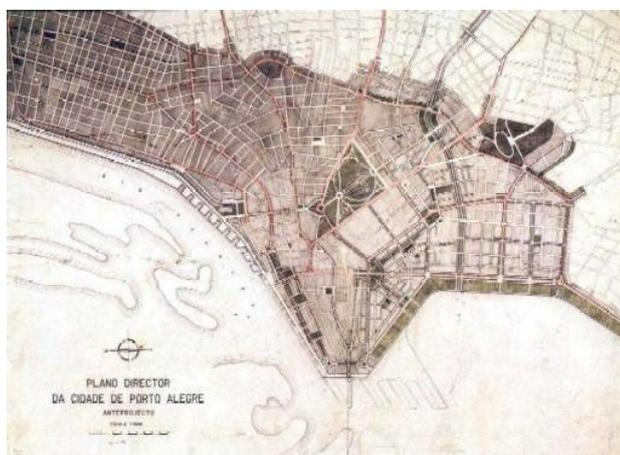


Figura 26 – Mapa proposta Plano Diretor da Cidade, 1938

Fonte: Site Prefeitura de POA. Acesso, maio 2016

Em 1938, o urbanista Arnaldo Gladosch foi contratado para elaborar um Plano Diretor para Porto Alegre. Um ano depois, foi criado o Conselho do Plano Diretor (que atua até hoje), para o qual o arquiteto apresentava suas ideias. O chamado Plano Gladosch, embora já destacasse a necessidade do "zoneamento" da cidade, resultou numa proposta essencialmente viária. Três estudos chegaram a ser

apresentados, mas não foi ainda desta vez que a Capital gaúcha passou a contar com um Plano Diretor.

Plano de 1959 - Outro passo importante foi dado em 1942, quando Edvaldo Paiva deu início à elaboração do chamado "Expediente Urbano de Porto Alegre", que resultou numa completa radiografia da cidade. Cerca de dez anos mais tarde, Paiva e Demétrio Ribeiro organizaram um anteprojeto de planificação inovador para a época, que fixava normas a serem seguidas pelas quatro funções urbanas: habitação, trabalho, lazer e circulação. Pela primeira vez, houve preocupação em sugerir um esquema de zoneamento onde as áreas residenciais eram divididas em unidades de habitação e onde constavam as áreas industriais e comerciais.

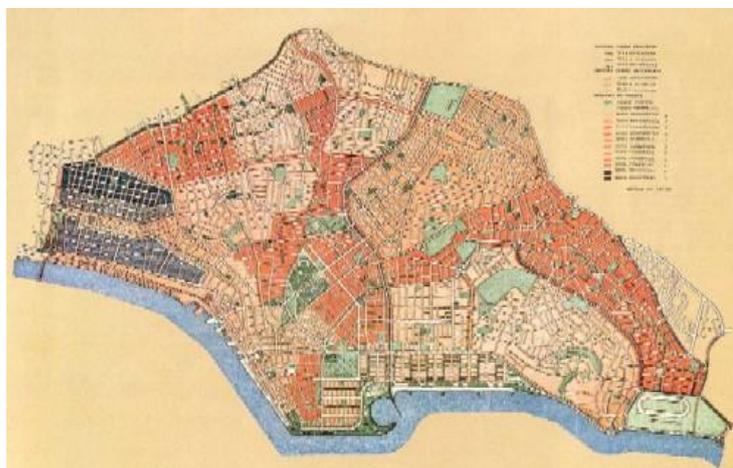


Figura 27 – Mapa proposto Plano Diretor da Cidade, 1959

Fonte: Site Prefeitura de POA. Acesso, maio 2016.

Embora transformado em lei no dia 30 de dezembro de 1959 (Lei 2046/59), o Plano acabou sendo alterado pela Lei 2330/61, quando entrou em vigor. A área física do Município coincidia, na época, com a superfície mais habitada da cidade, onde era mais urgente a regulamentação. Seus limites eram as avenidas Sertório, D. Pedro II, Carlos Gomes, Salvador França, Aparício Borges e Teresópolis.

Com o passar dos anos, a legislação urbanística passou a normatizar outras áreas do Município. Foram criadas, as extensões A (em 1964, pelo Decreto nº 2872); Extensão B (em 1967, pelo Decreto nº 3487); Extensão C (em 1972, pelo Decreto nº 4552) e Extensão D (em 1975, pelo Decreto nº 5162).

1º Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) - Entrou em vigor em 21 de julho de 1979. Todo o conjunto de normas foi consolidado em um único texto legal e, pela primeira vez, o planejamento atingiu toda a área municipal, definindo-se

as **zonas urbana e rural**, com a primeira sendo dividida em partes de uso intensivo e extensivo, destacando a preservação paisagística e ambiental de forma a evidenciar os elementos naturais. A zona urbana intensiva foi dividida em setores denominados de Unidades Territoriais de Planejamento (UTPs), classificados segundo tendências de uso e ocupação do solo. Assim, o regime urbanístico e os dispositivos de controle das edificações foram definidos como consequência da ocupação prevista para cada setor (Unidades Territoriais Residenciais, Mistas, de Comércio/ Serviços e Industriais). Também foram criadas as chamadas Unidades Territoriais Funcionais para áreas de natureza especial e que deveriam, por esta razão, contar com um regime urbanístico próprio (valor histórico cultural, de valor paisagístico etc).

Outra novidade do 1º PDDU foi a participação comunitária no processo de planejamento, ainda que de forma bastante restrita.

O 1º PDDU permaneceu em vigor por 20 anos. Neste período, pela falta de atualizações periódicas, acabou ocorrendo um distanciamento entre algumas de suas propostas e a realidade da cidade.

A sanção da **Lei Complementar 434 de 1º de dezembro de 1999** aconteceu quando a cidade vivia um momento ímpar, em termos de planejamento urbano. Em julho desse ano, o 1º Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (1º PDDU) havia completado 20 anos de aplicação, enquanto que, no dia 30 de dezembro, o Plano Diretor de 1959 (Lei 2330), que foi o primeiro que a cidade passou a contar, completou 40 anos de sua aprovação. Por uma coincidência histórica, os três planos diretores da Capital acabaram sendo aprovados em períodos de 20 anos.

A L.C. 434/99 sofreu vários ajustes. As modificações mais profundas foram introduzidas pela Lei Complementar nº 646/2010 que revisou o Plano Diretor. Entrava assim, em vigor no dia 26 de outubro de 2010, o **novo PDDUA**.

3.1.1 Estruturação do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental – PDDUA

A necessidade de reformulação do 1º Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano – PDDU, que daria origem ao atual Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental – PDDUA, conforme Albano (1999), foi fruto de um logo

processo de críticas e consolidações que vinham, se consolidando entre aqueles que interagiam com a questão do planejamento e plano diretor, tanto os construtores da cidade, gestores públicos, técnicos especializados, quando a comunidade em geral. Percebe-se, portando a voz mais ativa da comunidade em geral nas questões públicas da cidade.

Neste sentido, as aprovações das Constituições Federal e Estadual, e a nova Lei Orgânica para o município, em 1988, 1989 e 1990 respectivamente, trazem novos horizontes no que tange a redemocratização do país.

O movimento de reforma urbana e posteriormente o dos profissionais vinculados à construção civil, os quais faziam críticas à complexidade do plano vigente e às dificuldades administrativas da tramitação de processos dentro da prefeitura. Buscou-se uma legislação mais simples, rotinas menos complicadas, maior liberdade de projeto e flexibilidade nos dispositivos de controle das edificações.

Ainda o grupo representado pelo conjunto de técnicos da Secretaria do Planejamento Municipal, também reforçava a necessidade de promover mudanças. Responsáveis pela aplicação e atualização das diretrizes do 1º PDDDU, estes técnicos conscientizaram-se sobre a perda da sua coerência, o que justificava a sua avaliação.

Estas reavaliações, entre 1993 e 1999 determinaram a constituição do 2º PDDUA, a partir de dois elementos fundamentais: seu conteúdo e processo metodológico, portanto um projeto político e estratégico de governo para ampliar a base de participação da cidadania na discussão da cidade, reforçado pelo compromisso assumido pela Administração Popular desde 1989.

Entretanto, desde o começo do século XX, apesar do lema “Melhoras, conservando”, inspirado no positivismo de Conte, se refletia, no próprio conteúdo do plano, a dificuldade em viabilizar as obras necessárias à cidade, face aos escassos recursos. Moreira Maciel, por exemplo, afirmava que a abertura de avenidas largas na área central da cidade era incompatível com o orçamento municipal disponível na época.

Por outro lado, a remodelação urbana da cidade se caracteriza pelo processo contínuo, tendo, a partir dos anos 30, um período relevante com trabalhos de Ubatuba de Farias e Edvaldo Paiva, sob influência dos movimentos urbanísticos desenvolvidos no rio de Janeiro e São Paulo.

Os princípios da Carta de Atenas e um pré-plano passam a ser considerados e os conceitos de zoneamento de usos com base na predominância das funções residência, indústria e comércio, são adotados, assim como as unidades de habitação ou Unidades de Vizinhança. Este conceito é posteriormente é incorporado ao 1º PDDU, em 1979, com o objetivo de descongestionar o centro principal da cidade e de estruturar vias perimetrais e radiais. Neste contexto, a década de 50 se caracteriza como um período de relevante processo de desenvolvimento e reestruturação da cidade e seu planejamento.

O pré-plano Paiva-Ribeiro se concretiza em 1959 e é alterado em 1961 traduzindo um Plano Diretor com regulamentações sobre aspectos físicos da cidade. Abrangendo, inicialmente uma parte do território municipal até 1975, se estendeu às demais parcelas municipais caracterizando a ocupação intensiva. Também em 1961, é criado o Fundo do Plano Diretor, objetivando vincular recursos financeiros às necessidades de implementação de obras, segundo prioridades anualmente organizadas pelo Conselho do Plano diretor, proposto no período em que Gladosch formulou planos de estudos para Porto Alegre.

Relativo aos espaços verdes fica evidente sua alteração de concepção de função. A busca de locais para encontro, recreação e lazer, decorrência natural do processo de urbanização com densificação, transforma a perspectiva inicial – meramente higienizadora e saneadora – em local de convívio e interação social. Sendo assim, é salientada a carência destes tipos de equipamentos, sendo estimulados estudo e implantações de novos e renovados espaços públicos para este fim na cidade.

Através do Programa de Reavaliação do Plano Diretor – PROPLAN – desenvolvido com recurso de linha especial de créditos do Banco Nacional de Habitação – BNH, a Secretaria do Planejamento Municipal de Porto Alegre iniciou em 1976, o processo de revisão do plano que culminou na proposta da Lei Complementar 43, aprovada em julho de 1979, que traduz o 1º PDDU. Técnicos da SPM, além de profissionais e entidades como a METROPLAN – Fundação Metropolitana de Planejamento – e o PROPUR – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da UFRGS, estiveram em permanente articulação com os projetos dos demais organismos municipais, entidades públicas e privadas além das comunitárias com as quais o programa manteve comunicação constante.

O conjunto de diversas Unidades Territoriais de Planejamento com atividades predominantes do mesmo tipo, formaram as “zonas de uso do solo urbano”. Por outro lado, o conjunto de Unidades Territoriais de Planejamento, que se forma de acordo com critérios de população e relacionamento com a estrutura urbana, definiu uma região caracterizada por seções.

A participação comunitária é destacada pela permanente assessoria através das Associações de Moradores, ao nível particular e do Conselho Municipal do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano – CMPDDU, a nível de município. Esta participação se complementa na esfera política, através da Câmara Municipal, onde eram feitos os exames relativos às aspirações e interesses dos moradores.

Neste contexto, em 1993, através da continuidade administrativa conquistada na prefeitura municipal, e num clima de reflexão local, nacional e internacional sobre os paradigmas que conduziam a prática do planejamento e suas normas formas de gestão local, é lançado o Projeto Cidade Constituinte, tornando-se prioridade da administração popular na gestão de Olívio Dutra entre 1989 e 1992.

O discurso era baseado nas preocupações sociais, engajada na busca de melhor qualidade de vida e de forma democrática e na consolidação da participação popular através do Orçamento Participativo.

As quatro bases da estruturação dos trabalhos desenvolvidos em 1993 apresentavam conteúdos com desafios e interesses específicos, originados de debates internos e externos à Prefeitura Municipal, de acordo com cada temática, sendo:

a) Reforma e Desenvolvimento Urbano:

Salientava-se problemas referentes à política habitacional, com debates sobre a regularização fundiária, a função social da propriedade e a necessidade de regularização da Lei Orgânica Municipal; Realçava a necessidade de avançar nas discussões sobre o Plano Diretor de saneamento e meio-ambiente, que carecia de compatibilizações com os demais instrumentos de planejamento municipal; Envolvia a consciência sobre desenvolver projetos especiais para partes significativas da cidade, destacando-se a área portuária, as interfaces do Guaíba com a cidade, os bairros Humaitá e Navegantes e alguns “centros de bairro”.

b) Circulação e Transporte:

As preocupações preponderantes referiam-se à qualificação do transporte urbano e às perspectivas de contemplação da malha viária principal da cidade.

c) Desenvolvimento Econômico:

A partir da consciência sobre a vocação da cidade para o setor terciário, esta temática trazia como assuntos específicos, o desenvolvimento de políticas para o setor primário e secundário, o encaminhamento de ações que propiciassem o desenvolvimento tecnológico e a possibilidade da inserção da cidade na economia da Região Metropolitana e do MERCOSUL, além de promover a economia informal. Objetivava-se assim, a implementação do Pólo de alta Tecnologia, de potencializar o Loteamento Industrial da Restinga, de valorizar as atividades de turismo e as relações com o MERCOSUL.

d) Financiamento da Cidade:

Objetivava a avaliação da política tributária municipal, a perspectiva de potencialização de um Banco de Fomento Municipal e de um programa de captação de recursos para o desenvolvimento urbano.

As preocupações apresentadas pelas Diretrizes de Desenvolvimento Urbano, muito se assemelhavam aos eixos definidos pelo governo no final de 1993, e referenciavam:

- a) possibilidade de competitividade da cidade num mercado mundial;
- b) integração da cidade numa rede de cidade;
- c) busca de equilíbrio, em diferentes níveis e entre distintas partes, entre crescimento e qualidade de vida, meio-ambiente e atividades produtivas;
- d) equilíbrio sócio-ambiental e justiça sócio-ambiental;
- e) possibilidade de alcançar uma cidade atrativa.

De maneira inovadora, surge a discussão sobre espaços abertos na elaboração do PDDUA. Anteriormente colocada nos planos apenas através de padrões homogêneos que definem a existência física de áreas para praças, parques, escolas e vias é, agora, trazida para debate como um dos elementos essenciais do projeto de cidade. Em síntese das preocupações com a “Noção de Aspectos de Gestão”, esta questão vem subdividida em três ênfases essenciais: Democratização, Papel do Estado e Instrumentação.

DIRETRIZES PARA PORTO ALEGRE

Sob a forma de eixos e traduzindo a elaboração da coordenação do governo as diretrizes de planejamento são lançadas conforme as temáticas predominantes conforme a Figura 28.

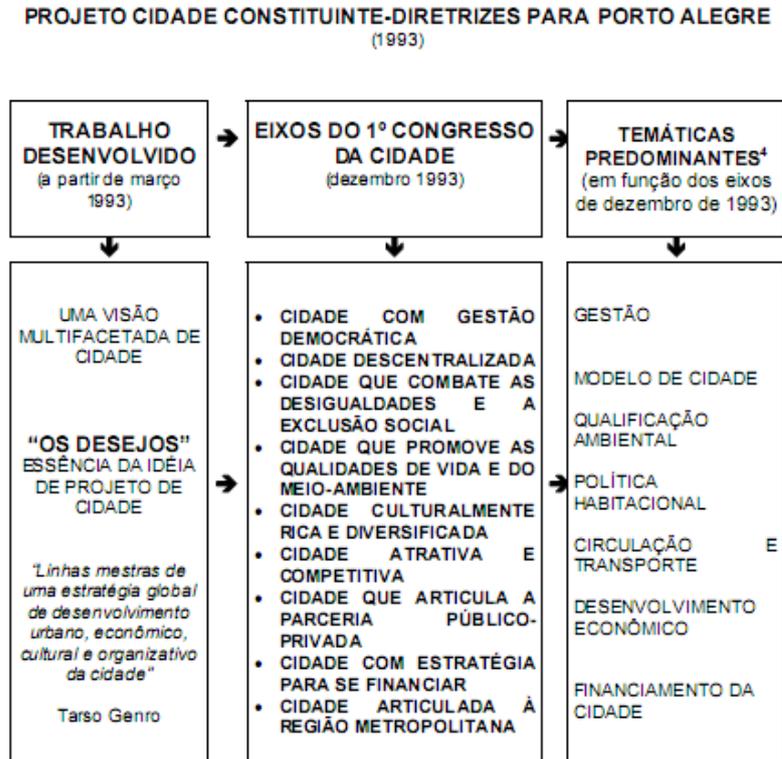


Figura 28 – Cidade Constituinte - Diretrizes

Fonte: Discursos de 1993, (ALBANO,1999, p.107).

A partir de 1994, o Cidade Constituinte deixa de ser um projeto do conjunto do Governo e passa a ser um projeto da SPM, visando promover a revisão do 1º PDDU. Projetos como os Planos Regionais e da Política Habitacional, conteúdos inovadores do novo PDDUA não contemplavam o anterior PDDU, assim como o Sistema de Planejamento.

No que se refere à “Promoção Econômica”, pela primeira vez nas estruturas de planejamentos urbanos desde o início do século XX se percebe também uma articulação objetivando o desenvolvimento neste sentido.

No novo PDDUA o “Projeto de Cidade”, ao contrário das ideais originais do 1º Plano, onde se verificava estratégias que avançavam em relação à perspectiva de construção da cidade apenas através de normas definidas em um plano regulador da propriedade privada, agora as noções de participação social, de ação

compartilhada público-privada e de cidade que se constrói, a partir de uma ação através dos instrumentos propostos, desenvolvem a capacidade de fazer previsões e assim, alcançar resultados mais condizentes com a realidade.

O “Projeto de Cidade” na visão do novo PDDUA objetivava maior, simplificação, flexibilidade e clareza nas ações.

Finalmente em 1999, a partir dos debates sobre a nova Constituinte e com bases nas discussões sobre Habitação e Reforma Urbana, focados nos problemas urbanos referentes à desigualdade de classes e nos direitos sociais, é aprovado o novo PDDUA.

Tal modificação se dá na medida em que, além da natural democratização da política após o fim do regime militar e a própria discussão acalorada em torno da reformulação da Constituição, a atitude dos movimentos sociais sofre alteração em seu caráter, passando de meramente reivindicativa para uma atuação propositiva e cooperativa, viabilizando parcerias com o poder público.

Tendo como suporte para agregar valor às diretrizes do novo PDDUA, o planejamento também contou com a estruturação proposta por Barcelona em função dos jogos Olímpicos em 1992. O enfoque global incorporado propunha além de reflexões sobre a inversão de prioridades, a real dimensão da cidade ao reconhecer sua porção informal, a necessidade de considerar temas como sustentabilidade, transdisciplinaridade e Modelo Espacial, abordando a apropriação coletiva de espaços, áreas livres naturais, diversidade e descentralização e nova lógica de circulação de pessoas e veículos.

Além disto, são reconfigurados aspectos de Gestão, com noções de democratização e reavaliação do papel do Estado, visto como facilitador e negociador.

Conferindo o grande problema de resultado prático com as novas diretrizes, verificou-se o setor da construção civil, especialmente no que diz respeito a elaborações definindo dispositivos de controle das edificações, quando esbarra na tentativa de defini-los de forma consensual. Um exemplo era os moradores de bairros onde as tipologias tradicionais estavam sendo substituídas por edifícios mais altos queixavam-se da invasão de seu território pelas incorporadoras que, em seu papel de buscarem novas localizações a serem tomadas como pontos de densificação, encontravam apoio em dispositivos ainda frágeis.

Através destas ponderações sobre o desenvolvimento dos planos vinculados ao urbanismo da cidade até chegarmos ao Plano vigente, percebemos que houve aumento da democratização do modelo e reestruturação com enfoque não apenas à higiene e saneamentos mas a questões de maior flexibilidade viária, produção de recursos econômicos e de gestão e preocupações ambientais. Com relação aos descontentamentos ao Plano, pode-se sugerir duas possibilidades principais: primeiramente relativo a aspectos simbólicos da cidade, especificamente a identificação dos cidadãos com o espaço urbano; segundo com respeito à concepção de planejamento como instrumento de controle.

3.2 CIDADES MODELO – CINGAPURA E CURITIBA

Como pontos de referência no mundo, um grupo de cidades é qualificado e classificado como modelo – qualificação esta constituída a partir de elementos urbanísticos, de práticas de gestão ou das chamadas “soluções criativas” para problemas urbanos.

Diante deste quadro, duas cidades bem distintas, mas semelhantes por seus modelos de projetos e gestões podem ser citados: Cingapura e Curitiba. Estas cidades reproduzem uma seqüência de padrões e orientam-se através de *city marketing*, para ações designadas à conquista e manutenção da marca de cidades-modelo. São requisitos e padrões internacionais de atratividade, nos quais as cidades as cidades globalizadas captam investimentos.

Estas cidades alcançam status de cidades internacionais especialmente pela retórica oficial de seus governos e coalisões empresariais bem como a notoriedade conferida pelos organismos internacionais. É conferido um padrão aos projetos da cidade baseado em modernos conceitos de reestruturação urbana e reorganização das formas e sentidos do poder.

Os debates acrescidos de um “pensamento único” e ao consenso são formas de minimizar as diferenças e conflitos existentes. Essa ação, conduzida pelo discurso de flexibilidade e pela correlata idealização da técnica, expressa o teor dessa nova modernização. (RIBEIRO, 1999)

As articulações que sustentam a padronização das cidades-modelo apresentam um funcionamento e desempenho organizativo que inspiram outras

idades e adquirem o conceito de “cidades internacionais”. Não basta, entretanto, admiração e reconhecimento, é necessário a efetiva produção e obtenção de metas propostas.

Segundo Moura (1999), os projetos basicamente físico-urbanísticos que permitiam a formação de “modelos” dão espaço para ações e práticas de gestão. Na Conferência Mundial sobre Cidades-Modelo, realizada em Cingapura em 1999, resulta em um exercício de gestão urbana voltada a “otimizar a competitividade priorizando os interesses coletivos”, resultando em intervenções urbanísticas notáveis.

Considerando os pressupostos para se tornar uma cidade- modelo, os especialistas classificam seguindo as seguintes considerações:

- a) Preparo para a vida em comunidade, com a requalificação do desenho urbano universalização dos serviços;
- b) Garantia da mobilidade e da acessibilidade a partir de sistemas públicos de transporte de massa;
- c) Uso e ocupação do solo mesclados a uma variada estrutura funcional;
- d) Valorização da atratividade urbana a partir da identidade e qualidade ambiental;
- e) Existência de uma base econômica sustentável;
- f) Organização funcional e tecnológica para a realização de negócios;
- g) Capacidade de articulação e troca de práticas inovadoras com outras cidades e comunidades;
- h) Participação comunitária nas decisões;
- i) Parcerias entre o setor público e o privado;
- j) Planejamento contínuo e transparência na gestão

Sustentabilidade urbana como pressuposto comum:

O Conceito de “cidade-sustentável” que está diretamente legado à “cidade-modelo”, segundo Acselrad (1999), compreende diferentes conteúdos e práticas, estando longe de ser objetivo e consensual.

Notam-se recorrentes casos de projetos com base técnica possibilitados a legitimar indicadores de qualidade de vida ou de sustentabilidade urbana, entre eles: áreas verdes, lixo reciclados e ciclovias. Evidencia em essência as “boas práticas das ruínas” como preparo das políticas e relações sociais que estruturam o modelo.

A estrutura é baseada em na eficiência da estrutura ecoenergética e da qualidade de vida. Propõem-se o desenvolvimento de tecnologias contra a degradação energética, estimulem a reciclagem e a despoluição dos ambientes. Neste sentido, projetos de reeducação ambiental e mudança técnica urbana são propostos. Nota-se neste modelo, uma despolitização da questão ambiental, amenizando conflitos entre meio ambiente e economia.

Neste contexto é fundamental uma qualificação do ambiente urbano para realçar a atratividade e inspirar orgulho dos moradores, além de adquirir potencial de investidores. As próprias imagens de marca das cidades são produzidas para reforçar o modelo de sustentabilidade. No caso aqui descrito temos como “Cidade Jardim” para Cingapura e “Cidade Ecológica” para Curitiba.

<u>Cingapura</u>	<u>Curitiba</u>
- Cidade modelo	- Cidade modelo
- Cidade sustentável	- Cidade sustentável
- Cidade planejada	- Cidade planejada
- <i>Global City</i>	- Cidade de Primeiro Mundo
- Cidade Jardim	- Capital ecológica
- Cidade equatorial de excelência	- Capital brasileira da qualidade de vida
- Cidade multiétnica: <i>where the world comes together</i>	- Curitiba de todas as gentes
- Cidade de alta tecnologia	- Cidade saudável
- <i>New Asia Singapore</i>	- O Brasil urbano que deu certo

Figura 29 – IMAGENS DE MARCA

Fonte: CADERNOS IPPUR. ANO XIII. Ago-dez, 1999.

Segundo Kiat (1999), o caso de Cingapura apresenta além de projetos de recuperação ambiental e otimização de uso dos recursos naturais, também a densa paisagem amenizadora do clima e da urbanização que compõe a imagem da “Cidade Jardim”. Contudo, os projetos apresentam evidências de perda de elementos naturais no paisagismo e pouca capacidade de preservação de habitats e da biodiversidade.

Ainda conforme Sánchez e Moura (1999), o modelo de Curitiba, “Cidade Ecológica” apresenta elementos ambientais de reciclagem de lixo, criação e expansão de áreas verdes e de parques temáticos e étnicos, e programas de

educação ambiental. Entretanto o fundamento ecológico destas ações foi questionado nas audiências públicas sobre impacto ambiental dos novos distritos industriais destinados ao parque automotivo, instalado hoje sobre áreas de mananciais. A justificativa mediante esta perspectiva foi a oferta de empregos.

Cidades sustentáveis, preservação da qualidade de vida e eficiência ecoambiental são a base do modelo em análise. Estas noções devem estar presentes no conjunto das políticas urbanas, nos pactos e acordos entre agentes, ou no conteúdo atribuído a boa governança.

Pugh (1996) afirma que Cingapura e Curitiba contemplam esta essência do modelo referente à sua macrotendência, considerando a economia política dominante fornecendo as pautas para as relações mercado-estado na cidade, incorporando, como estruturadoras, as nações de governança e de sustentabilidade.

Curitiba, já nos anos 70, durante o governo militar, foi considerada cidade modelo, por levar adiante uma modernização urbanística que traduzia na escala local um modelo de planejamento tecnocrático pretendido para os demais centros urbanos do Brasil.

A partir de então a imagem de cidade-modelo é associada a uma continuidade política, outorgando à administração municipal o papel de exportadora de tecnologias urbanísticas, contemplando transporte urbano, desenho de espaços públicos e gestão urbana ambientalmente sustentável.

Com relação as adaptações tecnológicas da cidade, são evidentes as buscas por alternativas energéticas ao transporte, na substituição do individual pelo coletivo e dotação de vias controladas e de uso exclusivos.

Para Vainer (1999), neste modelo verticalista de planejamento e gestão, há poucos canais democráticos de participação. Por outro lado, existe ampla participação cidadã – parecendo mais corresponder a uma adesão social ao projeto hegemônico, acrítica e reverenciadora, do que efetivamente uma cidadania substantiva. Neste sentido, as instâncias de participação nos projetos urbanos têm um conteúdo tenuemente consultivo e claramente legitimador das políticas sociais. E corrobora sobre esse prospecto, Oliveira (1995) considerando que o influente envolvimento em instâncias de decisões fica restrito aos atores partícipes das coalisões dominantes ligadas aos grandes interesses localizados.

- Cidade-modelo: gestão ambiental, transporte de massa e urbanismo
- Planejamento centralizado, forte controle social por parte do Estado e da mídia
- Continuidade administrativa e de implementação do plano
- Ausência de canais de participação popular legítimos
- Política urbana “market friendly”

Imagem como estratégia – City Marketing

- Meio urbano inovador e qualidade de vida
- Sustentabilidade urbana: Cidade Jardim e Cidade Ecológica
- Dependência externa de recursos naturais
- Construção do senso de pertencimento
- Difusão de modelo de gestão (boas práticas)
- Ícones urbanos: elementos paisagísticos e do patrimônio
- Indústria do turismo: multiculturalismo, identidade urbana, paisagem
- Tecnificação urbana: transportes, circulação, indústria ambiental

Figura 30 – Elementos comuns nos modelos Cingapura e Curitiba:

Fonte: CADERNOS IPPUR. ANO XIII. Ago-dez, 1999.

3.2.1 Barcelona e Lisboa – Referências de gestão

O modelo proposto em Barcelona de projetos e intervenções em função dos jogos Olímpicos de 1992, não apenas sob perspectivas urbanísticas arquitetônicas, mas de caráter de políticas públicas, estratégias econômicas, inclusão social, cultura urbana e participação cidadã, tornou-se referencial internacional.

No início dos anos 1980, se consolidam políticas envolvendo grandes projetos de reestruturação da malha urbana, com reflexos na economia. A imagem da cidade é alterada com recorrentes obras públicas que “reliquem a cidade ao mar”, revigoram estrutura de serviços e impulsionam o turismo.

Determinou-se um modelo econômico em um novo contexto pós-industrial, baseado em serviços e alto nível de comércio. Contudo, a estrutura política que regenerou a cidade até o período dos jogos Olímpicos, chegou ao seu limite, passando a empresas privadas a maior demanda sobre projetos de grandes escalas.



Figura 31 – Planejamento Urbano Barcelona 1992

Fonte: <http://www.guiadacarreira.com.br/atualidades/olimpiadas-1992-turismo-barcelona/> acesso maio 2016.

A cidade de Lisboa viveu um momento de grande relevância nos anos 1990 quando passou por um processo de revitalização e intervenções urbanísticas e readequações sob os aspectos econômicos em uma área de degradação da cidade. Com objetivo de compor o complexo para a exposição internacional Expo' 98, a capital portuguesa apresentou ao cenário internacional um referencial de arquitetura e reengenharia urbana, qualificando os espaços (Gaspar, 2008).

Na década seguinte se sucedem relevantes projetos urbanos qualificando áreas urbanas e prédios históricos, recuperando a cultura e memória da cidade. Projetos estes que refletem uma boa compreensão e dialogo no que tange aos interesses políticos, arquitetônicos, culturais e socioeconômicos.

Mudanças estruturais em grandes cidades, projetos de adequações e qualificações urbanísticas abordam aspectos os mais diversos como a participação da comunidade como um todo e coesão social; qualificações técnico-produtivas; recursos; descentralização municipal; mobilidade urbana; estratégias de planejamento, entre outros.

Nos anos 1990, cresce a participação de critérios de gestão empresarial dos assuntos públicos e, em especial, de empresas privadas na gestão de serviços públicos, demandando mercado para alguns dos serviços municipais: A *empresarialização*.

Barcelona tornou-se um ponto referencial turístico e cultural. No entanto, no contexto pós-olímpico, em meados da década de 1990 em termos econômicos, a cidade apresentava situação frágil no cenário europeu.

Montaner (2004) aponta que projetos e intervenções a partir deste período em Barcelona não refletem consenso e participação pública. A participação privada toma à frente das decisões, revelando incapacidade de escuta às reivindicações de movimentos sociais.

Grandes intervenções nos anos 2000 não suturam partes fragmentadas da cidade, pois alteram profundamente a paisagem e os usos. Para Muñoz (2008) trata-se de uma operação de “terceirização intensiva” destinada a segmentos com poder de compra, revivendo modelos de urbanização do tipo resort - como Miami - e excluindo toda a idéia de cidade integradora, quer do ponto de vista social, quer urbanístico.

Neste período a exposição *Barcelona New Projects* marca uma mudança de rumo; a partir de então o município adere aos grandes grupos imobiliários privados, caracterizando uma importação de modelos norte-americanos. Processos marcados pela competitividade de mercado e urbanismo “globalizado”.

Marcado como uma exceção à nova realidade de mercado imobiliário, o projeto denominado “22@” no bairro Poblenou – revigora uma área industrial degradada, criando uma nova realidade de produção de empregos, equipamentos urbanos, residenciais, malha urbana e zonas verdes. Contribui com a geografia ecológica e energias renováveis.

O que se percebe com base no modelo experimentado por Barcelona diz respeito a certas mudanças ocorridas após a instalação da democracia, em 1974. Modificações em termos econômicos, culturais, sociais, geográficos e urbanísticos que correspondem a processos de modernização desta cidade.

Críticas ao urbanismo recente de Barcelona apontam pela falta de sensibilidade social da administração pública e a pouca atenção as necessidades e reivindicações dos residentes e, por outro lado, para a tendência recorrente de adaptação do território as necessidades do capital, relevando o patrimônio e identidade da cidade.

Questões que ficam para intervenções urbanísticas como Barcelona e outros centros urbanos são de como integrar o território metropolitano encontrando meios de combinar as diversidades sociais e a complexidade urbana? Como encontrar a

medida certa com relação às estratégias públicas e privadas de planejamento urbano a curto e longo prazo, especialmente, as lideranças dos poderes públicos e os consensos sociais?

A complexidade urbana necessita de criatividade em projetos para contemplar todas as formas e interesses, respeitando a cultura urbana e participação social, acompanhar o processo natural de globalização (na economia, na sociedade e na informação), mas relutando aos malefícios que a mesma traz.

Com relação às diretrizes para execução dos projetos de revitalização de Barcelona, as estratégias apontam a interação da cidade com a rede de cidades européias e a possibilidade de torná-la competitiva ao nível mundial, elevando seu nível de qualidade de vida e do meio-ambiente, com a criação de infraestruturas básicas para serviços avançados.

Três aspectos fundamentais são apontados nas intervenções de Barcelona: uma operação política do líder do governo local sobre o conjunto dos atores públicos e privados com intervenção na região; uma significativa operação de marketing e legitimação de atuações, medidas e projetos que, por serem legítimos, permitiram pressões para a sua realização.

O autor ainda refere sobre a forma de atuação dos projetos, considerando que inicialmente tiveram caráter práticos, com execução direta, envolvendo ações como revitalização de praças, construção de esgotos ou pavimentação de vias públicas. Essas reivindicações de projetos ligados diretamente a população representava a contraposição aos planos globais, unificados e incompatíveis, não entendidos por ninguém, nem mesmo pelos técnicos.

Na possibilidade de realização dos projetos e cumprimentos de metas, seria possível mudar a cultura urbanística, entendendo-se pelas expressões “não a um urbanismo totalizador e abstrato”, “sim a um urbanismo participativo”; e “não a um urbanismo pragmático” e “sim a um urbanismo propositivo e comprometido com a definição formal do espaço e do projeto”.

3.2.2 Porto Alegre como cidade modelo

Os planos urbanos formam uma sucessão encadeada centenária, desde o Plano Geral de Melhoramentos de 1914 até o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental, em vigor desde o ano 2000.

Como vimos no capítulo anterior, tratar uma cidade como cidade ideal significa entendê-la, por um lado, como um modelo, portanto como estrutura reproduzível, passível de servir ao mesmo tempo como escala para medir e comparar as cidades e espaços urbanos reais, servindo como molde para reprodução.

Porto Alegre tem uma longa história de Planos, e é referencial nacional em matéria de regulação do desenvolvimento urbano, permitindo-se citar uma “Cultura de Planejamento”. Desde o Plano de Melhoramentos em 1914, o Ante-projeto de Planificação da cidade de acordo com os princípios preconizados pela Carta de Atenas em 1951, de Edvaldo Paiva e Demétrio Ribeiro, e os sucessivos estudos que determinaram o 1º Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e posteriormente o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental, somente para citar alguns, a cidade sempre esteve como referência no que tange a planejamento urbano.

Notadamente cada projeto urbanístico e plano é adaptado e sofre influência políticas, econômicas e culturais de cada um de seus tempos, a partir disso constroem uma “cidade real”. Conforme Abreu Filho (2006)

Porto Alegre como cidade ideal é uma (ou a mescla de mais de uma) em cada Plano, mas a cidade real é a soma de todas e de cada uma delas, ou de seus respectivos fragmentos, justapostos ou sobrepostos no tecido e na estrutura urbana [...].

Cada Plano teve, em seu tempo, sua contribuição para a qualificação da cidade que absorveu as conseqüências da industrialização no início do século XX e necessitou sofreu adaptações e melhoramentos. Abreu Filho sustenta este posicionamento quando analisa:

Apesar de desqualificada por um dos autores, Edvaldo Paiva, como um plano de abrangência reduzida e limitada às questões viárias, a

Contribuição, justamente por esses motivos, é mais do que isso. Modela um esquema teórico para Porto Alegre baseado nos esquemas de Hénard apresentados por Prestes Maia, que consagra a cidade rádio-concêntrica em substituição ao padrão radial até então predominante, com persistente influência em todos os planos futuros [...].

Traçando uma linha de tempo pelos principais Planos desenvolvidos objetivando os melhoramentos e urbanização de Porto Alegre, podemos considerar que o Plano Moreira Maciel predominava na estruturação da área central, na busca pela higiene e saneamento da cidade, especialmente na malha mais urbana mais concentrada da cidade, localizada entre a Rua da Prais e o porto; O Plano Gladosch expande as intervenções às áreas de periferia do centro, em bairros tradicionais, ligados Às elites e no interior da Segunda Perimetral, onde a malha da cidade já estava mais definida no período entre 1940 e 1960; o Plano Diretor de 1959 define com ênfase as questões de edificações ao longos das principais vias em desenvolvimento, em especial a Primeira Perimetral, as radiasi mais antigas, nos bairros entre 2º e 3º Perimetral, e em alguns conjuntos habitacionais de periferia; o 1º PDDU é hegemônico nas áreas além da 3º Perimetral e substitui tipologias nos bairros de ocupação; por fim, o atual PDDUA é o Plano que estimula a democratização, a participação popular, defini os macro e micro zoneamentos, e elabora melhores condições no que se refere ao uso e ocupação, sendo o Plano de maior abrangência territorial.

A configuração de uma “cidade ideal” tendo em vista as diversas fragmentações, faces e demandas da sociedade em uma metrópole em permanente mutação, são desafios a serem almejados, se não para a busca de uma cidade utópica ideal, mas com padrões e possibilidades de uso condizentes com com as normas de cidadania. Conforme Abreu Filho (2006)

[...] estratégias de justaposição e sobreposição, de colagem de fragmentos, e de desvendamento de estratos, procurando reforçar a autonomia interna e a complementação de cada fragmento, subordinadas a uma estratégia unificadora geral capaz de assegurar a coerência, legitimidade e funcionalidade do todo, e a necessária colagem das partes. [...] desenho de uma matriz espacial e

conceitual capaz de dar suporte aos distintos sistemas e processos em desenvolvimento na cidade: “Cidade ideal como metáfora e cidade colagem como estratégia’. [...] Porto Alegre não tem como Barcelona e seu Plano Cerdà, uma imagem de cidade ideal hegemônica a perseguir e completar ainda hoje. Tem, entretanto, várias delas justapostas ou sobrepostas, algumas escondidas nas dobras de sua estrutura, cada qual merecendo resgate e contemplação para que o conjunto adquira finalmente sentido, e a Porto Alegre resultante possa ser entendida como uma cidade real ideal, pluralista e inclusiva, maior que a soma de suas partes.

3.3 ACESSIBILIDADE

A sociedade contemporânea vem discutindo a questão da acessibilidade, não apenas sob os aspectos físicos e viabilidades estruturais, mas a acessibilidade refletida em função do olhar cultural, da inclusão de qualquer cidadão como igual, e para tanto é dever do Estado possibilitar também no que tange aos espaços públicos, a acessibilidade, física, através da renovação e adaptação de instalações e social, através de projetos de inclusão.

Relativo às estruturas físicas, normas de acessibilidade, como a NBR 9050, Norma Brasileira de Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, ganharam uma voz mais ativa nos debates relativos aos projetos públicos, assim como instalações privadas de uso comum, especialmente a partir da década de 1990.

Conduto, ainda hoje, na maior partes das cidades brasileiras, as condições de acesso, as pessoas com deficiência física ou aquelas com capacidade ideal de locomoção temporária, além do desconhecimentos das normas e o descaso da maior parte da sociedade, dificulta o acesso de indivíduos com está necessidade de usufruir dos espaços urbanos e se locomover.

As Normas existem para determinar uma série de padrões re regras a serem seguidos em projetos para melhor adaptação de uso, como: distâncias mínimas, para manobras de cadeirantes, inclinações máximas de rampas, alturas de corrimãos, sinalizações, visuais e sonoras, entre outros.

Equipamentos, como pisos táteis, rampas com equipamentos adaptados para atividades físicas e de lazer, vêm sendo instalados nos espaços urbanos em decorrência das políticas de inclusão.

A acessibilidade, entretanto, é muito mais do que uma estrutura física isolada. Deve ser compreendida como um conjunto, entre a possibilidade estrutural, a conscientização da sociedade como um todo, e a contribuição de projetos e estruturas permanentes, tendo em vista o custo de instalações e a própria logística para atender o público.

Enfatiza a ideia dos projetos permanentes Gilber Bisso⁵, coordenador de parques públicos na cidade

Projetos de acessibilidade são honerosos, e o custo de deslocamento para o portador de deficiência também é caro, ou pouco acessível na cidade como um todo [...] os projetos devem ser de valor agregado, incentivando a atividade física, o lazer, atividades culturais, para que o usuário, desfrute, o espaço de uma forma mais eficiente[...]

Ainda referente à eficácia dos projetos físicos e consciência social e ações para adaptações ao uso, complementa Fregolente⁶ (*apud* PUPO,2000)

A melhor maneira de ajudar a diminuir as distâncias entre os portadores de necessidades especiais e seu direito constitucional de ir e vir é divulgar e incentivar a implantação de um “desenho universal”, com o comprometimento público e da iniciativa privada.

⁵ Gilberto Bisso é professor de Educação Física e funcionário concursado atuando na SME há duas décadas. **Entrevista concedida no Parque Germânia ao final de uma de umas práticas de projetos de atividade** (tênis para a comunidade em geral) Porto Alegre em 15 de junho de 2016.

⁶ Rosana Fregolente. **Caracterização da acessibilidade em espaços públicos**. A ergonomia e o desenho universal contribuindo para a mobilidade de pessoas portadoras de necessidade especiais. Estudo de Casos. Tese (Mestrado), UNESP, Bauro-SP, 2000.

3.4 IDOSOS

Na sociedade ocidental, conforme Minayo e Coimbra Jr. (2002), o ciclo da vida é socialmente padronizado e seu curso passa, cada vez mais, a ser regulado pelo Estado, a despeito das potencialidades e limites de cada um. A infância, a adolescência e a juventude são caracterizados pela escolarização; a idade adulta associada à procriação e à participação no mercado de trabalho; a velhice, o tempo da aposentadoria. Essa institucionalização crescente das fases da vida envolve todas as dimensões do mundo doméstico, do trabalho e, também, do consumo. (Minayo; Coimbra Jr., 2002)

Referente às questões públicas e fatores sociais ligados ao envelhecimento, Wright Mills (1974) enfatiza:

[...] um dos mais importantes problemas para a sociologia é a compreensão do movimento de transformação de um fato particular em questão pública. No caso do envelhecimento, isso supõe enfatizar o sentido das mudanças que esse grupo social, crescente em número, em vigor e em organização, provoca na reorganização do poder, do trabalho, da economia e da cultura, atribuindo novo significado ao seu espaço tradicionalmente percebido como o da decadência física e da inatividade. Como questão pública, o fenômeno do envelhecimento deve ser focalizado positivamente para o desenvolvimento humano. Portanto, pensar a velhice como questão pública é bem diferente de tratá-la como problema social.

O crescimento populacional na faixa etária entre os idosos (acima de 60 anos de idade) é uma característica dos países em desenvolvimento. Além do crescimento do número bruto, também o aumento referente às classes de baixa renda.

Em nosso país segundo dados do IBGE de 2012, a população idosa atingia aproximadamente 23,5 milhões de pessoas (12%). As projeções das Nações Unidas indicam que, em 2050, 23,6% da população brasileira será de adultos idosos e o Brasil será um dos cinco países do mundo com mais de 50 milhões de idosos.

Com relação ao aumento de expectativa de vida, fatores, como o crescimento econômico do país, a disponibilidade de recursos para prevenção a doenças e medicações nas últimas décadas, contribuem para estes números.

A manutenção da capacidade funcional do idoso é fundamental para a preservação de sua saúde e para que haja suporte para realizar as atividades de vida diárias. Sendo assim, é relevante a existência de espaços públicos para realização de atividades físicas e de lazer também para cidadãos desta faixa etária.

As políticas de saúde do país relacionadas ao envelhecimento concretizaram-se por meio de uma prática centrada no tratamento das doenças crônico-degenerativas ou de suas complicações, pela assistência médica individual. Cabe ressaltar a importância do conceito da prevenção da doença antes do tratamento, como diminuição de custo ao Estado.

Para o planejamento de ações na área de saúde, o sistema deve enfatizar a lógica de atenção privilegie a integralidade, a equidade e a universalidade, deve ocupar-se da organização de estratégias de prevenção das doenças e de promoção da saúde através de disponibilidade de recursos e espaços. (PASKULIN; VIANNA, 2007)

Bello (2004) sobre a carência de incentivo em programas sociais para idosos em Porto Alegre enfatiza:

[...] a falta de recursos humanos e materiais interfere na implementação dos programas. O número de participantes nas atividades físicas é ainda inexpressivo frente à população idosa de Porto Alegre. Isto faz com que os programas não sejam caracterizados como uma política abrangente [...] Por outro lado, destaca-se que o trabalho desenvolvido pelas instituições estudadas se reverte em benefícios para a população participante [...]

3.5 SEGURANÇA E LAZER NOTURNO

A segurança ou falta da mesma, nos espaços públicos está diretamente ligada à situação global na sociedade brasileira. A criminalidade e impunidade crescente, especialmente nas grandes metrópoles reflete sobre os espaços de uso comum.

Referente à criminalidade e vandalismo mais especificamente nos espaços destinados ao lazer e atividade física da cidade, dados da própria Secretaria de Educação e Secretaria de Meio Ambiente apontam que os números de vandalismos, e ocorrências policiais aumentam consideravelmente no período noturno.

Neste sentido, propostas para amenizar a insegurança, como a ampliação da iluminação artificial, são bem vindas. Existem alguns pontos com câmeras de vigilância nos parques que também inibem ações indesejadas.

A guarda municipal apresenta pouco efetivo nos espaços investigados, mesmo nos períodos de manhã e tarde.

O dos parques e limitação do horário de uso, é uma alternativa para limitar ações de vandalismo, como verificamos no Parque Germânia. Complementa sobre o tema Gilberto Bisso, referindo-se sobre o mesmo parque:

O parque, aqui, é limitado o horário de uso e isso contribui para evitar vandalismo [...] Acredito que se o espaço não oferece reais atrativos para estar aberto à noite, não deve estar aberto ao público, isso é um facilitador para ações de vandalismo e roubos. Para haver um lazer noturno, o espaço deve preparar sua estrutura para tal, caso contrário, sou a favor de cercamento dos parques da cidade.

4 SECRETARIAS E SUAS ADMINISTRAÇÕES EM PORTO ALEGRE

Conforme indicamos nos capítulos anteriores, a cidade de Porto Alegre passou por processos de alterações físicas e administrativas ao longo de seu desenvolvimento. Com relação aos espaços públicos e as políticas voltadas à administração e aos investimentos para estes espaços na cidade, Porto Alegre conta com diversas secretarias que organizam este complexo organograma.

Buscamos informações através de dados de “in loco” nos espaços públicos, com entrevistas com agentes com experiência na área do lazer e da atividade física em parques e praças e através dos próprios dados disponíveis para informações no site de busca e divulgação da Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

4.1 SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO

A Secretaria Municipal de Urbanismo (SMURB) foi criada em 2012 e substituiu a Secretaria do Planejamento Municipal incorporando as atribuições da Secretaria Municipal de Obras e Viação (SMOV). Trata especificamente do planejamento urbano de curto prazo. Responsável direta pelo Plano Diretor e executa o Plano Regulador e das tarefas relacionadas às edificações, tais como aprovação, licenciamento e vistoria. Realiza ainda atividades relativas à manutenção e conservação das edificações e seus equipamentos, antes vinculadas à SMOV.

Esta alteração administrativa e estrutural buscou maior agilidade dos procedimentos, eficiência na prestação de serviços e transparência. A Secretaria trabalha através de diretrizes, como os planos de obras nos diferentes setores de 1 a 8 e com relatórios permanentes.

O “Porto do Futuro” é um dos programas estratégicos do Governo Municipal e reúne uma série de ações que contribuem para a organização da cidade. Tem como objetivos planejar e preparar a cidade para as próximas décadas.

Conforme conceitos atuais e princípios adotados pela Secretaria, acompanhando as permanentes transformações da cidade, com corpo técnico qualificado e objetivando desenvolver gestão democrática, estímulo à economia, inclusão social, valorização dos patrimônios cultural e natural e com sustentabilidade ambiental.



Figura 32 – Programa Porto do Futuro

Fonte: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/portal_pmpa_novo/. Acesso abril 2016

O programa incorpora ações desenvolvidas por diferentes secretarias e departamentos da prefeitura, como SPM, secretarias municipais do Meio Ambiente (Smam) e da Cultura (SMC), Secretaria Especial de Acessibilidade e Inclusão Social (Seacis), e os departamentos municipais de Água e Esgotos (Dmae), de Esgotos Pluviais (DEP) e de Limpeza Urbana (DMLU).

Projeto Porto Alegre Nove Caras:

Estudos elaborados por técnicos da Prefeitura de Porto Alegre, que deram origem ao Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA), reconheceram as diferenciações entre os espaços da cidade. São cidades dentro da grande cidade. O reconhecimento destas características peculiares em relação à época de seu desenvolvimento, aos espaços públicos, às edificações, ao sistema viário, aos aspectos socioeconômicos, paisagísticos e ambientais ou ao seu potencial de crescimento, geraram, no PDDUA, uma denominação para cada uma de suas partes, constituindo nove macrozonas: Cidade Radiocêntrica; Corredor de Desenvolvimento; Cidade Xadrez; Cidade da Transição; Cidade Jardim; Eixo Lomba-Restinga; Restinga; Cidade Rururbana e Ilhas do Delta do Jacuí.

Para que a sociedade possa opinar sobre o futuro da cidade, Porto Alegre foi dividida em oito Regiões de Gestão do Planejamento (RGPs). Em cada uma delas foi criado um Fórum Regional de Planejamento, cujo coordenador (eleito) representa sua região no Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental (CMDUA).

Assim, são três os canais de participação: nas Regiões de Gestão do Planejamento, nos Fóruns Regionais de Planejamento e no Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental (CMDUA).

Fóruns Regionais de Planejamento:

Em cada uma das oito RGPs existe um Fórum Regional de Planejamento, cujos integrantes são escolhidos pela comunidade. São suas atribuições indicar e participar de projetos urbanos que tenham como objetivo detalhar o PDDUA nas Regiões de Gestão do Planejamento, gerando informações sobre a cidade. Também são responsáveis pela execução destes projetos, que são desenvolvidos por grupos de trabalhos formados por técnicos dos órgãos municipais que possuem atuação setorial nestes territórios.

Também participam no processo de aprovação dos Projetos Especiais de Impacto Urbano que causam mudanças na vida cotidiana dos cidadãos, e promovem reuniões nas quais são apresentados e debatidos projetos ou planos de interesse da região.



Figura 33 – Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental - CMDUA

Fonte: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/portal_pmpa_novo/.

Acesso abril 2016

O CMDUA é formado por 28 membros, dos quais nove são representantes das comunidades; nove são de entidades de classe e afins ao planejamento urbano e outros nove representam os poderes públicos federal, estadual e municipal. A presidência é exercida pelo titular da SPM (28º integrante).

4.2 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, RECREAÇÃO E LAZER

A Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer (SME) é responsável pela organização e realização de ações e atividades de ordem técnica e prática junto à sociedade porto-alegrense, com o objetivo de promover a inclusão social. Visando a democratização do acesso ao esporte, à recreação e ao lazer, busca a participação efetiva da sociedade, objetivando a promoção da saúde e ao bem-estar comum.



Figura 34 – Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer - SME

Fonte: o autor - maio 2016

1926

- Primeiro Jardim de Recreio - Praça Alto da Bronze; Pioneiro em Recreação Pública na América Latina; Frederico Guilherme Gaelzer; Departamento de Educação Física; Gabinete do Intendente Loureiro da Silva.

1950

- Serviço de Recreação Pública; Empresa Portoalegrense de Turismo; Secretaria Municipal da Cultura; Secretaria Municipal de Educação - Jardim de Infância; Centro de Comunidade George Black.

1970

- Fundação de Educação Social e Comunitária (Fesc); Divisão de Esportes e Recreação Pública (Derp); Divisão de Cultura.

1987

- Supervisão de Esportes e Recreação Pública (Serp).

1989

- 16 Unidades Recreativas; Recreação Pública - Comunidade do entorno; Inversão de prioridades - atender a periferia.

1992

- 32 Unidades Recreativas.

1993

- Criada a Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer (SME); Lazer - direito social; Programas e Projetos (rede de trabalho voluntário); Comunidades em parceria com a SME; Autonomia (política, administrativa e financeira).

1997

- Regionalização / Descentralização.

1999 e 2000

- Gerenciamento dos espaços esportivos dos Centros de Comunidade.

2003

- Comemoração dos 10 anos de criação da SME, com atividades esportivas e recreativas; Implementação do “Viva Handebol”.

2004

- Iniciado o Programa Esporte e Lazer da Cidade (Pelc), um convênio com ao Ministério do Esporte da Secretaria Nacional do Desenvolvimento do Esporte e do Lazer, e inserido no Programa Integrado Entrada da Cidade (Piec).

2005 e 2006

- A SME acompanha as modificações do novo modelo de gestão implementado na Prefeitura de Porto Alegre distribuindo suas ações nos 21 programas de governo criados. As atividades são realizadas de forma sistemática (aulas) e assistemática (eventos) nos espaços esportivos e recreativos, que estão localizadas em praças e parques da cidade, compreendendo 21 unidades recreativas reativadas, Ginásio Tesourinha, nos sete Centros de Comunidade (CECOVE, CEVI, CECOFOR, CEPRIMA, CECOPAM, CEGEB e CECORES) e em diversos outros locais, ditos informais, como ruas e campos de várzea; e ainda no apoio a eventos da iniciativa privada, ONGs e/ou outras instâncias públicas.

- Criados os projetos Bonde da Cidadania; Social Esporte Clube; Esporte dá Samba; Amigos do Esporte; Social Futebol Clube; Torcida Solidária pela Paz; Projeto Ginástica Olímpica; Seleções Esportivas; Jogos Abertos de POA; Programa Verão. Permanecem os demais projetos: Em Cada Campo uma Escolinha; Campeonato Municipal; Espetáculo de Dança; Lazer e Saúde; Programa de Bem Com a Vida; Brincalhão, entre outros.

2007

- Inaugurada a Clínica de Fisioterapia Esportiva no Ginásio de Esportes Tesourinha.

2009

- Inaugurado o Ginásio Municipal Lupi Martins, no antigo ginásio do Colégio Cruzeiro do Sul, no Bairro Teresópolis.

SEDE E SUBSEDES

A sede da Secretaria Municipal dos Esportes, Recreação e Lazer (SME) fica na avenida Borges de Medeiros, 2.713, no Parque Marinha do Brasil.

Parques

- Marinha; Moinhos de Vento; Mascarenhas de Moraes; Ipanema; Germânia; Alim Pedro; Ararigóia; Ramiro Souto; Tamandaré; Tenístico José Montaury.

Praças

- Alexandre Záchia; Edgar Graeff; Oliveira Rolim; Darcy Azambuja; Pinheiro Machado.

Centros Comunitários

- Cecobi; Cecoflor; Cecopam; Cecores; Cecove; Cegeb; Ceprima; Cevi.

Outros locais

- Ginásio Tesourinha; Ginásio Lupi Martins.

Organograma:



Figura 35 – Organograma - SME

Fonte: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/> Acesso abril 2016.

A Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer de Porto Alegre (SME) realiza uma série de atividades dentro do calendário anual e com divulgação em no site da Prefeitura e nas Associações.

Os Jogos têm por objetivo estimular a prática esportiva entre os estudantes, e a comunidade em geral, estimular a acessibilidade, a sociabilidade e a educação, através de “Esporte-Participação” e a integração entre os mesmos.



Figura 36 – Exemplos de atividades propostas pela SME

Fonte: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/portal_pmpa_novo/. Acesso abril 2016

Programa Porto Verão

As Atividades do Porto Verão propõe atender especialmente a população sem condições econômicas de usufruir de estruturas externas como o litoral e viagens a turismo no verão, além de claro, atender e qualificar alternativas de práticas como um todo para a população em geral na cidade durante o verão, desenvolvendo atividades recreativas, esportivas e culturais, dirigidas as diversas faixas etárias, atendendo as diversas regiões, democratizando o acesso aos espaços de lazer da nossa cidade. Dentre elas, está a abertura das Piscinas Públicas dos Centros Comunitários, com atividades de aprendizado de natação para crianças, adolescentes e jovens e hidroginástica para adultos e terceira idade, além de oficinas de saúde, banhos livres.



Figura 37 – Atividade Porto Verão proposta pela SME

Fonte: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/portal_pmpa_novo/.

Acesso abril 2016

Campeonatos Municipais

A SME promove os campeonatos como forma de estimular a prática de esportes entre as pessoas de todas as idades, contemplando a comunidade esportiva de Porto Alegre com jogos de bom nível técnico, intercâmbio cultural e educacional entre os participantes.

Jogos Abertos

Os Jogos Abertos de Porto Alegre, realizados pela SME, são disputados em cinco modalidades esportivas (basquete, futebol, futsal, handebol e vôlei), baseados nos princípios de participação, democratização e educação por meio do esporte. As categorias existentes envolvem crianças e adolescentes dos 10 aos 18 anos, vinculando clubes, escolas, associações esportivas e unidades da SME e são realizados no período de abril a dezembro.



Figura 38 – Exemplos de atividades propostas pela SME

Fonte: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/portal_pmpa_novo/. Acesso abril 2016

Recreação Pública oferecida pela Prefeitura:

A SME tem investido em ações que garantem às crianças “o direito ao brincar”, através de atividades oferecidas pelas Brinquedotecas, pelo Brincalhão (Brinquedoteca itinerante) e pelos diversos eventos recreativos realizados na cidade.

A SME oferece espaços de brincar em suas Brinquedotecas localizadas no Parque Ramiro Souto, na Praça Darcy Azambuja e no CECOFLOR.

Piscinas Públicas

Locais: **CECOVE; CEVI; CECOFLOR; CEPRIMA; CECORES; CECOPAM e CEGEB.**

Oficinas de saúde, agendamentos de grupos / comunidades, aprendizagem e treinamento de natação, hidroginástica e banho livre para todas as faixas etárias.



Figura 39 – Piscina pública Centro CECOFLOR

Fonte:

http://www2.portoalegre.rs.gov.br/sme/default.php?_secao=80. Acesso abril 2016.

Ônibus Brincalhão



Figura 40 – Ônibus Brincalhão no centro da cidade

Fonte: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/portal_pmpa_novo/. Acesso abril 2016.

O Brincalhão é um ônibus adaptado, com brinquedos, jogos e outros equipamentos, que funciona como uma "brinquedoteca" itinerante. O projeto atende a comunidade em geral: associações de moradores, creches comunitárias, entidades assistenciais, escolas públicas e outros. A iniciativa tem por objetivo atender o público infantil em eventos recreativos de associações de moradores, entidades assistenciais, escolas públicas, creches comunitárias, bem como da Prefeitura Municipal da Capital e da própria SME.

Desde sua implantação, em agosto de 1998, o Brincalhão conta com uma parceria da Carris e da VAP, empresas do transporte público, para manutenção. Atualmente conta com um veículo, reformado em 2012. Nas visitas, são montados "espaços de brincar", onde atuam cinco profissionais, com o acompanhamento de representantes locais.

As atividades são diversas, tais como: brinquedoteca - bonecas, carrinhos, fantasias, livros de histórias e outras atrações; expressão plástica, espaço de pintar; jogos de mesa, dama, pinogol e jogos de montar; brinquedos de rua - bambolês, cordas, pernas de pau, pés de taco e frescobol; espaço esportivo - voleibol, futebol e basquete.

Programa Lazer e Saúde

É um programa comunitário e gratuito de orientação para caminhadas, corridas e ciclismo, realizado em nove parques e praças da Cidade, com mais de 17 mil usuários cadastrados.

Neste programa, o participante tem atendimento individualizado com prescrição e acompanhamento de sua atividade física, com controle de frequência cardíaca e da pressão arterial.

Seu principal objetivo é a promoção à saúde com a mudança de hábitos da população. Além do atendimento sistemático, foi criado o "Lazer & Saúde vai à Comunidade" — que é uma estratégia educativa e de descentralização, na qual palestras sobre saúde, qualidade de vida e importância do exercício físico são levados pela equipe de professores às comunidades que estão interessadas em discutir e aprofundar estes temas- e o "Lazer & Saúde Itinerante" que procura atender a população em locais onde não há atendimento sistemático.

Conforme dados da Secretaria, A SME investiu R\$ 40 mil em equipamentos e possui seis estagiários objetivando atender os projetos sociais da prefeitura, atletas amadores que não possuem plano de saúde, mas principalmente as 1.800 pessoas que praticam esporte e realizam diversas atividades de lazer no Tesourinha (80% são da terceira idade). O atendimento é com hora marcada.

No primeiro ano de funcionamento, a Clínica atendeu 259 pacientes, sendo 143 homens (55,2%) e 116 mulheres (44,8%). Foram realizadas 622 avaliações médicas e quase cinco mil atendimentos fisioterapêuticos. Ao todo, são 20 modalidades esportivas atendidas pela Clínica. As principais são futebol (20%), dança (13%), alongamento (10%), musculação (9,5%) e câmbio - vôlei adaptado para a terceira idade (8,3%). A média de idade dos atendimentos na Clínica é de 53,76 anos.

A SME é responsável pela manutenção dos espaços públicos, constituídos por ginásios, parques e praças e pela elaboração de projetos como atividades físicas e de lazer. As atividades são das mais diversas, desde esportes como futebol,

futsal, basquetebol, voleibol, atletismo, corrida de rua, lutas até atividades como caminhadas orientadas, yoga e telelagem.

Fazem parte destes espaços em Porto Alegre, por exemplo:

- **Ginásio Municipal TESOURINHA** - Av. Érico Veríssimo s/nº – Cidade Baixa;
- **Ginásio Municipal LUPI MARTINS** - Avenida Arnaldo Böher nº 320 – bairro Teresópolis;



Figura 41 – Interior do Ginásio Tesourinha

Fonte: <http://uniritteresporte.uniritter.edu.br/?p=676>
 acesso abril 2016.

- **Clinica Pública de Fisioterapia Esportiva** - Em parceria com o Hospital Mãe de Deus, que investiu R\$ 45 mil para adaptar uma sala do Ginásio Tesourinha. (SMS). O Mãe de Deus cede dois fisioterapeutas e a Secretaria Municipal da Saúde SMS um médico e uma fisioterapeuta;
- **Centro de Comunidade da Vila Floresta – CECOFLOR**- Rua Irene Cappone Santiago nº 290 — bairro Jardim Floresta;
- **Centro de Comunidade Parque Madepinho – CECOPAM**- Rua Arroio Grande nº 50 - Bairro: Cavahada / Região Centro-S;
- **Centro de Comunidade Restinga – CECORES** - Rua Economista Nilo Wülf s/nº- Restinga Nova /Região Restinga
- **Centro de Comunidade Vila Elizabeth – CECOVE** - Rua Paulo Gomes de Oliveira nº 200 - Bairro Sarandi/ Região Norte;
- **Centro de Comunidade George Black – CEGEB** - Rua Coronel Neves nº 555 - Bairro Medianeira/ Região Cruzeiro
- **Centro de Comunidade Primeiro de Maio – CEPRIMA** - Rua São Nicolau, esquina com Rua Camoati, s/nº - Bairro Santa Maria Goretti;

- **Centro Comunitário Vila Ingá – CEVI** - Rua Papa Pio XXII, nº 350 - Vila Ingá / Região Eixo - Baltazar; (51) 3348-2079;
- **Parque ALIM PEDRO** - O parque, construído na década de 40, foi projetado para ser um grande centro de lazer destinado aos mais variados esportes. Com 45 mil metros quadrados, o Parque é parte integrante do projeto de criação da Vila do IAPI;
- **Parque ARARIGBÓIA** - Rua Saicã nº 6, esquina Felizardo Furtado - Bairro Jardim Botânico;
- **Parque GERMÂNIA** - Av. Tulio de Rose esquina com Rua Vicente Ferreira Gomes; Bairro Passo D'Areia;
- **Parque MASCARANHAS DE MORAES** - Avenida José Aluísio Filho nº 9 – Bairro Humaitá/ Região Humaitá – Navegantes;
- **Parque MOINHOS DE VENTO (PARCÃO)** – Avenida Goethe, s/nº, entre as ruas Mostardeiro e 24 de Outubro – Bairro Moinhos de Vento;
- **Parque Ramiro Souto (REDENÇÃO)** – Avenida Osvaldo Aranha, nº 969 – Bairro Bom Fim / Região Centro;

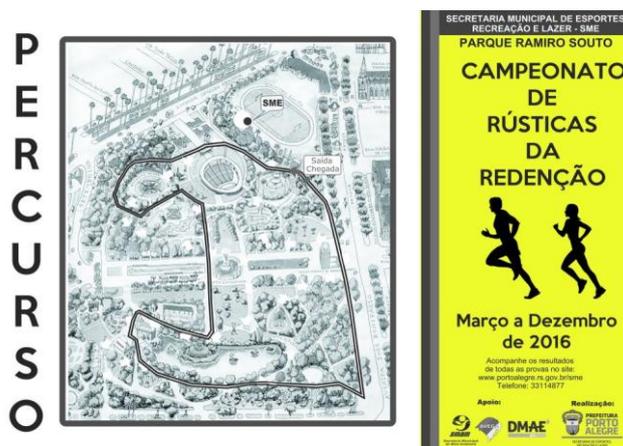


Figura 42 – Exemplos de atividades propostas pela SME

Fonte: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/>. Acesso abril 2016

- **Parque TAMANDARÉ**- Avenida Taquara, nº 609 - Bairro Petrópolis / Região Centro;
- **Parque TENÍSTICO JOSÉ MONTAURY**- Rua 24 de Outubro, nº 211 - Bairro Moinhos de Vento / Região Centro;
- **Praça DARCY AZAMBUJA** - Rua Dr. Fernando Ortiz Schneider nº 180 – Bairro Intercap/ Região Partenon;
- **Praça EDGAR GRAEFF** – Av. Rachel Wolfrid, nº 57 – Bairro Jardim Ypu / Região Leste.

4.2.1 PELC – Programa Esporte e Lazer na Cidade

No ano de 2003, através do Ministério Público, surge o Programa de Esporte e Lazer na Cidade (PELC), objetivando atender demandas públicas e sociais com incentivo ao esporte de recreação e lazer, especialmente a população carente.

No campo do esporte e lazer, uma das ações do Governo Federal foi a criação do Ministério do Esporte e a implantação de programas de esporte e de lazer para atender a população das regiões mais necessitadas das cidades. Em 2005 foi criada a Política Nacional do Esporte intitulada “Esporte uma questão de Estado”, sendo apontados os princípios diretrizes e objetivos.

O projeto, constituído a partir de experiências de administrações públicas do campo democrático e popular, é estruturado no conceito da intervenção social através do esporte e do lazer com profissional de Educação física e outras áreas da educação que são preparados para atuar como gestores do processo.

O programa além de incentivar o desenvolvimento do esporte, independente das condições de habilidade do usuário, estimula a diversidade de práticas de lazer e bem estar social.

Em contraponto aos programas de incentivo ao alto rendimento e esporte tradicional, o PELC, evita o princípio da exclusão e parte de três ações principais:

- a) Atendimento a todas as faixas etárias;
- b) Ação específica para faixa acima dos 45 anos de idade – “Vida Saudável”;
- c) Em parceria com o Ministério da Justiça, atende jovens entre 15 e 29 anos, com passagem ou predisposição ao crime – estimulando o esporte, o lazer e o bem social.

Programas como o PELC são de vital importância no engajamento de políticas sociais, estimulando o bem-estar do cidadão carente, o princípio do direito ao lazer e ao esporte democrático.

4.3 SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA

A Secretaria Municipal da Cultura (SMC) de Porto Alegre foi criada em 1988 juntamente com o Fundo Pró-cultura. Foram criadas as coordenações de Artes Visuais, Artes Cênicas, Livro e Literatura e Memória Cultural, além das assessorias

de Comunicação, Promoções, Estudos e Pesquisas, Apoio Técnico-administrativo e Administração de Fundos.

Com o tempo, foram implantadas as coordenações de Música, Cinema, Vídeo e Fotografia, Descentralização da Cultura e Manifestações Populares. Em 1993, com a criação do Fundo Municipal de Apoio à Produção Artística e Cultural de Porto Alegre (Fumproarte), a comunidade artística passou a contar com a possibilidade de ter seus projetos financiados pela Prefeitura.

No decorrer da década de 1990, a SMC ampliou sua rede de equipamentos. O Centro Cultural Usina do Gasômetro foi incorporado em 1992. No ano seguinte, em agosto, a secretaria instalou-se em sede própria, em prédio restaurado para este fim, a Casa Firmino Torelly (av. Independência, 453). Em 1994, foi inaugurada a nova sede do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho (Av. Bento Gonçalves, 1129) e, em 1997, a Casa Godoy (av. Independência, 456) foi adquirida e destinada a sediar a Coordenação da Memória Cultural. O Teatro de Câmara recebeu a denominação de Túlio Piva e foi reinaugurado em 1999 e reformado no ano de 2006. O auditório Araújo Vianna (av. Oswaldo Aranha, s/n) voltou à ativa em 20 de setembro de 2012.

Organograma

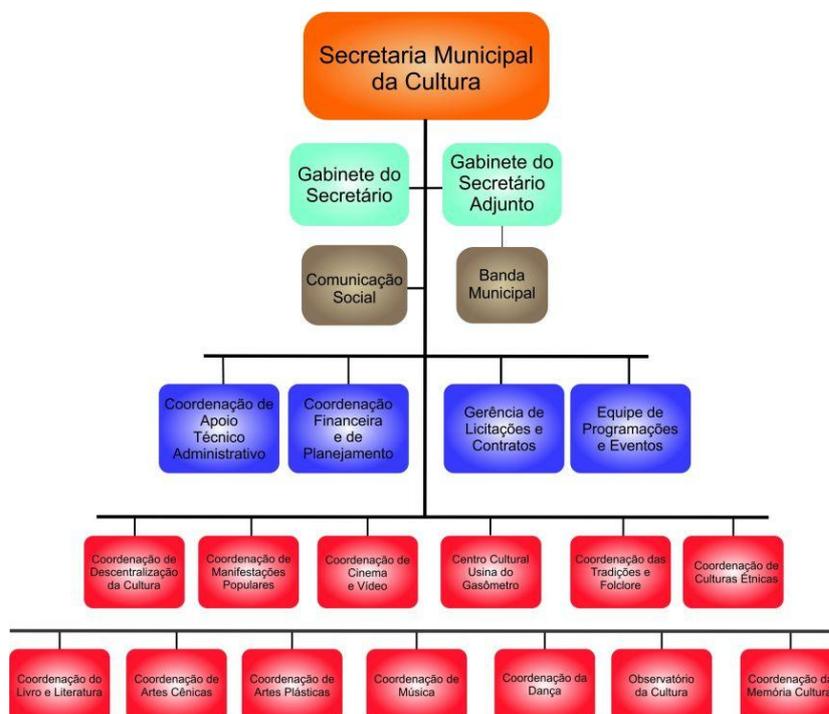


Figura 43 – Organograma - SMC

Fonte: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/> Acesso abril 2016.

Parcerias e Patrocínio

A Secretaria da Cultura de Porto Alegre (SMC) é o maior agente cultural da Cidade. Além disso, é parceira em diversos eventos culturais, promovidos por outras entidades, como a Feira do Livro, a Bienal do Mercosul ou o Porto Verão Alegre. A SMC também é realizadora de várias iniciativas que não seriam possíveis sem o acréscimo orçamentário proporcionado por parceiros e patrocinadores.

Culturas Étnicas

A Coordenação de Culturas Étnicas busca fomentar políticas que contemplem a diversidade sócio cultural dos povos e etnias que formam e habitam a capital dos gaúchos. Entre as principais atividades estão o trabalho institucional da Corte do Carnaval capitaneada pelo Rei Momo Fábio Verçosa e o concurso A Mais Bela Gari.

Coordenação de Culturas Étnicas; Av. Independência, 453.

Folclore e Tradição

Esta coordenação tem entre seus principais objetivos o compromisso de promover o diálogo da Secretaria da Cultura com entidades e manifestações dedicadas à tradição e folclore do Rio Grande do Sul. Música, dança, lides campeiras, gastronomia típica, indumentária e toda e qualquer manifestação que tem a figura do gaúcho como imagem central, está abrigada nesta coordenação. Entre as principais realizações está a edição anual, em setembro, do Acampamento Farroupilha. Também está entre as atribuições da Coordenação de Tradição e Folclore, o fomento de atividades turísticas e culturais ligadas ao tradicionalismo.

Arquivo Histórico

A Equipe do Patrimônio Histórico e Cultural - EPAHC - foi criada em 1981, com o objetivo de gerir os bens culturais de propriedade do Município. Desde 1985 faz parte da Secretaria Municipal da Cultura, estando vinculada à Coordenação da Memória Cultural. Sua sede localiza-se na avenida Bento Gonçalves nº 1129, junto ao Arquivo Histórico.

A EPAHC é responsável por projetos e obras de restauração em prédios públicos municipais tombados e de interesse para preservação. A Equipe estabelece as diretrizes, assessora e analisa a viabilidade dos projetos relativos a edificações listadas para preservação pelo Plano Diretor. Além disso, desenvolve estudos para instituição e proteção de lugares e áreas especiais de interesse cultural na cidade. É quem faz o inventário dos bens imóveis de Porto Alegre, um levantamento de caráter permanente que mantém atualizado o conhecimento sobre as edificações de

interesse para preservação. Os projetos e estudos de viabilidade urbanística, após serem analisados pela EPAHC, são encaminhados ao Conselho do Patrimônio Histórico e Cultural - COMPAHC.

Para realização dessas tarefas, a EPAHC conta com o suporte de uma biblioteca especializada no tema da preservação, hemeroteca, arquivo fotográfico e documentação sobre os bens imóveis tombados e inventariados no Município.



Figura 44 – Arquivo Histórico de POA Moysés Vellinho

Fonte: <http://www.editorialj.eusoufamecos.net/site/arquivo-historico-quatro-decadas-de-cuidado-com-o-patrimonio-da-cidade/> Acesso abril 2016.

Abrigado em um casarão do século XIX, restaurado em 1994, o Arquivo Histórico de Porto Alegre organiza, guarda e conserva cerca de um milhão e trezentos mil documentos, disponíveis à consulta pública, por constituírem importante fonte para pesquisas sobre a cidade.

Sob sua guarda estão documentos datados desde 1764, que registram a formação e as transformações da cidade, informações oriundas dos poderes executivo e legislativo que mostram a política das administrações, além de jornais e revistas que relatam o cotidiano. Todo esse acervo, disponibilizado para pesquisa, nos permite conhecer e entender a trajetória histórica da cidade.

O Arquivo Histórico investe ainda na educação patrimonial, com atividades para formar crianças e jovens no sentido da valorização do patrimônio natural e cultural - material e imaterial.

4.4 SECRETARIA MUNICIPAL DO TURISMO

A SMTUR, criada em 2007, visa desenvolver suas políticas e ações dentro do conceito de governança, direcionando seus esforços na consolidação, desenvolvimento e qualificação da oferta turística da cidade, na geração e distribuição da informação turística, na promoção e no apoio à comercialização de Porto Alegre como destino turístico e na gestão das relações institucionais.

Objetivando dotar a cidade de um espaço democrático e de trabalho coletivo pelo desenvolvimento do turismo e seu fortalecimento como atividade econômica, a SMTUR articulou a criação, em 2008, do Fórum de Governança Local do Turismo de Porto Alegre, instância de organização do turismo que agrega a área pública e as entidades privadas do setor.

Organograma

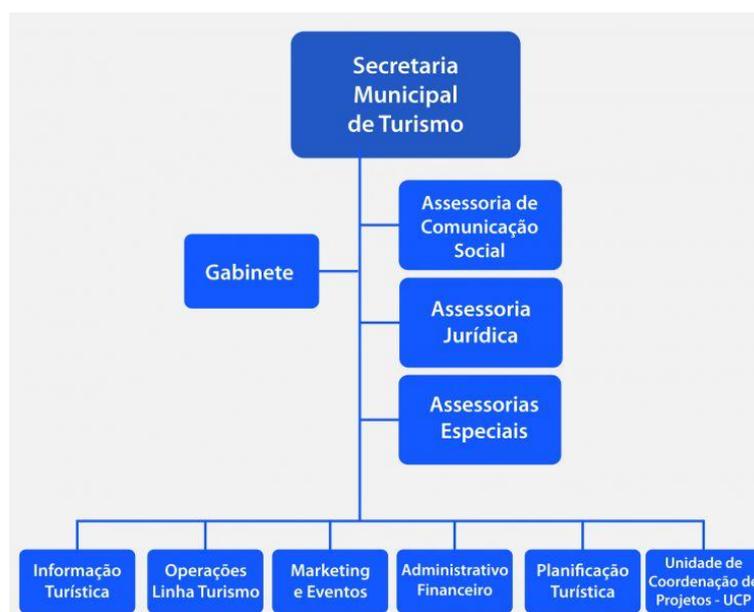


Figura 45 – Organograma - SMTUR

Fonte: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/> Acesso abril 2016.

Portão de entrada de turistas no Estado e a apenas 120 quilômetros da aprazível Serra Gaúcha, Porto Alegre é um movimentado pólo de serviços e de infraestrutura de qualidade reconhecidas, base de grandes empresas nacionais e internacionais e um dos principais destinos de eventos internacionais no Brasil.

Política de Apoio a Eventos

Dirigida a eventos internacionais, nacionais e regionais de terceiros e Organizadoras de Eventos. Esta política destaca-se como prioritária dentro de um conjunto de ações desenvolvido pela Secretaria Municipal de Turismo (SMTUR) e

pela importância que este segmento representa para a cidade. Ao traçar critérios, o objetivo é conferir eficiências nas ações de apoio e contribuir para a qualificação dos eventos que se realizam em Porto Alegre.



Figura 46 – Linha Turismo

Fonte: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/>

Acesso abril 2016.

O *city tour* Linha Turismo oferece uma maneira especial para se descobrir e conhecer Porto Alegre através de dois roteiros diferentes, um mais dedicados aos atrativos históricos e o outro as paisagens naturais, o turista tem a oportunidade de ver a cidade de outro ângulo e de ficar por dentro de informações históricas e curiosas sobre personagens, ruas, bairros, praças, monumentos e atrativos dos roteiros oferecidos.

Caminhos Rurais de POA

Segunda capital brasileira com a maior área rural, Porto Alegre oferece a experiência de contato com espaços de natureza viva, áreas produtivas e de preservação ambiental e biológica dentro da rota turística Caminhos Rurais.

A ideia de aliar a atividade turística à rotina das pequenas propriedades da Zona Sul de Porto Alegre nasceu em meados da década de 1990, mas de forma isolada pelos empreendedores rurais. Outras gestões municipais também realizaram movimentos para viabilizar o roteiro. Mas só em 2005 o projeto ganhou corpo a partir do inventário turístico da região realizado pela SMTUR em propriedades indicadas pela EMATER. A rota foi lançada oficialmente como produto turístico estruturado em novembro do mesmo ano, fruto de um trabalho conjunto entre a SMTUR e os empreendedores rurais de bairros que formam a região rural/urbana da cidade. Na qualificação dos empreendedores e melhoria das estruturas e serviços oferecidas nas propriedades rurais participa o Serviço de Aprendizagem Rural (Senar-RS) com a oferta de cursos gratuitos.

Também em 2009, a SMTUR, com o apoio da EPTC, implantou a sinalização turística da rota. São 61 placas e painéis indicativos que orientam o acesso e facilitam a visitação a atrativos naturais e às pequenas propriedades da rota turística.

As propriedades envolvidas na Rota Caminhos Rurais são dedicadas à diferentes atividades de lazer junto ao ambiente rural, à produção de vinhos, frutas, agricultura agroecológica, pesca, trilhas, passeios a cavalo, produção de plantas ornamentais e alimentícias não convencionais, comida caseira preparada em fogões à lenha e café campeiro. A maioria das propriedades comercializa produtos coloniais de fabricação própria. Site: “www.caminhosrurais.tur.br”.

4.5 PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

A Secretaria Municipal de Planejamento Estratégico e Orçamento (SMPEO) foi criada em 2012, unificando o Gabinete de Planejamento Estratégico e o Gabinete de Programação Orçamentária.

A evolução do Modelo de Gestão resultou na construção de um novo Mapa Estratégico, que dá ênfase a três áreas de resultados para a sociedade: promover o desenvolvimento urbano e econômico, com sustentabilidade ambiental, ter excelência na prestação dos serviços públicos e promover o desenvolvimento social.

As finalidades básicas da SMPEO são a formulação, integração e o acompanhamento da execução do planejamento estratégico do governo por meio de programas, projetos e ações da Administração Direta e Indireta, além da elaboração das propostas do Plano Plurianual, das Diretrizes Orçamentárias e dos Orçamentos Anuais da Administração Direta, bem como a promoção de sua consolidação com as propostas da Administração Indireta do município e o acompanhamento de sua execução.

Tem como missão Garantir a efetividade das políticas públicas por meio de uma gestão estratégica e orçamentária eficiente, democrática e transparente, objetivando maior benefício à sociedade.

Esta entre os valores atribuídos: Ética; Empatia; Transparência; Inovação e Pessoas Comprometidas.

Essas etapas de unificação dos Programas e Gabinetes, nos últimos anos, tiveram o objetivo de adotar uma metodologia gerencial moderna, apoiada na identificação de desempenhos, objetivos e metas e, principalmente, com a possibilidade de ter a execução física e financeira dos programas de governo acompanhada em tempo real. A implementação da estrutura organizacional foi pensada de modo a promover a Transparência, Transversalidade, Territorialidade, Liderança (três Ts e um L) e, com base na relação com a sociedade, a Governança Solidária Local.

O novo Mapa Estratégico dá ênfase a três áreas de resultados para a sociedade: promover o desenvolvimento urbano e econômico, com sustentabilidade ambiental, ter excelência na prestação dos serviços públicos e promover o desenvolvimento social.

Estrutura

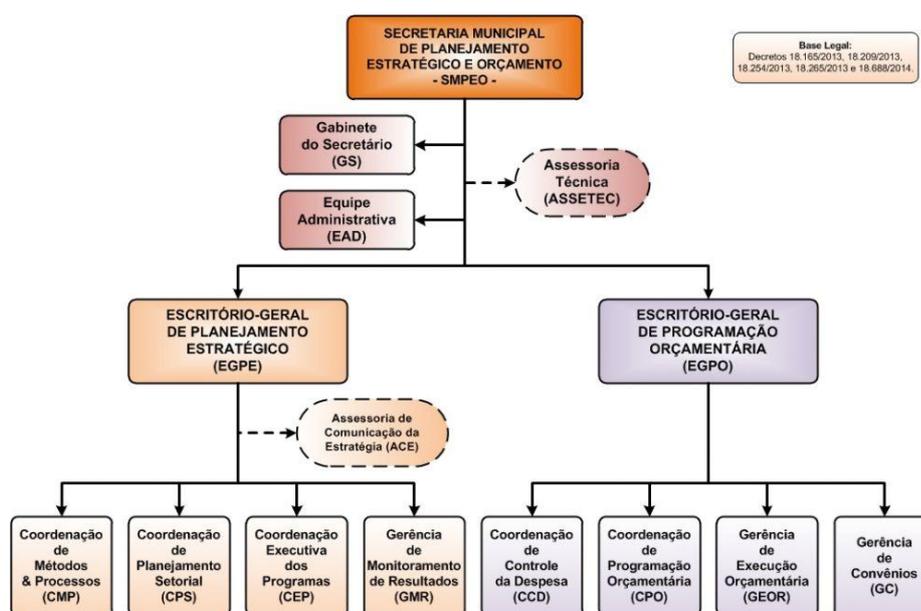


Figura 47 – Organograma - SMPEO

Fonte: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/> Acesso abril 2016.

À unidade também cabe otimizar os processos relativos ao planejamento estratégico, otimizando a relação custo e benefício, melhorando a qualidade de vida dos cidadãos.

Ao EGPE cabe acompanhar e avaliar a execução físico-financeira das ações e projetos prioritários que compõem a matriz de Programas Estratégicos da Prefeitura e promover o funcionamento das estruturas coletivas de gestão para o

alinhamento programático operacional na execução dos serviços e utilização dos recursos públicos.

O EGPE elabora e dissemina o uso de instrumentos, metodologias, tecnologias e estratégias de planejamento, gestão por projetos, administração por resultados, gestão de processos, orientando e facilitando a sua aplicação nos órgãos setoriais do Executivo. Promove parcerias operacionais estimulando a interação entre os órgãos da administração, visando otimizar recursos e agilizar as operações.

Modelo de Gestão

Metodologia gerencial que permite promover maior integração da administração, modernizar a gestão, otimizar a aplicação de recursos e qualificar a prestação de serviços à população na execução das políticas públicas.

O Modelo de Gestão segue as seguintes premissas:

- **Transversalidade:** que articula a integração de várias secretarias e órgãos na execução das ações dos Programas Estratégicos.
- **Territorialidade:** que considera a diversidade das 17 regiões do Orçamento Participativo, respeitando a tradição da cidade na participação popular e nas diferenças existentes entre suas diversas regiões.
- **Transparência:** que permite a todos os cidadãos conferirem na internet, por meio do Portal de Gestão, o andamento dos Programas.
- **Liderança:** empoderamento dos indivíduos em seus diversos campos de atuação.

O Modelo também adota o conceito de Governança Solidária Local, a estruturação por eixos de atuação (Visão Sistêmica) e a contínua avaliação de resultados. Os diferentes ciclos de monitoramento e controle são realizados nos níveis operacional, tático e estratégico.

Em um processo de melhoria contínua, o Modelo de Gestão está sendo aperfeiçoado desde 2005, com a utilização de novas ferramentas e um envolvimento cada vez maior de servidores públicos na aplicação e disseminação dos conhecimentos adquiridos. As ferramentas que apoiam o Modelo de Gestão estão divididas em: Gestão da Estratégia, Gestão de Processos e Gestão do Conhecimento, o que permite o alinhamento de esforços para alcance da visão de futuro.

Evolução do Modelo

Desde a sua criação, o Modelo de Gestão de Porto Alegre passou por três fases de evolução:

A primeira fase, entre 2005 e 2008, é a montagem do Modelo de Gestão. A partir da parceria com o Programa Gaúcho da Qualidade e Produtividade (PGQP) e o Movimento Brasil Competitivo (MBC), a Prefeitura de Porto Alegre estabeleceu as diretrizes expressas no Mapa Estratégico e a estruturação da Visão Sistêmica.

A segunda fase, entre 2009 e 2012, é definida como de aprendizado, na qual houve um refinamento dos conteúdos, revisão dos Programas Estratégicos, territorialização e definição das competências a serem desenvolvidas junto aos servidores municipais em três níveis de liderança: estratégia, intermediária e de execução. A partir da revisão em 2009, o Modelo passou a abranger 12 Programas, divididos em quatro eixos. Em 2010, com a seleção de Porto Alegre para ser uma das cidades-sedes da Copa de 2014, mais um Programa foi incluído: o Porto Alegre Copa 2014, totalizando, assim, 13 Programas Estratégicos.

A partir de 2013 foram desenvolvidas as diretrizes da nova gestão através das metas de processo de descentralização. O planejamento foi integrado à programação orçamentária e elaborado o Plano Plurianual 2014-2017.

No ano de 2014, marcado pela Copa do Mundo de Futebol, no Brasil e em Porto Alegre, o Programa cumpriu papel fundamental no acompanhamento das ações voltadas ao planejamento e execução do evento na Capital. A partir da conclusão do programa “Nossa Copa” em dezembro de 2014, 12 Programas Estratégicos tem continuidade de 2015 a 2017.

Mapa Estratégico, Indicadores e Metas

Para cada objetivo estratégico, como forma de deixar os desafios mais claros e tangíveis, são definidos Indicadores dentro do mapa (que permitem acompanhar a evolução de um determinado objetivo) e estabelecidas metas de desempenho (que permitem avaliar se o desempenho de um determinado indicador está satisfatório ou não).

Porto Alegre é sustentada pela estruturação de três grandes objetivos que buscam ofertar melhores resultados para a sociedade:

- Promover o desenvolvimento Urbano e Econômico, com Sustentabilidade Ambiental;
- Ter excelência na prestação dos Serviços Públicos;

- Promover o Desenvolvimento Social.

Programa Estratégico e Eixos de Governo

Ao invés de tratar cada órgão em separado, as prioridades são agrupadas em Programas Estratégicos de Governo, com objetivos e finalidades divididos em Eixos, garantindo maior foco na atuação e definindo os núcleos de políticas públicas prioritárias.

Eixo Ambiência: Os Programas Estratégicos deste Eixo buscam projetar uma cidade que contemple na sua dinâmica de desenvolvimento e padrões de consumo o respeito e cuidado dos recursos naturais das gerações presentes e futuras, distribuindo e ofertando bens e serviços que garantam o conforto e dignidade humana a todos os cidadãos.



Figura 48 – Eixo Ambiência

Fonte: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/> Acesso abril 2016.

Os focos de atuação do Eixo Ambiência são:

- Realizar o planejamento econômico, urbano e ambiental integrado, de longo prazo e respeitando o princípio da territorialidade.
- Articular ações de desenvolvimento metropolitano.
- Qualificar os serviços urbanos para aprimorar a ambiência e a convivência, com co-responsabilidade.
- Promover avanços estruturais e duradouros à mobilidade urbana.
- Prover um ambiente que favoreça o desenvolvimento de negócios para incentivar os setores produtivos da economia, potencializando as vantagens competitivas da cidade de forma a ampliar as oportunidades de trabalho e renda da população.
- Impulsionar o turismo com ênfase para a vinda de visitantes atraídos por setores/atividades/serviços referências no município, como serviços de saúde e educação.

- Potencializar o capital humano e políticas que promovam o empreendedorismo e a inovação, desenvolvendo políticas que promovam e potencializem o capital humano, o fomento à pesquisa e cooperação entre iniciativa privada, universidades e centros de pesquisa, e investimentos privados voltados a inovação e empreendedorismo para um maior crescimento e desenvolvimento econômico.

Eixo Social: Compreende os Programas Estratégicos voltados à promoção do desenvolvimento social, especialmente para os porto-alegrenses que mais precisam da ação governamental integrada. Busca prover aos cidadãos acesso à educação, saúde, cultura e lazer e segurança. Promove também especial atenção às nossas crianças, adolescentes e jovens, por meio de uma rede de proteção social que assegure seu desenvolvimento.



Figura 49 – Eixo Social

Fonte: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/> Acesso abril 2016.

Eixo Gestão: Para ter excelência na prestação dos serviços públicos, compreende os Programas Estratégicos que reforçam o compromisso da Prefeitura com a democracia participativa, ações para modernização da gestão pública, otimização de recursos, aumento de receitas para novos investimentos e valorização dos servidores públicos.



Figura 50 – Eixo Gestão

Fonte: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/> Acesso abril 2016.

Os focos de atuação do Eixo Gestão são:

- Ampliar a comunicação para reforçar a transparência e o controle social, fomentando os instrumentos de democracia participativa (Conselho / Orçamento / Governança Solidária) e assegurando o controle social.
- Desenvolver políticas atrativas para motivar e desenvolver o servidor público.
- Excelência e inovação nos processos e serviços pelo uso de tecnologia de informação.
- Aprofundar o Modelo de Gestão orientado aos resultados, promovendo maior integração e alinhamento entre os órgãos.
- Garantir o equilíbrio das contas públicas, por meio da justiça fiscal e do controle e qualificação do gasto.
- Buscar novas fontes de recursos - além da arrecadação tributária, de forma a criar as condições para investimentos necessários para a população.

4.5.1 Orçamento Participativo

A concepção do Orçamento Participativo em Porto Alegre, instituído em 1989 pela administração municipal que foi eleita por uma frente popular liderada pelo Partido dos Trabalhadores, fundamenta-se teoricamente no movimento de renovação/revisão conceitual anteriormente referido.

Parte dos recursos que a Prefeitura investe em Porto Alegre é decidida mediante o OP, portanto, este torna-se um instrumento importante na perspectiva do olhar da democratização e participação popular de forma mais direta entre a os gestores do poder público. Sendo assim, o Orçamento Participativo é um processo de fundamental importância para as políticas de investimentos de qualificação e manutenção dos espaços públicos na cidade. Para organizar a estruturação do OP a cidade foi dividida em dezesseis regiões. Dentro de cada zona existem, os bairros e as comunidades, que se comunicam entre si e com o setor administrativo da Prefeitura, objetivando melhor democratização nos processos públicos, através de análise de futuros projetos, aprovação ou não de orçamentos, e a participação financeira propriamente dita, dentro de cada comunidade e cada respectiva zona.

Um dos pressupostos essenciais do OP é a redistribuição de investimentos e qualificação de forma mais igualitária da cidade, visando priorizar as zonas de maior necessidade. Como consta Marquetti (2000, p. 158) em seu estudo:

Um aspecto importante a ser investigado é a mudança na estrutura das despesas públicas no período anterior e durante a implantação do OP. Se de fato a sociedade civil e o governo definem as despesas públicas de maneira conjunta tendo como um dos objetivos centrais a redistribuição das despesas públicas. Deve ser observado um aumento nas despesas dos setores que prestam obras e oferecem bens e serviços públicos para população de baixa renda.

Como aponta Amaral (2000, p.19) sobre a relevância e a estruturação do Orçamento Participativo nas áreas do esporte e lazer:

No caso específico do lazer no OP, há uma temática de educação, esporte e lazer específica e um coordenador. É este que chama, em consonância com as necessidades da população participante, as reuniões da rodada intermediária para qualificar a discussão da temática. O coordenador temático da educação, esporte e lazer mantém contato direto com a assessoria comunitária das Secretarias de Educação e da SME para que as mesmas intercedam nas comunidades e tragam subsídios teóricos e técnicos que qualifiquem a discussão específica.

A autora reflete ainda sobre o significado do lazer e da prática esportiva, na qualidade de vida, mas que em função dos limites conceituais da própria população sobre esta importância, influenciando diretamente a captação de recursos do OP.

A realidade da conscientização quanto às práticas de atividade física e de lazer para o bem estar nos últimos anos, no entanto, vêm se consolidando. E neste sentido, os recursos para investimentos em equipamentos e melhorias dos espaços também se aprimora.

Com relação aos investimentos e o Orçamento Participativo, cabe portanto, a reflexão sobre a importância da conscientização da população de cada comunidade específica que atende em especial suas zonas de maior interesses e participações. Amaral (2000, p. 21) pondera ainda sobre os avanços da participação popular:

Entretanto, em relação à participação podemos afirmar que apesar da forma usada pela Frente Popular ser bem mais abrangente do que décadas anteriores, ainda esbarra em contradições e limites, colocados na própria prática e erigidos pela maneira como a cidadania brasileira vem sendo exercida durante o decorrer de todo o século passado. [...]

5 INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTOS

A captação de recursos públicos para investimentos na estrutura física, bem como qualificação de corpo técnico financiamento de projetos é necessária para a qualificação dos espaços de lazer e prática esportiva, assim como programas de esporte, ligados a educação e cultura.

Em 2015, foi extinta a FUNDERGS, Fundação de Esporte e Lazer, alegando-se que novos projetos e investimentos deveriam ser implantados.

No início desta década, espaços na cidade foram qualificados para o atendimento da comunidade e também desenvolvimento do esporte de rendimento, um referencial foi o CETE – Centro Estadual de Treinamento Esportivo.



Figura 51 – Vista aérea CETE

Fonte: www.fundergs.rs.gov.br. Acesso, junho 2016.

O CETE oferece à população 25 modalidades esportivas, atendendo mais de mil pessoas. O local foi administrado até o final de 2015 pela FUNDERGS, desenvolve nove atividades próprias. Outras 16 são desenvolvidas por federações e associações. A partir de 2013 quando foram estipuladas novas regras para acesso, como inscrições que ocorrem mensalmente, alguns usuários criticaram o sistema. Entretanto a alegação foi o melhor controle e manutenção do espaço, além de diponibilidade de projetos com auxílio de profissionais na área.

A parceria público-privada é vital para o suporte de financiamento de projetos além dos já elaborados com recursos próprios do estado e da Prefeitura, além do Orçamento Participativo e incentivo das comunidades.

5.1 LEGADOS DA COPA DO MUNDO DE 2014

Nos primeiros anos do século XXI com as possibilidades e posterior confirmação de grandes eventos esportivos no país, tais como os jogos Pan-americanos de 2007, Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas 2016, programas governamentais e grandes projetos foram e estão sendo propostos e implantados visando adequar a infraestrutura das cidades-sedes às exigências dos organizadores, patrocinadores, participantes, e público em geral.

Estariam estes projetos de acordo as estratégias definidas pelo planejamento urbano e regional vigente nos pais e nestas cidades? Estaria a sociedade preparada para acompanhar sua implantação e sendo universalizada a distribuição dos seus benefícios? Quais os conflitos e disputas territoriais existentes a partir do planejamento orientado aos grandes projetos?



Figura 52 – Obra de viabilidade urbana e melhoramentos na orla

Fonte: www.clicrbs.com.br. Acesso, junho 2016.

Entre os projetos encontram-se os *máster projects*, grandes projetos urbanos ou simplesmente GPUs. Proposições e ações voltadas à reestruturação e adequação do espaço para os fluxos e realização do capital. Frequentemente incluem processos chamados requalificação, reabilitação, revitalização urbana. Correspondem às adequações exigidas para a realização de grandes eventos esportivos, culturais, comerciais ou religiosos entre outros.

As práticas recentes das grandes intervenções provocam rupturas, conflitos e impactos territoriais, sociais, políticas, econômicos e ambientais. Em todos os casos, as intervenções são precedidas e acompanhadas por discursos que indicam vontade de articular, criar centralidades e definir o território como um todo, contudo, que se

realizam como intervenções pontuais, sem visão global ou intenção verdadeira de reestruturá-lo.

O modelo de desenvolvimento dos megaeventos privilegia apenas grandes empresas, sem levar em conta as necessidades das populações. O mais perverso é que os investimentos são feitos com dinheiro público, mas os lucros são privados. Sendo assim, o povo paga para que os eventos ocorram. Contudo, quem ganha são as empresas que lucram com toda a estrutura. (WHITAKER, 2010)

Experiências passadas demonstram que reurbanizações envolvidas em projetos para megaeventos freqüentemente estão ligados a violações de direitos humanos, em especial no que tange a moradia. Os processos não respeitam a democracia e interesses comuns, alavancam corrupção, geram impactos e tensões urbanas.

Na contramão de projetos que não visam o bem comum, a sustentabilidade, o uso democrático e qualidade de vida ambiental de da população como um todo, um perfil planejamento vem produzindo um conjunto de cidades-modelo (SANCHEZ, 1997; MOURA, 2009).

Como citamos no capítulo anterior, no Brasil, uma referência de cidade-modelo é Curitiba, que há praticamente 50 anos vive um processo de planejamento urbano. Os conceitos de gestão baseados na garantia de legitimação e relações entre as partes fazem parte da raiz dos planejamentos.

Instrumento chave dos planejamentos e estruturação das políticas de incentivo é o Plano Diretor, aplicando diretrizes que se ligam aos investimentos, ao mercantilismo e tomadas de decisões políticas. Um Plano caracterizado por ser ajustável, flexível e compreensível, comprometido com as funções sociais da propriedade da cidade e gerido participativamente.

Canais de participação e controle social, com negociações, implementações e gestão de uso dos projetos são relevantes para discussão de prioridades e discutir interesses da comunidade e transparência de gestão.

6 ANÁLISE DE DADOS

Segundo dados da Prefeitura da cidade, Porto Alegre possui uma área total de 496,68 km², sendo um ponto de encontro de distintos sistemas naturais, imprime uma geografia diversificada à cidade.

A capital possui em seu desenho geográfico um conjunto de morros graníticos que emoldura a região de planície onde está o grande centro urbano da cidade, ocupando 65% de seu território. O Morro Santana, com 311 m de altura, é o ponto mais alto, com matas e campos nativos, cachoeiras, banhados, charcos, lagos, córregos e cascatas. A formação geológica conteve a ocupação do município em direção à zona sul, e contribuiu para que Porto Alegre conservasse 30% de seu território como área rural, a segunda maior entre as capitais brasileiras.

Referente à área total, compreende-se ainda aproximadamente 44 km² distribuídos em 16 ilhas do Lago Guaíba sob jurisdição do município. O lago contorna a cidade numa extensão 70 km de orla fluvial a expressão geográfica mais marcante da capital gaúcha. O conjunto de ilhas, parques e de áreas de preservação natural, somado à área rural e ao elevado índice de arborização das vias públicas, constituindo assim uma “cidade verde”, acima do recomendado pela organização Mundial da Saúde (OMS).

População: 1.409.351 (Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010);

População estimada em 2015: 1.476.867 (dados de 2010).

IDH (Índice de Desenvolvimento Humano): 0,865.

Através de pesquisa física e documental dos espaços públicos destinados à prática de atividade física e lazer em Porto Alegre, buscamos analisar os dados relacionando-os aos predicados sugeridos como condições indicadas para o uso, e associados a aspectos como o embelezamento dos espaços, acessibilidade, multifuncionalidade, segurança, democratização do uso, benefícios para o meio ambiente, entre outros, mencionados ao longo deste trabalho e importantes para parâmetros da qualificação ou não dos ambientes.

Sendo assim, buscamos investigar os principais parques, praças e espaços públicos da cidade para contribuir na revisão da qualidade atual dos mesmos, bem como as propostas de projetos e investimentos e/ou manutenção de nosso patrimônio.

Além das investigações com material de referência, como teses, dissertações, revistas, livros, sites de divulgação da cidade, e a pesquisa de campo, com a percepção pessoal, entrevistamos sujeitos com experiência de atuação na área dos projetos sociais e de administração dos parques e usuários. Uma pesquisa com quantitativo baixo, mas que julgamos relevante para análise qualitativa.

6.1 PARQUE FARROUPILHA – REDENÇÃO

O Parque Farroupilha, popularmente conhecido como Parque da Redenção, como já mencionamos neste trabalho, foi o primeiro parque da cidade. Doado à cidade em 24 de outubro de 1807 pelo governador Paulo José da Silva Gama, inicialmente chamado de Potreiro da Várzea ou Campos da Várzea do Portão, o local passou em 1867, a denominar-se Campos do Bom Fim, devido à proximidade da Igreja do Nosso Senhor do Bom Fim.

Em 1884, o parque passa a ser chamado de Campos de Redenção, em homenagem à libertação dos escravos do 3º distrito da Capital. O primeiro ajardinamento ocorreu em 1901, quando já existiam na área do parque a Escola Militar (1872) e a Escola de Engenharia (1896).

Está localizado próximo ao centro da cidade. Em 1935, sofreu grandes intervenções paisagísticas, em função das comemorações no centenário da Revolução Farroupilha, como a construção do pórtico, de um lago artificial, dos eixos entre passeio e jardim e de dois cassinos.

Este fato foi primordial para a consolidação do espaço como parque referencial da cidade e para. Como afirma Spalding (1967), visitantes de outros estados e do Exterior, se deslumbravam ao conhecer a exposição em Porto Alegre. Opinavam sobre esta ter superado, em muitos aspectos, a grande Exposição do Centenário da Independência do Brasil realizada no rio de Janeiro, em 1922.

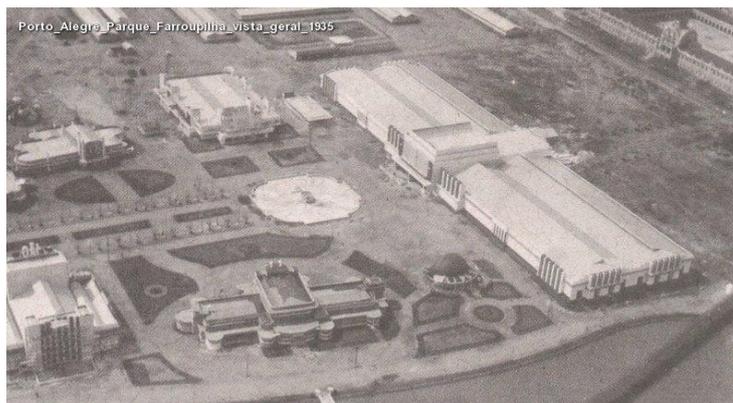


Figura 53 – Parque Farroupilha Exposição 1935

Fonte: Famiglia Prati – Reprodução.

Com relação ao traçado, o Parque sofreu diversas alterações em consonância as alterações urbanísticas da cidade em cada época. Teve seu espaço original reduzido com a construção dos prédios de entrono, em destaque ao atual Colégio Militar e complexo da UFRGS. Hoje, o Parque Farroupilha é delimitado pelas avenidas João Pessoa, José Bonifácio, Osvaldo Aranha e ruas Setembrina e Engº Luís Englert (foto).



Figura 54 – Parque Farroupilha vista área atual

Fonte: <http://www.cidadebaixahostel.com.br/> acesso junho 2016

Correspondendo atualmente a uma área é de aproximadamente 370.000 m², exerce fundamental papel relativo ao equilíbrio do meio-ambiente. Possui dentro de sua área total, considerável parte de área verde.

Trata-se de um espaço de relevância social para a cidade. Frequentado, não só por moradores próximos, mas por cidadãos das mais diversas áreas da cidade, além de ser um ponto turístico, com atrações culturais, disponibilidades de lazer diversas.

Possui 45 monumentos em cobre e mármore doados por diversos países e instalados ao longo de toda área. Podemos destacar a fonte luminosa, produzida em Nova Iorque e inaugurada em 1935, e o Monumento do Expedicionário, de autoria de Antônio Caringi, inaugurado em 1953, duplo arco do Triunfo com esculturas em relevo que homenageiam os pracinhas da 2ª Grande Guerra (foto).



Figura 55 e Figura 56 – Monumento ao Expedicionário; Brique da Redenção

Fonte: o autor - maio 2016

Possui atrativos de lazer diversos, entre eles o passeio livre onde pode-se desfrutar do contato de inúmeras espécies de árvores nativas, a pé, com o aluguel de bicicletas ou através do passeio com o trenzinho. No lago central existem o passeio de pedalinhos. No local, existem ainda o parque de diversões infantil, o Mercado do Bom Fim (onde há lojas de conveniências e lancherias), a Feira Ecológica (aos sábados pela manhã) onde são comercializados produtos integrais, verduras sem agrotóxicos e muitas variedades, o mini-zôo, os 5 play-grounds, e os recantos solar, europeu, oriental e alpino. Aos domingos, recomenda-se passear pelo Brique da Redenção, feira de antiguidades, artes plásticas, artesanato, gastronomia e apresentações de artistas de rua que reúne mais de 300 expositores.



Figura 57 e Figura 58 – Espelha d'água, passeio central; Parque de diversões infantil

Fonte: o autor - maio 2016

Relativo às atividades esportivas, existe um campo de futebol e a pista atlética em volta do mesmo, quadras poliesportivas e alguns aparelhos de ginástica

instalados no espaço do Parque Ramiro Souto. Os equipamentos não apresentam as melhores condições para as práticas e projetos que refletem a carência no setor e necessidade de investimentos na área pública, o engajamento da comunidade e parcerias privadas.



Figura 59 e Figura 60 – Parque Ramiro Souto; Equipamentos para atividade física.

Fonte: o autor - maio 2016



Figura 61 e Figura 62 – Palco ao ar livre, parcerias privadas; Auditório Araújo Vianna

Fonte: o autor - maio 2016

Dentre as opções culturais, além dos inúmeros atrativos de espetáculos como artistas de rua e as feiras, já mencionados, existem espetáculo ao ar livre em parcerias com iniciativa privada, e o Auditório Araújo Vianna, reaberto em 2012, e contando com investimentos privados para manutenção e administração.

Estima-se que mais de quatro milhões de pessoas passam por ano pela Redenção, um símbolo de espaço de lazer democrático na cidade.

6.2 PARQUE MOINHOS DE VENTO

O Parque Moinho de Ventos, popularmente conhecido como Parcão, está localizado em uma zona de classe média-alta da cidade, contornado pelas ruas 24 de Outubro, Mostardeiro, Comendador Caminha, Quintino Bocaiúva e cortado pela

Av. Goethe. Sua área é de 115.000 m². O nome do Parque Moinhos de Vento tem sua origem no século XVIII, quando Antonio Martins Barbosa, vindo de Minas Gerais, estabeleceu-se com seu moinho de vento. Inaugurado em 1972, o parque é dividido em duas áreas, sendo separado pela Av. Goethe e ligado através de uma passarela para pedestres.



Figura 63 e Figura 64 – Mapa do Parque; Passarela de pedestres e Av. Goethe

Fonte: o autor, maio 2016.



Figura 65; Figura 66 e Figura 67 – Sede administrativa (moinho de vento); Monumento ao presidente Castelo Branco; Totem relativo à parceria privada

Fonte: o autor, maio 2016.

A sede administrativa, uma réplica do moinho açoriano, onde funciona também a biblioteca, é cercada por um lago artificial e uma mini-cascata possibilita a vida aquática para a fauna composta por tartarugas, gansos, marrecos e peixes.

O parque, além da responsabilidade e gestão compatível ao poder público, conta com a participação e incentivo privado para manutenção e conservação dos espaços e equipamentos. É um importante ponto turístico da cidade, próximo à áreas de interesses e prédios comerciais e empresariais.



Figura 68 e Figura 69 – Edificação adjacente comercial representativa; Lago central

Fonte: o autor, maio 2016.



Figura 70 e Figura 71 – Equipamentos de recreação; Equipamentos de ginástica

Fonte: o autor, maio 2016.



Figura 72 e Figura 73 – Acessibilidade; Campo de futebol – campeonato de várzea

Fonte: o autor, maio 2016.

O parque é bastante frequentado para prática de corrida rua e caminhada, nas pistas livres de 400, 650 e 1.100 metros. Como infraestrutura para atividades físicas oferece ainda, campo de futebol, quadras poliesportivas, cancha de bocha, equipamentos de ginástica e pista de patinação.

Relativo ao lazer e recreação, conta com playground e Biblioteca Ecológica Infantil Maria Dinorah, que possui cerca de mil livros (inclusive com títulos em braille). A Biblioteca promove recreação aberta por jogos educativos, oficinas de artes plásticas e programação cultural.

6.3 PARQUE MARINHA DO BRASIL

O Parque Marinha do Brasil foi construído sobre o aterro da antiga Praia de Belas, em 1978. Situado entre as avenidas Edvaldo Pereira Paiva e Borges de Medeiros, que ligam o Centro à Zona Sul da Capital, é o maior parque destinado ao lazer de massa da cidade com 740.000 m². Dentro do parque situa-se a sede da SME.



Figura 74 e Figura 75 – Um dos campos de futebol disponíveis; Equipamentos de recreação

Fonte: o autor, maio 2016.

O parque é caracterizado pela disponibilidade de equipamentos voltados à práticas esportivas e de atividade física. Possui diversos campos de futebol, quadras poliesportivas, pistas para patinação e duas pistas próprias para atividades de manobras com skate e bicicleta muito frequentada por jovens da capital e do interior do Estado. Possui ainda equipamentos para atividade de musculação adaptados, mas que carecem de manutenção, sanitários públicos e vestiários.



Figura 76 e Figura 77 – Área verde livre frequentada junto à Orla; Passeio central pavimentado e câmera de segurança

Fonte: o autor, maio 2016.

Com relação à recreação e lazer, o antigo parque de diversões foi desativado, permanecem os playgrounds infantis, espaço cívico, espelho d'água e três áreas de estacionamento.

Também se sobressai o eixo aquático, que corta e percorre 700 metros do parque, o recanto solar, para banhos de sol e o recanto da saúde, apreciado pelo seu belo pôr-do-sol. O espaço é frequentado por famílias que fazem churrascos e lanches ao ar livre.



Figura 78 e Figura 79 – Quadras poliesportivas; Pista para patinação

Fonte: o autor, maio 2016.



Figura 80 e Figura 81 – Pistas próprias para manobras com bicicletas e skate; Equipamentos adaptados para musculação e ginástica

Fonte: o autor, maio 2016.



Figura 82 – Devastação que atingiu a cidade em especial a área do parque em jan. de 2016

Fonte: <http://zh.clicrbs.com.br> - acesso, junho 2016

Em janeiro de 2016, Porto Alegre sofre com forte temporal que proporcionou danos em diversas áreas na cidade, atingindo prédios e áreas abertas. A região do Parque Marinha do Brasil foi a mais atingida, sofrendo a perda de muitas árvores.

Desde então o verde do parque que teve sua forma original desfigurada vem lentamente sendo remodelado através do trabalho da SMAM.

6.4 ORLA DO GUAÍBA

Um espaço público tradicional de lazer na capital gaúcha é a área que inicia no largo onde está localizada Usina no Gasômetro se estende em direção à zona sul, até o Anfiteatro por do Sol, pela orla do Guaíba.

O Centro Cultural Usina do Gasômetro é um dos espaços culturais mais importantes e conhecidos da cidade. A antiga usina projetada para gerar energia à base de carvão mineral, foi indicada como espaço Cultural, em 1989 e a partir de 1991 aberta à população como Centro Cultural. O espaço é destinado a inumeros projetos de incentivo a cultura teatral, dança e de música, além de diversas exposições.



Figura 83 e Figura 84 – Foto aérea Usina do Gasômetro; Orla do Guaíba

Fonte: Ricardo Duarte – Reprodução; <http://caismaua.blogspot.com.br/>- acesso jun, 2016.

Processos burocráticos prolongaram, interromperam e indiponibilizaram inúmeras ideias de projetos de melhorias e ampliações para área ao longo das últimas décadas.

No final dos anos 1990, projetos foram aprovados e a iniciativa privada passou a participar do gerenciamento dos espaços. Assim, houveram melhorias como instalações de equipamentos de quiosques para alimentação, sanitários, equipamentos para atividade física, quadras poliesportivas e campo de futebol.



Figura 85 e Figura 86 – Quiosques de alimentação; Equipamentos atividade física – parcerias iniciativa privada

Fonte: o autor, maio 2016.



Figura 87 e Figura 88 – Campo de Futebol: Ciclovía na extensão da orla

Fonte: o autor, maio 2016.



Figura 89 e Figura 90 – Anfiteatro Por do Sol; Acessibilidade instalada na última revitalização

Fonte: o autor, maio 2016.

Em 2015, foi aprovado e financiado no valor de R\$ 60 milhões o Projeto de Revitalização da Orla do Guaíba, com previsão para inauguração no final de 2016, através de investimento do poder público e parceria privada.

Se estende por 1,5 km, com arquibancadas a partir do relevo natural e criando espaços de convivência. Será ampliada a iluminação, com melhor fluxo através de ciclovias, e interação com quiosques, deques e a marina pública. O projeto prevê também a revitalização da vegetação e a melhor acessibilidade que já se nota no canteiro de obras.



Figura 91 – Ilustração Projeto de Revitalização da Orla

Fonte: <http://www.curttopoa.com.br> - acesso jun, 2016



Figura 92 e Figura 93 – Placa de Obra; Obra em andamento

Fonte: o autor, maio 2016.

6.5 PARQUE GERMÂNIA



Figura 94 – Parque Germânia e comércio movimentado do entorno

Fonte: www.google.com.br/maps. acesso, junho 2016.

O Parque Germânia, localizado no bairro Vila Ipiranga, em 2006. Recebe este nome em homenagem a imigração alemã no Rio Grande do Sul. O espaço possui 151.000 m² de área total sendo 60.000 m² correspondente a uma área de preservação ambiental permanente.

É o primeiro parque público da cidade com cercamento delimitando o espaço e o horário de para uso. O funcionamento na primavera e verão é das 6h às 21h e no outono e inverno, das 6h às 19h. Possui estacionamento sinalizado com 105 vagas.



Figura 95 e Figura 96 – Parque e prédios residências do entorno; Eixos de circulação

Fonte: o autor, maio 2016.



Figura 97 e Figura 98 – Um dos acessos do parque e cercamento; Segurança do parque

Fonte: o autor, maio 2016.



Figura 99 e Figura 100 – Pavilhão da cancha de bocha; Quadras de tênis

Fonte: o autor, maio 2016.

Com relação a equipamentos para práticas de atividade física e de lazer, o parque conta com duas quadras de tênis, quatro quadras poliesportivas e uma cancha de bocha em uma edificação com característica da arquitetura alemã. Possui ainda três playgrounds, mesas em pedra adaptadas para jogos de xadrez e damas;

passeios direcionais pavimentados para caminhadas e corridas. A edificação correspondente aos sanitários apresenta boa higiene e conservação.

No prédio da administração da Secretária Municipal do Meio Ambiente (SMAM) fica situada a equipe administrativa do parque, a Guarda Municipal e a empresa terceirizada, que é responsável pela preservação do parque. A SME (Secretaria Municipal dos Esportes) também tem reponsabilidade sobre os equipamentos.

Além da área de reserva ambiental, o parque possui um lago artificial com um dique em madeira e um pequeno chafariz.

Dentro do Parque Germânia assim como, nos demais parques públicos da cidade, existem os projetos para prática de atividade física e de lazer, com objetivo de promover o esporte, a qualidade de vida, interação social e conscientização do bom uso do parque. O cadastramento é feito junto à prefeitura, com a SME.



Figura 101 e Figura 102 – Playground; Sanitários

Fonte: o autor, maio 2016.



Figura 103; Figura 104 e Figura 105 – Monumento homenagem ao Imigrante; Sinalização de conscientização de limpeza; Totem de sinalização de percurso

Fonte: o autor, maio 2016.

A parceria com empresas privadas e a participação das mesmas, em função da especulação do mercado imobiliário que girou em torno do espaço construído próximo ao parque foi determinante para captação de recursos quando da construção do parque.

Passados dez anos, percebe-se a dificuldade na manutenção quando por vezes, há conflitos na responsabilidade que quem deve gerir cada demanda. Neste sentido, sempre cabe resaltar a importância da participação da comunidade, do orçamento participativo, e da conscientização do uso e conservação.

6.6 PARQUE MASCARENHAS DE MORAES

O parque Mascarenhas de Moraes, mais conhecido como Parque Humaitá, é delimitado pelas avenidas Palmira Gobbi, José Aloísio Filho e Mascarenhas de Moraes, uma avenida de saibro, exclusiva para pedestres. Localizado no bairro Humaitá, o parque foi criado em 1984, possui uma área total correspondente a 182.380 m², sendo 80.000 m² de banhado, dos quais 60.000 m² são de reserva ecológica permanente.

Relativo à práticas de atividade física, o parque dispõe de um campo de futebol, onde projetos sociais e categorias de base de clubes amadores e profissionais da cidade utilizam o espaço, para treinamentos e jogos, além de variados torneios de várzea. Possui ainda quadras poliesportivas e duas quadras para vôlei ou futebol de areia; Cancha de bocha e equipamentos de ginástica. Para recreação e lazer, possui equipamentos de playground infantil em três pontos distintos, um mini-zoológico, churrasqueiras adaptadas e quiosques cobertos.



Figura 106 – Vista aérea Parque Mascarenhas de Moraes

Fonte: <http://www.skyscrapercity.com>; acesso junho 2016.

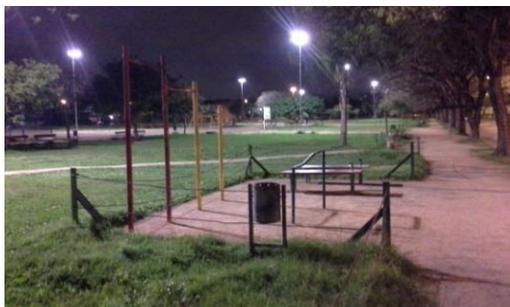


Figura 107 e Figura 108 – Placa da obra de revitalização do parque; Equipamentos e iluminação
Fonte: o autor, maio 2016.

Em 2015, o parque teve a capacidade de sua iluminação triplicada, favorecendo a segurança na utilização noturna e ampliando sua possibilidade de uso, sendo mais freqüentando no período noturno.

Este parque conta com participação efetiva e freqüente da comunidade e do Orçamento Participativo nos projetos de manutenção e revitalização do espaço. Caracterizado como um espaço de uso multifuncional é bem freqüentado pela comunidade e reflete a importância da participação e conscientização da mesma para qualificação e manutenção dos espaços públicos na cidade.

6.7 PARQUE CHICO MENDES

Criado em 1992, com área de 252.900 m² e localização na zona norte da cidade, entre os bairros Leopoldina e Chácara da Fumaça é contornado por loteamentos populares e conjunto habitacionais direcionados à pessoas de baixa renda. A iniciativa principal, quando construído foi evitar invasões, retirada de árvores e depósitos irregulares de lixo, focando na preservação ambiental.

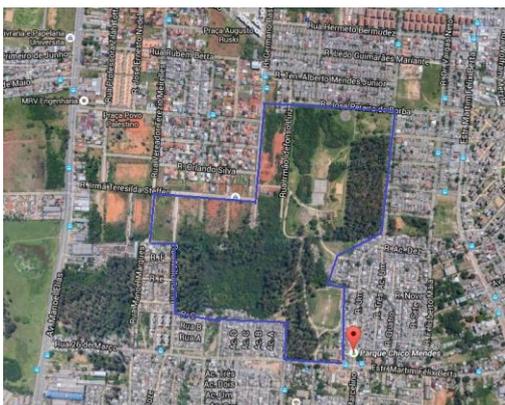


Figura 109 e Figura 110 – Localização Parque Chico Mendes; Área verde e monumentos do parque

Fonte: www.google.com.br/maps; <http://portoalegrenacopa.blogspot.com.br/2014/03/parque-chico-mendes.html> acesso jun. 2016

Oferece aos visitantes, opção de descanso e lazer, com quadro quadras poliesportivas, dois campos de futebol, duas quadras de bocha, equipamentos de recreação, além de churrasqueiras espalhadas pela área de passeio do parque.



Figura 111 e Figura 112 – Infraestrutura do parque: Recreação; Quadras poliesportivas

Fonte: <http://portoalegrenacopa.blogspot.com.br/2014/03/parque-chico-mendes.html> acesso jun. 2016

A vegetação do local é caracterizada por eucaliptos e árvores nativas. Diversas espécies de fauna, como socós, frangos d'água, saracuras, bem-te-vis, pica-paus, tico-ticos, marrecas pia-deiras e pombões são observadas no local.

O memorial Chico Mendes e o anfiteatro ao ar livre se destinam a cerimônias oficiais e programação cultural, como shows musicas, peças teatrais e manifestações da comunidade.

Calcula-se que o parque beneficie diretamente cerca de 200 mil pessoas.

A denominação do parque é uma homenagem que a Prefeitura de Porto Alegre presta a Francisco Alves Mendes Filho, seringueiro, símbolo de dignidade e respeito ao meio-ambiente.



Figura 113 – Área de preservação do parque

Fonte:<http://portoalegrenacopa.blogspot.com.br/2014/03/parque-chico-mendes.html>. acesso jun. 2016

6.8 JARDIM BOTÂNICO

Inspirado no projeto do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, após sua idealização inicial ainda no século XIX que não foi executada, em 1953, 50 hectares de área da cidade foram destinadas a criação do parque / jardim.

Uma comissão foi formada para elaborar o projeto, entre eles o professor e religioso Irmão Teodoro Luís, que coordenou os trabalhos, em 1957, do plantio das primeiras espécies selecionadas: uma coleção de palmeiras, coníferas e suculentas. Quando aberto ao público, em 10 de setembro de 1958, já dispunha de uma coleção de quase 600 espécies.

Em 1962, foi inaugurada a estufa para os cactos, e na década de 1970 o jardim botânico foi integrado à Fundação Zoobotânica, junto com o Parque Zoológico e o Museu de Ciências Naturais. Nesta época se iniciou a coleção de arbóreas, com ênfase nas famílias de importância ecológica, grupos temáticos e formações florestais típicas do estado, e se lançou um programa de expedições de coleta de espécimes e sementes.

Na década de 1990, um projeto vinculado ao Programa Pró-Guaíba possibilitou um melhoramento na infra-estrutura do Jardim Botânico, quando foram construídos viveiros parabromélias, orquídeas, suculentas, lianas e cactos, e foram

feitas reformas no centro de visitantes e na administração, além da criação de um Banco de Sementes.

Atualmente o Jardim Botânico ocupa uma área de 39 hectáres, estando entre os cinco maiores jardins botânicos do Brasil em vista da diversidade de sua coleção e sua boa organização.



Figura 114 – Vista aérea do Jardim Botânico

Fonte: <http://www.fzb.rs.gov.br> - acesso junho 2016.

Seu público principal é formado por estudantes e cientistas, mas também é bastante frequentado por turistas e por moradores da cidade, totalizando aproximadamente 60 mil pessoas anualmente.



Figura 115 e Figura 116 – Entrada Principal; Contraste entre o verde do Jardim e a malha urbana

Fonte: o autor, junho 2016.

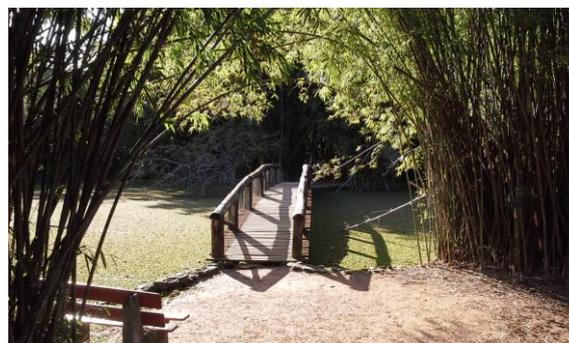


Figura 117 e Figura 118 – Mapa do Jardim Botânico; Ponte sobre o lago no centro do parque

Fonte: o autor, junho 2016.

Segundo os critérios internacionais que regem os jardins botânicos em todo o mundo, baseados nas diretrizes do Botanic Gardens Conservation International e pelas Estratégias de Conservação, e sendo compatível o Jardim portoalegrense sua missão é:

Realizar a conservação integrada da flora nativa e dos ecossistemas regionais, consolidando-se como centro de referência em educação, pesquisa, cultura e lazer, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida.

O parque é de vital importância na área consolidada da cidade, contrastando o verde natural com o urbanismo da grande metrópole. Além de ser um espaço destinado ao lazer e contribuir para o equilíbrio ambiental da cidade, é um espaço educativo, de pesquisa e conservação.



Figura 119 e Figura 120 – Uma das centenas de espécies de vegetação; Circulação pavimentada
Fonte: o autor, junho 2016.

6.9 PARQUE ARARIGBÓIA

No final dos anos 1940 o espaço era constituído apenas pelo campo de futebol e árvores no entorno, denominava-se Parque Sul Brasil.

Em 1952, a Prefeitura assume o parque, passando a chamá-lo Parque Ararigbóia.

Passadas duas décadas é fundada a Associação dos Veteranos do futebol, caracterizando o parque pelos campeonatos de várzea.

Posteriormente é construído o ginásio e implementados novos equipamentos. A partir daí projetos com variadas atividades de lazer e práticas esportivas caracterizaram o parque, bastante conhecido na cidade. Neste mesmo período o parque foi cercado, e atualmente ele fica aberto até as 23h.



Figura 121 e Figura 122 – Entrada do parque; Vista externa campo de futebol

Fonte: o autor, junho 2016.

O parque dispõe de professores em diversas atividades e um corpo de funcionários atuantes. É feito cadastramento no valor de 45,00 R\$ por semestre e os alunos dos projetos recebem presença e ausência conforme a frequência para manter o controle do uso dos benefícios, tendo em vista a grande procura, contando, hoje, com mais de 800 alunos cadastrados.

A coordenadora Regane Penna Rodrigues⁷ conceitua o espaço como exemplo de gestão compartilhada, com grande participação da comunidade. Com relação ao orçamento participativo, diz que o valor é importante, mas para a manutenção e qualificação de bons equipamentos a maior fonte de recursos vem da própria secretaria de Esportes e do apoio comunitário.

Ainda neste prospecto, salienta a importância da consciência do uso, do vínculo afetivo ao local, salientando que não há registros de vandalismos ou furtos no local, sendo fundamental a adesão dos usuários.

⁷ Regane Penna Rodrigues, educadora física, especializada em Desporto Coletivo pela UFRGS e Mestrado pela UNIMEP em Piracicaba. Concursada pela Prefeitura atua no parque desde 1986. Entrevista concedida no Parque Ararigóia, Porto Alegre, em 14 de junho de 2016.



Figura 123 e Figura 124 – Arquibancada do campo de futebol; Equipamentos de recreação
Fonte: o autor, junho 2016.



Figura 125 e Figura 126 – Ginásio em ótimo estado para uso; Quadra de futsal aberta ao público
Fonte: o autor, junho 2016.

7 CONCLUSÃO

Compreendemos os espaços públicos para atividades físicas e para o lazer, como os ambientes de uso comum a comunidade, no intuito de desfrutar sua cidadania e seu direito ao bem estar e qualidade de vida.

Analisamos as políticas de planejamento urbano e renovação de espaços ao longo da história, em especial após a Revolução Industrial. Os reflexos da busca pelo tempo livre e os direitos das classes trabalhadoras.

Os significados, políticos e culturais referentes aos conceitos de atividade física, da disciplina e do culto ao corpo. A higienização e as influências na sociedade atual desde a criação dos primeiros jardins de Recreio.

A democratização do uso, onde projetos sociais e de acessibilidade são vitais para essa conceituação.

Analisamos a importância da participação comunitária para a qualificação e manutenção dos equipamentos urbanos. Neste sentido, a apropriação do espaço, ou seja, a criação do vínculo do usuário com o objeto. O nível de consciência da vizinhança e aqueles que enxergam o espaço como seu, qualificam os espaços e auxiliam a administrar os espaços.

Práticas das atividades físicas contribuem no enraizamento do público ao espaço e, portanto, a importância de bons profissionais vinculados a projetos nos espaços públicos, entre eles o educador físico, que pode promover o esporte, a consciência corporal e atividades de lazer qualificadas.

Ainda com relação a projetos e iniciativas de qualificação da estrutura física e de atendimento ao público, como enfatiza Regane Penna Rodrigues, é de fundamental importância que as ações políticas não se interrompam em detrimento a interesses menores, mas que as gestões trabalhem em harmonia.

Porto Alegre é privilegiada em termos de espaços públicos para o lazer e atividade física, se consolidando especialmente a partir do momento em que os espaços foram descentralizados nas últimas décadas. Para tal, as ações comunitárias e a voz popular mais ativa, na elaboração e aprovação de projetos foram significativas na perspectiva de uma sociedade mais democrática.

Da mesma forma, consideramos na revisão deste trabalho a relevância das políticas com gestões modernas, baseadas na transparência e sustentabilidade.

Proporcionando além das práticas diretas ao cidadão, estratégias relacionadas ao meio ambiente, o bem estar e a qualidade de vida pelo equilíbrio da natureza.

Ratificamos a importância do patrimônio público, de investimentos para qualificação e manutenção, para tanto, a iniciativa privada em parceria com projetos efetivos e duradouros que criem vínculo do usuário com o espaço.

Por fim, a multifuncionalidade de ações e o olhar ampliado entre as partes, seja o corpo técnico, o administrativo ou o usuário é de vital importância, visando projetos harmoniosos e duradouros. Portanto, com relação à qualificação dos espaços e dos projetos sociais, esportivos e culturais, cabe ressaltar a importância da comunicação entre as diferentes áreas de atuação dos profissionais envolvidos em diferentes esferas.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Dulce Figueira de [et al]. Política, lazer e formação – Dulce Figueira de Almeida – Brasília: Thesaurus, 2010 – **Seminário de Políticas Públicas para o Esporte e Lazer**, Brasília, 2008.
- AMARAL, Sílvia Cristina Franco. Avanços e contradições da participação popular na definição de políticas públicas de lazer em Porto Alegre. **Movimento**, Porto Alegre, v. 11, n. 3, p. 9-23, set/dez, 2005.
- ARAUJO, B. C. D; CARAM, R. Análise ambiental: estudo bioclimático urbano em centro histórico. **Ambiente & Sociedade** – Vol. IX nº., 2006. p. 149-167.
- COSTA, Eduardo Tadeu; PINTO, Leila M. S. M. [et al]. Brasil 2016: A Olimpíada e os impactos desejados nas políticas públicas de esporte e lazer das cidades brasileiras – **9º Seminário nacional de políticas públicas de esporte e lazer**. São Bernardo do Campo/SP, 2010.
- FEIX, Eneida. **Lazer e cidade na Porto Alegre do início do século XX: a institucionalização da recreação pública**. UFRGS, Porto Alegre, 2003.
- FREGOLENE, Rosana. **Caracterização da acessibilidade em espaços públicos**. A ergonomia e o desenho universal contribuindo para a mobilidade de pessoas portadoras de necessidade especiais. Estudo de Casos. Tese (Mestrado), UNESP, Bauro-SP, 2000.
- GRECOLETTO, D.; BOCHI, T. C.; SILVA, F. C da; REIS, A. T. Existência e inexistência de cercamento, segurança e acessibilidade de parques urbanos. **ARQUISUR REVISTA**. Ano 3, nº 3, p. 126-37
- HICKEL, E. R.; HICKEL, G. R.; VILELA, E. F. SOUZA, O. F. F. de; MIRAMONTES, O. Por que as populações flutuam erraticamente? Tantas e tão poucos... E suas implicações no manejo integrado de pragas. **Revista de Ciências Agroveterinárias**, Lages, v.6, p. 149- 161, 2007.
- ISAYAMA, Hélder Ferreira [et al]. **Gestão de políticas de esporte e lazer: experiências, inovações, potencialidades e desafios** 1. Esportes 2. Lazer 3. Políticas públicas. Belo horizonte: Editora UFMG, 2011.
- JESUS, Gilmar Mascarenhas de. A geografia e os esportes: uma pequena agenda e amplos horizontes. **Revista da faculdade de Educação Física**, UNICAMP, v. 1, nº 2 p. 47-61, dez. 1999.
- LANDIM, Paula da Cruz. **Desenho de Paisagem Urbana – As Cidades do Interior Paulista**. São Paulo: Editora Unesp, 2003.
- Legados de Megaeventos Esportivos – Ed: Lamartine DaCosta, Dirce Correa, Elaine Rizzuti, Bernardo Villano e Ana Miragaya. Brasília, Ministério do Esporte, 2008.

LIMA, A. M. L. P.; CAVALHEIRO, F.; NUCCI, J. C.; SOUSA, M. A. L. B.; FIALHO, N. O.; DEL PICCHIA, P. C. D. Problemas de utilização na conceituação de termos como espaços livres, áreas verdes e correlatos. In.: **Congresso Brasileiro sobre Arborização Urbana, II**; Encontro Nacional sobre Arborização Urbana, Anais... São Luís: Sociedade Brasileira de Arborização Urbana, 1994. p. 539-553.

LOBODA, Carlos Roberto [et al]. Áreas verdes públicas urbanas: conceitos, usos e funções. **Revista do centro de ciências agrárias e ambientais**, v. 1, n. 1º, jan/jun 2005.

MACEDO, Silvio Soares; SAKATA, Francine Gramacho. **Parques urbanos no Brasil**. Coleção Quapá. v.3. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial/Projeto Quapá, 2002.

MAGNANI, José Guilherme Cantor Magnani. De perto e de dentro: Notas para uma etnografia urbana. **Revista brasileira de ciências sociais**, vol. 17 n° 49, junho, 2002.

MARCHETTI, Adalmir. **Participação e redistribuição**: o Orçamento Participativo em Porto Alegre, Porto Alegre, 2000.

MAZZEI, Kátia [et al]. Áreas verdes urbanas, espaços livres para o lazer. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, 19 (1), junho, 2007.

MELLO, Bruno Cesar Eupharasio de. **A cidade de Porto Alegre entre 1820 e 1890** As transformações físicas da capital a partir das impressões dos viajantes estrangeiros. Porto Alegre. Tese (Mestrado), 2010.

MELO, Maria Inocência Oliveira [et al]. **Parques urbanos**: Práticas de lazer e de turismo. Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo, 2012.

MELLO FILHO, L. E. Arborização urbana. In.: **Encontro Nacional sobre Arborização Urbana, I**, 1985. Porto Alegre. Anais... Porto Alegre, 1985. p. 45-49.

MEDEIROS, Ethal Bauzer. **O lazer no planejamento urbano**, 2º Ed. Rio de Janeiro; Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1975.

MEZZADRI, Fernando Marinho. **Políticas públicas e esporte**. 1º Ed. – Várzea Paulista, SP: Fontoura, 2014.

MOURA, Rosa. Grandes projetos e planejamento territorial no Brasil contemporâneo – **VI Semana de Geografia UNICAMP**, 2010.

PASKULIN, Lisiane M. G.; VIANNA, Lucila A. C. Perfil sociodemográfico e condições de saúde auto-referidas de idosos de Porto Alegre. **Rev Saúde Pública**, São Paulo, v. 41 (5) p.757-68. 2007

PESAVENTO, Sandra Jatahy **O imaginário da Cidade: Visões literárias do urbano Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre**. Editora da Universidade-UFRGS, Porto Alegre, 1999.

QUEIROS, Margarida. **Barcelona(s) cidade dos projectos ou projectos da cidade?** Finistera, XLV, 90, 2010.

SANCHEZ, Fernanda. Políticas urbanas em renovação: uma leitura crítica dos modelos emergentes. **R. B. estudos urbanos e regionais**, nº1, maio, 1999.

ROBBA, F.; MACEDO, S. S. Praças Brasileiras. Estudos Geográficos: **Revista Eletrônica de Geografia**, Rio Claro, v. 2, jul-dez – 2004. p.87-88.

SÁNCHEZ, Fernanda; MOURA, Rosa. Cidades-modelo: espelhos de virtude ou reprodução do mesmo? **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, ano XIII, nº 2, p. 95-114. 1999.

SANTOS, Edmilson Santos dos. **Reflexões sobre a utilização dos espaços públicos para o lazer esportivo**. Curitiba, n. 11, p. 25-33. 2006.

SCHUTZER, Kleber. **A percepção do pedestre sobre a qualidade da paisagem urbana**. Universidade de São Carlos, 2011.

SHANS J. C. A.; GIACOMELI D. C.; SUCOMINE N. M. Emprego da arborização na melhoria do conforto térmico nos espaços livres públicos. **REVSBAU**, Piracicaba – SP, v.4, n.4, p.1-16, 2009.

SILVA, Benedito Walderlino de Souza. **Projetos de intervenção e requalificação urbanística e efeitos sobre o patrimônio cultural de paisagens urbanas**. UFPA, Belém, 2014.

SOBARZO, O. A. **Os espaços da sociabilidade segmentada: a produção do espaço público em Presidente Prudente**. Presidente Prudente. Tese (Doutorado), 2004.

SOUZA, C. F. Evolução urbana: dos arais a metrópole. In: MENEGAT, R; PORTO, M. L.; CARRARO, C. C.; FERNADES, L. A. D (Coord.). **Altas ambiental de Porto Alegre**. 3. Ed. Porto Alegre: UFRGS, 2007, p. 99-1006.

SOUZA, Felipe Silveira de. **O espaço público contemporâneo: a complexidade vista a partir de parques urbanos de Porto Alegre**. Dissertação (Mestrado) – Curso de Geografia, UFRGS, Porto Alegre, 2008

SOUZA, Pedro Bastos de. Do valor de uso ao valor de troca: A transformação de espaços públicos para fins de consumo – O caso do complexo esportivo do Maracanã. **Revista de direito da cidade**, vol. 06, nº 01.

ZORZO, Francisco Antônio. **A cultura urbana contemporânea e os estudos interdisciplinares** – O caso do patrimônio cultural ligado aos megaeventos esportivos dos anos 2010. Instituto de Humanidades Artes e Ciências da Universidade federal da Bahia, 2013.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Sr(a). está sendo convidado (a) a contribuir na coleta de dados através de entrevista para a pesquisa do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **“CONDIÇÕES URBANÍSTICAS E ARQUITETÔNICAS DA CIDADE DE PORTO ALEGRE PARA PRÁTICAS ESPORTIVAS E DE LAZER.**

O trabalho visa contribuir, através de revisão dos conteúdos relacionados ao tema, pesquisa de campo e entrevista com público ligado a projetos e espaços destinados a práticas esportivas e de lazer da cidade, sugerir a manutenção na conduta dos aspectos que vem agregando valor ao longo da trajetória do desenvolvimento urbano da cidade e indicar melhorias em termos de possibilidades físicas e de conscientização.

PROCEDIMENTOS

Participar de entrevista, com agendamento prévio e local pré-estabelecido, duração máxima de _____ minutos. Esta entrevista será gravada, transcrita e com dados devolvidos para análise e confirmação dos dados coletados pelo entrevistado.

RISCOS E BENEFÍCIO DA COLETA

- 1) A contribuição com a coleta de informações não oferece quaisquer risco e não o (a) submeterá a situações constrangedoras;
- 2) Sr (a) receberá cópia da sua entrevista para validar, remover ou alterar as informações que julgar necessárias, antes da validação oficial do texto em pesquisa.
- 3) Este estudo poderá contribuir no questionamento e análise científica referente as condições urbanísticas da cidade e seus espaços públicos para as práticas esportivas e de lazer.

CONFIDENCIALIDADE

Todas as informações coletadas, sob a responsabilidade do pesquisador, preservarão a identidade dos colaboradores e ficarão protegidas de utilização não autorizada.

VOLUNTARIEDADE

A recusa em seguir contribuindo com as respostas no roteiro de perguntas da entrevista, a qualquer momento pode ser estabelecida se assim o entrevistado desejar.

NOVAS INFORMAÇÕES

Informações de esclarecimento sobre o estudo e os objetivos, poderão ser solicitadas junto ao pesquisador a qualquer momento.

DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO

Tendo lido as informações acima e tendo sido esclarecido (a), concordo em contribuir livremente com o estudo.

Nome:

Assinatura: Data:

Instituição:

E-mail: Telefone:

Coordenador Técnico de Pesquisa:

Prof. Dr. Alberto Reinaldo Reppold Filho

Telefone: (51) 33086000

e-mail: areppold@portoweb.com.br

Rua Felizardo, nº 750 – Jardim Botânico – Porto Alegre/RS

Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

ESEF/UFRGS

Pesquisador:

Rafael Dedavid

e-mail: rdedavid@hotmail.com

Telefone: (51) 99441761

DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO

Eu, _____, tendo lido as informações acima e tendo esclarecido (a) das questões referentes à pesquisa, concordo em participar livremente do presente estudo.

Porto Alegre: ____ / ____ / ____

Rafael Dedavid

Pesquisador

Participante da Pesquisa